

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL A PARTIR DO USO DO CRÉDITO E DE
TÉCNICAS COOPERATIVAS NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

SÃO LEOPOLDO

2014

Patrícia Schneider Severo

SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL A PARTIR DO USO DO CRÉDITO E DE
TÉCNICAS COOPERATIVAS NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Controladoria e
Finanças

Orientador: Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio
Tinoco

São Leopoldo

2014

S498s Severo, Patrícia Schneider
Sustentabilidade no setor rural a partir do uso do crédito e de técnicas cooperativas na região sul do Rio Grande do Sul/ Patrícia Schneider Severo. -- 2014.
153 f. ; 30cm.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2014.
Orientador: Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco.

1. Cooperativismo. 2. Sustentabilidade rural. 3. Crédito rural. 4. Agricultura familiar. I. Título. II. Tinoco, João Eduardo Prudêncio.
CDU 334

Patrícia Schneider Severo

SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL A PARTIR DO USO DO CRÉDITO E DE
TÉCNICAS COOPERATIVAS NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 16/01/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Odelso Schneider – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Ernani Ott – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Igor Alexandre Clemente de Moraes - Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Agradecimentos

Como que ao final de um filme ou na obtenção de um prêmio, não poderia deixar de revelar as grandes estrelas que me conduziram na execução deste trabalho e os atores principais deste Mestrado de grande relevância na minha vida pessoal e profissional.

Desta forma, agradeço a Deus e a Jesus por tudo, aos meus pais pelo incentivo, assistência e amor incondicional, ao Fabio por tão especial que foi comigo nesta jornada, exímio desde o momento da inscrição até a reta final, só ele sabe o quanto me motivou, fortaleceu, apoiou e ensinou!

Agradeço especialmente ao meu estimado orientador, prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, pelas inúmeras orientações e horas investidas no meu desenvolvimento, extremamente atencioso, dedicado e preocupado para que chegássemos juntos ao Porto Seguro e, também, ao Sicredi Zona Sul pela compreensão nos momentos de ausência e grande incentivo ao crescimento intelectual de seus colaboradores.

À Unisinos, coordenação e professores do curso, em particular meu agradecimento ao prof. Dr. Ernani Ott pelo exemplo de sabedoria e de humildade, ao prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer pelo profissionalismo e pelo acompanhamento durante todo o curso e a secretária Luciana Aquino pela atenção e pela compreensão para com todos.

Nossa turma foi extraordinária, inesquecíveis serão os felizes e angustiantes momentos vividos junto de minhas queridas amigas Geovana, Marineiva e Simone, ao João, Vagner, Matheus, Eduardo, as gurias de Rio Grande, Cybele, Daiane e Vanessa, aos colegas de outras turmas, mas também presentes: Juliana, Rafael, Cristina, Tadeu e Maicon. Conseguimos transformar as dificuldades vivenciadas em aprendizado e em cooperação!

Enfim, nas mais breves palavras que poderia mencionar, resalto como foi gratificante este período em que me dediquei a esta batalha! Que venham novos desafios na certeza de que junto de pessoas tão especiais sempre obterei êxito, pois sozinhos não somos ninguém!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade. Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa-quantitativa, exploratório-descritiva e documental. A amostra é formada por oito agricultores que produzem pêssego, soja, milho e arroz, associados de uma cooperativa de crédito e tomadores de recursos financeiros junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Custeio Agrícola. Objetivando apresentar a situação econômica e financeira desses pequenos empreendimentos rurais, fez-se uso do método “Balanço Perguntado”, bem como de entrevistas para averiguar acerca de questões sociais e ambientais com estes relacionadas. Os principais resultados evidenciam que após o custeio da safra, 62,50% dos produtores geram aumento no Patrimônio Líquido decorrente do lucro. Os custos (despesas) dos produtos vendidos equivalem, em média, a 73% da receita operacional bruta. A Distribuição do Valor Adicionado é concentrada nos lucros retidos, seguidos por pessoal e encargos. Existe relação de dependência entre os produtores e o crédito PRONAF, uma vez que não são promovidas ações para que o produtor consiga custear sua lavoura com recursos próprios, sendo que o financiamento de crédito custeio com taxas subsidiadas não é suficiente para o sucesso da propriedade rural. As necessidades de cuidados ambientais são de conhecimento dos produtores e o principal problema do homem do campo é a falta de mão de obra e a sucessão familiar. Também cabe destacar a premência de ações governamentais e das próprias instituições financeiras, em especial as Cooperativas de Crédito, em criar incentivos às unidades familiares para desenvolver a contabilização efetiva de suas contas e contribuir para sua independência financeira, bem como de desenvolver programas de educação ambiental e de orientação em relação à sucessão familiar, fatores que podem gerar maior qualidade de vida no campo, com a promoção efetiva da sustentabilidade no setor rural.

Palavras-chave: Sustentabilidade Rural. Cooperativismo. PRONAF. Agricultura Familiar. Balanço Perguntado.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contribution of rural credit to rural small entities located in the southern region of Rio Grande do Sul, from the use of resources and cooperative techniques in the context of sustainability. This is an applied quantitative-qualitative, exploratory, descriptive and documentary research. The sample consists of eight farmers producing peaches, soybeans, corn and rice, associated with a credit union and borrowers of funds from the National Program for Strengthening Family Agriculture - PRONAF Agricultural Costs. Aiming to present the economic and financial situation of small rural enterprises, made use of the "Balance Asked" method as well as interviews to ascertain about social and environmental issues related to these topics. The main results show that after the costs of harvest, 62,50% of producers generate an increase in equity arising from the profit. Costs (expenses) of sales amount on average, to 73% of gross revenue. The Value Added Distribution is concentrated in retained earnings, followed by personal and charges. There is dependency relationship between producers and credit PRONAF, since actions are not promoted to the producer can cover your crop with its own funds, and the financing cost of credit at subsidized rates is not sufficient for the success of rural property. The needs for environmental care are aware of the producers and the main problem of the peasant is the lack of manpower and family succession. It is worth mentioning the urgency of government action and the financial institutions, especially credit unions in creating incentives for households to develop effective accounting bills and contribute to their financial independence and to develop environmental education programs and guidance in relation to family succession, factors that can generate higher quality of life in the countryside, with the effective promotion of sustainability in the rural sector.

Keywords: Rural Sustainability. Cooperatives. PRONAF. Family Farming. Inquired Balance Sheet.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS
FUNDESA	Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal do RS
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IFC	International Finance Corporation
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UTE/UTR	Unidade Técnica Estadual ou Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Resumo dos Enfoques das Pesquisas Internacionais Realizadas sobre o Tema Sustentabilidade no Setor Rural	31
Quadro 2 – Quadro Resumo dos Enfoques das Pesquisas Nacionais Realizadas sobre o Tema Sustentabilidade no Setor Rural	36
Quadro 3 – Quadro Resumo de Crédito PRONAF 2012/2013	43
Quadro 4 – Resumo da Contextualização da Pesquisa	130
Quadro 5 – Resumo das Questões Ambientais.....	132
Quadro 6 – Resumo das Questões Sociais	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Operações de crédito, associados beneficiados e valores liberados no período de 01/07/09 a 30/06/13.....	45
Tabela 2 – Valor médio do custeio e média de áreas beneficiadas no período de 01/07/09 a 30/06/13.....	46
Tabela 3 – Perfil demográfico – sexo, estado civil e idade	47
Tabela 4 – Perfil demográfico – média de pessoas na ocupação, média de dependentes e tempo médio de associação na Cooperativa.....	47
Tabela 5 – Perfil econômico-financeiro – média de: renda mensal, despesa mensal, capital social investido na Cooperativa e patrimônio dos produtores rurais.....	48
Tabela 6 – Perfil financeiro – análise de risco das operações	49
Tabela 7 – Perfil econômico-financeiro – média de investimento na Cooperativa e de endividamento no Sistema Financeiro Nacional (SFN)	50
Tabela 8 – Localização Geográfica	51
Tabela 9 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Milho - Produtor 1 – em R\$. 61	
Tabela 10 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$	64
Tabela 11 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$	64
Tabela 12 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$	66
Tabela 13 – Orçamento Simplificado - 8 ha de milho - em R\$.....	67
Tabela 14 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$.....	67
Tabela 15 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Milho - Produtor 2 – em R\$	72
Tabela 16 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$	73
Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$	74
Tabela 18 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$	75
Tabela 19 – Orçamento Simplificado - 9 ha de milho - em R\$.....	75

Tabela 20 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$.....	76
Tabela 21 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Soja - Produtor 1 – em R\$.	81
Tabela 22 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$	83
Tabela 23 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$.....	83
Tabela 24 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$.....	85
Tabela 25 – Orçamento Simplificado - 30 ha de soja - em R\$.....	85
Tabela 26 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$	86
Tabela 27 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Soja - Produtor 2 – em R\$.	91
Tabela 28 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$	92
Tabela 29 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$.....	93
Tabela 30 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$.....	94
Tabela 31 – Orçamento Simplificado – 22,9 ha de soja - em R\$.....	95
Tabela 32 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$	95
Tabela 33 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Arroz - Produtor 1 – em R\$	99
Tabela 34 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$	101
Tabela 35 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$.....	101
Tabela 36 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$.....	103
Tabela 37 – Orçamento Simplificado – 13 ha de arroz - em R\$	103
Tabela 38 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$.....	104
Tabela 39 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Arroz - Produtor 2 – em R\$	107

Tabela 40 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$	109
Tabela 41 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$.....	109
Tabela 42 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$.....	110
Tabela 43 – Orçamento Simplificado – 32 ha de arroz - em R\$	111
Tabela 44 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$.....	111
Tabela 45 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Pêssego - Produtor 1 – em R\$	117
Tabela 46 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$	118
Tabela 47 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$	119
Tabela 48 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$	120
Tabela 49 – Orçamento Simplificado – 8 ha de pêssego - em R\$.....	120
Tabela 50 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$.....	121
Tabela 51 – Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Pêssego - Produtor 2 – em R\$	124
Tabela 52 – Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$	126
Tabela 53 – Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$	127
Tabela 54 – Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$	128
Tabela 55 – Orçamento Simplificado – 2,75 ha de pêssego - em R\$.....	128
Tabela 56 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$.....	128
Tabela 57 – Resumo das Questões Econômico-Financeiras	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 OBJETIVO GERAL	15
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 SUSTENTABILIDADE.....	18
2.2 SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL A PARTIR DO USO DO CRÉDITO E DE TÉCNICAS COOPERATIVAS	19
2.2.1 GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR E DE DIVISAS AO PAÍS	20
2.2.2 CONTABILIDADE DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ALIMENTOS	21
2.2.3 MINORAÇÃO DO ÊXODO RURAL E A GERAÇÃO DE EMPREGOS	23
2.2.4 ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E À DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS	24
2.2.5 PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	25
2.3 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL.....	27
2.3.1 PESQUISAS INTERNACIONAIS	27
2.3.2 PESQUISAS NACIONAIS	32
2.4 MODELO DE AGREGAÇÃO DE RENDA: COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	37
2.5 CRÉDITO RURAL	39
2.5.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO RURAL	39
2.5.2 PEQUENOS PRODUTORES E AGRICULTURA FAMILIAR: PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	40
2.5.3 VANTAGENS DO PRONAF	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	44
3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	44
3.3 AMOSTRA DA PESQUISA.....	51
3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	52
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE TRATAMENTO DOS DADOS	53
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	54
3.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	55
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	56
4.1 PRODUTOR DE MILHO PARA ALIMENTAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS Nº 1 – MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL.....	56
4.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	56
4.1.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	57
4.1.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	61

4.2 PRODUTOR DE MILHO PARA ALIMENTAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS Nº 2 – MUNICÍPIO DE TURUÇU	68
4.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	68
4.2.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	69
4.2.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	71
4.3 PRODUTOR DE SOJA Nº 1 – MUNICÍPIO DE CRISTAL	77
4.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	77
4.3.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	78
4.3.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	81
4.4 PRODUTOR DE SOJA Nº 2 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO	87
4.4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	87
4.4.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	88
4.4.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	90
4.5 PRODUTOR DE ARROZ Nº 1 – MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ	96
4.5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	96
4.5.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	97
4.5.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	98
4.6 PRODUTOR DE ARROZ Nº 2 – MUNICÍPIO DE CRISTAL	105
4.6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	105
4.6.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	105
4.6.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	107
4.7 PRODUTOR DE PÊSSEGO Nº 1 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO	112
4.7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	112
4.7.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	113
4.7.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	116
4.8 PRODUTOR DE PÊSSEGO Nº 2 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO	122
4.8.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	122
4.8.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL	122
4.8.3 LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO – BALANÇO PERGUNTADO	124
4.9 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA	129
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	135
5.1 CONCLUSÃO	135
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS	138
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE A: PROTOCOLO DE PESQUISA	146
APÊNDICE B: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS AOS PRODUTORES RURAIS	150

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

As cooperativas surgiram no século XIX, na Europa, mas hoje se espalham por todo o mundo, como instrumento de organização econômica da sociedade, se empenham na constante busca da eficiência para oferecer serviços qualificados a seus associados, de forma equitativa, justa e participativa e, para tanto, apelam à ajuda mútua através da cooperação e da parceria. Portanto, possuem valores éticos arraigados no humanismo, na solidariedade, na justiça social, na liberdade, na democracia, na participação e na responsabilidade (OLIVEIRA, 2008).

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) mencionam que no cooperativismo existe a concretude de uma forma societária que se caracteriza pela efetivação das condutas baseadas na mutualidade e na valorização de um objetivo comum, sendo as pessoas integrantes da cooperativa a sua principal finalidade.

Neste contexto, as cooperativas de crédito prestam serviços financeiros à comunidade onde estão inseridas, semelhantes às instituições bancárias, mas com o diferencial de distribuição de riqueza na própria localidade, ou seja, os recursos aplicados pelos cooperados são transformados em empréstimos com taxas menores, principalmente crédito rural, a outros associados da mesma cooperativa.

O presente estudo se move no âmbito de um dos treze ramos do cooperativismo, que é o cooperativismo de crédito, fundado no Brasil em 28 de dezembro de 1902 e que, segundo Fagundes *et al.* (2008), visa a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus associados e no estabelecimento da poupança sistemática. Equipara-se a prestação de serviços bancários, mas com o diferencial de que os recursos captados pelas cooperativas de crédito são aplicados no seu local de origem, a custos e a taxas menores, proporcionando aumento da produção e atendendo aos fins sociais decididos pelos associados, com base nos interesses comunitários.

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Este Programa tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Feijó (2011) argumenta que, principalmente, tratando-se dos pequenos produtores há necessidade de fontes externas de financiamento. Pela própria peculiaridade da produção agropecuária, as necessidades de recursos ocorrem em determinados momentos da produção, por exemplo, na semeadura, com necessidade de recursos para preparo do solo e para aquisição de sementes, ou ainda, para investimentos em máquinas e em implementos agrícolas.

Já a sustentabilidade (expressão que reúne simultaneamente o resultado econômico, o social e o ambiental) está na essência das Cooperativas, à medida que agrega renda e contribui para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade. A sustentabilidade se alicerça nos Princípios do Cooperativismo, especialmente no sétimo princípio que busca o bem-estar da comunidade na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2008), a sustentabilidade possui sete dimensões tais como: social, cultural, meio ambiente, distribuição territorial, econômica, política e sistema internacional.

Diante do exposto, surge a questão que motiva a efetivação desta pesquisa: Qual a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a colaboração do crédito rural na produção agrícola (alimentos) e a otimização do resultado dos agricultores (tomadores de crédito);
- Averiguar a incorporação de pessoas ao trabalho e a minoração do êxodo rural;
- Examinar o uso dos recursos da natureza no processo de produção.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Considerando os objetivos que circundam o tema, este é examinado do ponto de vista dos pequenos produtores rurais e da agricultura familiar da região sul do estado do Rio Grande do Sul, que tomam recursos subsidiados pelo Governo Federal na linha PRONAF – Custeio Agrícola, em uma instituição financeira – Cooperativa de Crédito, para subsidiar a produção de alimentos como soja, milho, arroz e pêssego.

Desta forma, os produtores rurais tomadores das linhas de PRONAF – Custeio Agrícola (nas culturas de cebola, feijão, hortaliças diversas, maçã, morango, tomate e uva), PRONAF – custeio pecuário (bovinos - produção de carne e de leite) e PRONAF – Investimento não são investigados.

1.4 JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2012), é um segmento estratégico para o desenvolvimento do país, sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos, por 38% da renda agropecuária e por 75% da mão de obra do campo.

Além disso, é financiada pelo crédito rural, custeio e investimento agrícola, com taxas reduzidas que são subsidiadas pelo Governo e possibilita a produção agrícola com custos menores, a criação de mão de obra e a minoração do êxodo rural. Neste sentido, o Crédito Rural aloca recursos à fabricação de alimentos e gera divisas para o Brasil.

Pesquisa realizada na base de dados *EBSCO*, no período de 2008 a 2012, evidenciou que foram publicados 266 artigos sobre o tema “sustentabilidade rural” em periódicos internacionais. A pesquisa revelou que o tema é atual e crescente em interesse, com estudos desenvolvidos em diversos países, tais como: Lituânia, Tanzânia, Zimbaue, Canadá, Japão, Índia, Siri-Lanka, Estônia, Noruega, Inglaterra, Espanha, Hungria, Romênia e diversos países da África, da América do Sul e do Norte.

Neste sentido, este estudo se justifica porque busca investigar e analisar a relevância da concessão de crédito rural e os reflexos junto aos associados tomadores de crédito, de maneira a promover a sustentabilidade no campo (agricultura), via produção de alimentos, tão necessários para a alimentação, promover exportações de excedentes, que geram divisas crescentes e colaboram para a independência do país em termos de geração de divisas, a criação de empregos e a gestão ambiental, via manejo adequado.

Justifica-se, também, na medida em que se pretende apurar a relevância do crédito rural na produção agrícola e na otimização do resultado econômico-financeiro, social e ambiental dos agricultores (tomadores de crédito); averiguar se o crédito rural permite a incorporação de pessoas ao trabalho (colabora na incorporação de pessoas nas entidades rurais e se ocorre melhoria na qualidade da produção agrícola, de maneira a descrever as pessoas que trabalham nas propriedades rurais no contexto do Balanço Social) e, finalmente, analisar as técnicas de manejo da agricultura visando ao uso adequado dos recursos da natureza no processo de produção.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro trata da contextualização do tema e do problema, dos objetivos, da delimitação do tema e justificativa.

O segundo apresenta a revisão da literatura, em que são abordados os tópicos relacionados à sustentabilidade no setor rural a partir do uso do crédito e de técnicas cooperativas, como a geração de renda familiar e de divisas ao país, a contabilidade dos pequenos produtores rurais na produção de alimentos, a minoração do êxodo rural e a geração de empregos, o estímulo à produção de alimentos e à diversificação de culturas, a preocupação com o meio ambiente, as pesquisas internacionais e nacionais e realizadas sobre o tema “sustentabilidade no setor rural”, o cooperativismo de crédito e o crédito rural com abordagem específica ao PRONAF.

No terceiro capítulo descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da dissertação; o quarto capítulo trata da análise dos dados da pesquisa; o quinto capítulo apresenta a conclusão e as recomendações para pesquisas futuras, seguido das referências e apêndices.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo são tratados os temas Sustentabilidade, Sustentabilidade no Setor Rural, Cooperativismo de Crédito e Crédito Rural, bem como dos atos e fatos contábeis de pequenos produtores rurais, mediante o uso da metodologia contábil denominada Balanço Perguntado.

Considera, também, o uso do crédito e de técnicas cooperativas, a fim de subsidiar teoricamente a pesquisa que é de analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Segundo Amaral (2003) e Beato, Souza e Parisotto (2009) o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez em abril de 1987 quando da elaboração do relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório *Brundtland*”, pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A *World Commission on Environment and Development* (1987) explicitou que desenvolvimento sustentável ocorre quando a satisfação das necessidades atuais de alguém ocorre sem comprometer a habilidade das futuras gerações em obtê-las.

A ONU foi uma das grandes incentivadoras e difusoras mundiais do tema, patrocinando os principais eventos ligados à Sustentabilidade, tais como: a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, a ECO/92, em 1992 no Rio de Janeiro (a qual gerou a publicação da Agenda 21), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1996, a Conferência das Nações Unidas, em 1997, sobre mudanças climáticas no Japão, que resultou na assinatura do Protocolo de Kyoto.

Depois, conforme Beato, Souza e Parisotto (2009), a Conferência do Rio + 10 de Johannesburgo em 2002, bem como a mais recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD ou como é conhecida Rio+20), organizada conforme a Resolução 64/236 da Assembleia Geral que ocorreu no Brasil em 2012, com temas relacionados à sustentabilidade.

Beato, Souza e Parisotto (2009) consideram, ainda, a relevância da criação da *International Finance Corporation* (IFC), vinculada ao Banco Mundial, que financia projetos da iniciativa privada e estabelece exigências conhecidas como Princípios do Equador, os quais definem critérios socioambientais mínimos que devem ser atendidos pelas empresas para que tenham acesso a financiamentos bancários.

Amaral (2003) ressalta que o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” aplicado tanto em nível governamental, como da sociedade civil ou na seara empresarial pressupõe interdisciplinaridade, pois, com sua evolução, são desenvolvidos três macrotemas que compõem o chamado “*triple bottom line*”, com aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Sachs (1993) ainda identificou cinco dimensões da sustentabilidade: a social, a econômica, a ecológica, a espacial (fomento da biodiversidade geográfica) e a cultural (que privilegia processos de mudança cultural de uma comunidade, que resultem em uma pluralidade de soluções particulares e que respeitem as especificidades de cada ecossistema, cultura e local).

2.2 SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL A PARTIR DO USO DO CRÉDITO E DE TÉCNICAS COOPERATIVAS

Kimura, Moori e Perera (2007) consideram relevante a identificação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento sustentável de áreas rurais, de maneira a implicar numa maior fixação de produtores rurais e um melhor aproveitamento e conservação de recursos naturais.

Sachs (2001) enfatiza que os agricultores familiares são protagonistas importantes da transição à economia sustentável, tendo em vista que são produtores de alimentos e de outros produtos agrícolas e, ainda, desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui-se, assim, na melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais e ambientais.

Benitez e Golinski (2007) apontam que a produção agrícola orgânica volta-se à sustentabilidade, destacando a existência de mercado consumidor, sendo os produtos cultivados aceitos no comércio de todo o país e ainda exportados. No entanto, existem vários motivos que emperram o desencadeamento do processo de agrícola sustentável, por exemplo: uma questão cultural enraizada nos agricultores, falta de conhecimentos aliada à falta de iniciativa das instituições vinculadas ao meio rural, pouco estímulo do setor público e falta de

uma política pública municipal direcionada ao desenvolvimento alternativo da agricultura, entre outros.

Souza e Caume (2008) expõem que o PRONAF visa proporcionar o bem-estar social e qualidade de vida para os seus beneficiários, ademais, busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias. Os autores sinalizam que o PRONAF tem como ponto forte o gerenciamento das ações através da gestão social, visando à promoção de um melhor uso do orçamento público, da democratização do crédito, dos serviços de apoio e da infraestrutura necessária à consolidação e à estabilização socioeconômica dos agricultores familiares.

Feijó (2005) considera que os tomadores de crédito PRONAF esperam dispor de um serviço financeiro que conceda empréstimos de maneira simples e não burocrática, com liberações de recursos em curto prazo e baixo custo de transação. O autor concorda que a aplicação de métodos simples, claros e eficientes de aprovação e de desembolso de crédito são fundamentais para que a iniciativa seja bem-sucedida.

A CAPES (2012) mediante estudo sobre a Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: CAPES na Rio+20, também alerta para o fato de que é fundamental que o Estado crie mecanismos de garantia de renda aos agricultores e às unidades familiares de produção, com disponibilidade de um conjunto de políticas que ultrapassem o foco apenas na produção de alimentos.

Nogueira (2009) denuncia que o crédito rural, especialmente a assistência à agricultura familiar pretendida pelo PRONAF, não alcança o suprimento de todas as necessidades e dificuldades da agricultura familiar, todavia, preconiza que as famílias desenvolvam suas atividades e delas obtenham o seu sustento.

2.2.1 Geração de Renda Familiar e de Divisas ao País

Guilhoto *et al.* (2006) explicam que o estado do Rio Grande do Sul tem características que possibilitam o êxito rural das propriedades familiares através do associativismo, da cooperação mútua entre pequenos produtores e da disponibilidade de serviços agrícolas de forma terceirizada nos mercados locais.

Para os autores, estas são atitudes que permitem às pequenas unidades produtoras competirem com as grandes propriedades, visto que ganhos de escala obtidos nas grandes propriedades (especialmente em razão do serviço do maquinário agrícola) não são tão

discrepantes. Há, ainda, a redução da diferença de rentabilidade entre os cultivos em pequena e larga escala e maiores oportunidades à agricultura e pecuária familiar.

Sachs (2001) sinaliza que a injustiça social não deve ser atendida apenas com redistribuição da renda na margem e por políticas sociais compensatórias, faz-se necessário uma transformação do padrão de distribuição primária da renda. O autor sugere, ainda, que esta modificação pode ser obtida mediante a inclusão dos excluídos nos processos de produção e mercado de trabalho.

Khan (1997) ressalta que o setor agropecuário representa grande relevância à economia nacional, tendo em vista que é fonte de produtos alimentares para a população brasileira, de energia através dos produtos energéticos e de divisas oriundas dos produtos de exportação. No caso do pequeno produtor rural a geração de divisas geralmente é indireta, através da venda de seus produtos aos grandes produtores rurais, industriais ou comerciantes que realizam a geração de divisas de exportações agropecuárias.

2.2.2 Contabilidade dos Pequenos Produtores Rurais de Alimentos

Lima *et al.* (2010) observam que na literatura contábil brasileira raramente encontram-se métodos específicos para avaliação de Micro e Pequenas Empresas (MPE). Além disso, existe a fragilidade dos números apresentados por estas instituições e, quando eles existem, os demonstrativos contábeis elaborados dentro dos princípios contábeis e éticos podem não expressar a realidade financeira e os produtores rurais não terem noção exata das limitações econômicas e financeiras de suas propriedades.

Nesse contexto, também são considerados os pequenos produtores rurais, os quais buscam recursos oriundos do crédito - custeio agrícola PRONAF, possuem renda familiar pequena e, em sua grande maioria, não formalizam a contabilização dos custos, das despesas e das receitas com o cultivo.

Considerando estas situações de pequenos produtores, micro e pequenas empresas, empresários individuais, micro negócio informal etc., Kassai (2004) e Kassai *et al.* (2012) apresentam uma alternativa baseada no modelo mental das demonstrações contábeis, mais precisamente sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado de um exercício, o “Balanço Perguntado” ou “Balanço Inventariado”, o qual possibilita que em uma sequência de perguntas sejam elaboradas as principais demonstrações contábeis.

Para Kassai (2004) o Balanço Perguntado é uma prática que consiste, basicamente, na conversação direta com o empreendedor ou a pessoa responsável pelo empreendimento, com a duração de aproximadamente duas ou três horas e facilitado quando o entrevistador adota uma postura de consultor, propiciando um clima de confiança, entendimento e de comprometimento. Com base nas respostas obtidas, na experiência do investigador e, em alguns ajustes de consistência, obtêm-se as informações no formato básico das demonstrações contábeis, o que permite diagnosticar a situação econômica, financeira e também social (envolve a ambiental), do empreendimento, objeto central desta dissertação.

Kassai (2005) considera que para os profissionais contábeis pode parecer um modelo simples e um tanto óbvio. No entanto, a visão patrimonial e sequencial das contas do ativo e do passivo permite a visualização global do empreendimento, destacando-se os investimentos realizados e suas formas de financiamentos, bem como geração de resultados. As contas da demonstração de resultados, em sua ordem lógica e dedutiva, servem de roteiro para o início de um orçamento, a combinação desses com a experiência gerencial das pessoas permite falar de negócios e de planejamento, além disso, a lembrança de que o total do ativo tem que ser sempre igual o do passivo mais o capital próprio, proporciona segurança nas diversas simulações.

No processamento das informações e na elaboração dos relatórios, Kassai (2004) explicita ser possível realizar análises de consistência e o produto final, embora possa ser limitado pelas circunstâncias, geralmente é de boa qualidade, pois os ativos são reais e a preços de reposição, os passivos são os realmente exigíveis, o capital próprio é representado pelos recursos efetivamente investidos, o faturamento é condizente com o custo (despesas) das vendas, as despesas e os custos fixos são coerentes com a estrutura da empresa e os preços são facilmente identificados com o mercado.

Lima *et al.* (2010) destacam que essa técnica é uma prática existente no mercado, provavelmente originada da constatação de que os relatórios contábeis apresentados pelas MPEs possam não espelhar a sua realidade e que algumas instituições de créditos para MPE e órgãos ligados ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), destacam os seguintes itens sob a forma de Balanço Perguntado ou inventariado: dados cadastrais; dados econômicos e financeiros; quadro das dívidas da empresa ou proprietário(s); perspectivas do negócio a médio e em longo prazo, entre outros.

Ademais, Lima *et al.* (2010) argumentam que a própria estrutura contábil deve explicitar se os números são ou não coerentes. Por exemplo, o total do ativo deve ter uma

relação com a estrutura de capital; o ativo deve ser igual ao passivo; o capital circulante líquido (CCL) deve ser coerente com os prazos informados; a margem de lucro deve ser compatível com o histórico das retiradas e pró-labore; as taxas de retornos apuradas têm como referência as taxas praticadas no mercado financeiro e de capitais, entre outros.

No caso dos produtores rurais objeto de estudo, a contabilização é relacionada ao processo produtivo dos alimentos (soja, arroz, milho e pêssego), culturas temporárias e permanentes, considerando todos os insumos, bem como a mão de obra necessária à produção, estoque de produtos colhidos e a colher, preço de custo e de mercado, possíveis perdas (quebra de safra) etc. A contabilização do imobilizado leva em consideração além dos imóveis e veículos, as máquinas e os implementos agrícolas, terras próprias e arrendadas.

Marion (2005) caracteriza as culturas temporárias como aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, geralmente de plantio anual. Já as culturas permanentes (exemplo do pêssego) são aquelas vinculadas ao solo por mais de uma colheita ou produção, chamadas de arboricultura.

2.2.3 Minoração do Êxodo Rural e a Geração de Empregos

Souza e Caume (2008) observam que o PRONAF tornou-se, no decorrer de sua história, a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, visando o fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância dedicada à produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras (que geram divisas, necessárias ao equilíbrio macroeconômico) e, principalmente, como geradora de postos de trabalho e renda. Destaca-se, ademais, que desequilíbrios em uma sociedade podem ser causados por diversos fatores, incluindo o êxodo rural.

Sachs (2001) complementa que o desenvolvimento rural integrado pode ser utilizado como uma ferramenta privilegiada para o progresso da nação quanto à geração de empregos e de renda, sendo, para o autor, menos dispendiosa a geração de empregos nas zonas rurais, evitando assim o êxodo rural, do que a integração na economia urbana.

Benitez e Golinski (2007) consideram a preocupação com o meio ambiente coligada à manutenção do agricultor no campo, através da mudança no modo de produção agrícola do convencional para o ecológico. Estas questões, alinhadas ao conceito mais amplo de sustentabilidade, podem implicar num reordenamento populacional com melhor distribuição regional, socioeconômica e das necessidades sociais, refletindo em benefícios, tanto ao setor

público como para o cidadão. Nesse sentido, ao se trabalhar adequadamente a estratégia da agricultura sustentável viabiliza-se a permanência do agricultor no campo.

2.2.4 Estímulo à Produção de Alimentos e à Diversificação de Culturas

A CAPES (2012) menciona que a população do planeta é de aproximadamente nove bilhões de pessoas com substancial elevação da renda e padrões de consumo. Ao se considerar que a disponibilidade de terras agricultáveis, água e reservas de nutrientes e de energia são limitadas, prevê-se que será preciso aumentar a produção de alimentos no mínimo em 50%, sendo que 70% deste acréscimo deverá decorrer de ganhos na eficiência de produção e preservação das colheitas.

Sachs (2001), de maneira otimista e em função da biodiversidade das ecorregiões brasileiras, considera que o Brasil é privilegiado e favorito a ter melhores condições que qualquer outro país do mundo para construir uma nova civilização sustentável do trópico, numa ótica de desenvolvimento a partir de dentro, como propõem os neo estruturalistas latino-americanos, aproveitando as oportunidades latentes no Brasil rural.

Além disso, a CAPES (2012) revela que os hábitos alimentares, os padrões de consumo e as formas de produzir (sistemas de produção com elevada dependência em insumos manufaturados e intensivos em recursos naturais limitados e baixa eficiência), a transformação e a comercialização de alimentos, carecerão de modificações radicais nas próximas décadas a fim de enfrentar os eminentes desafios da produção e da sustentabilidade das cadeias produtivas e a insegurança alimentar, que já atinge mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo.

Marion e Segatti (2006) argumentam que para ter uma economia forte e plenamente sustentável, os profissionais ligados ao setor rural devem estar atualizados com novas tecnologias e mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial, sob pena de serem desalojados do ambiente em que estão inseridos ou da respectiva cadeia produtiva.

Em seu estudo a CAPES (2012) explica que a pesquisa na agropecuária brasileira possibilitou grandes avanços e inovações tecnológicas à produção em ambientes tropicais, além disso, o país possui vantagens competitivas pela extensão de seu território, pela abundância de água e pelo clima adequado a uma produção diversificada. Por isso, é parceiro importante do agronegócio mundial e ocupa posição de destaque na produção e na

exportação, o que representa uma grande oportunidade para se consolidar como liderança mundial em agricultura tropical.

No estado do Rio Grande do Sul, conforme pesquisa realizada por Guilhoto *et al.* (2006), a estrutura de organização do setor agrícola e dos elos comerciais envolvidos é homogênea. Os autores afirmam que as atividades produtivas exercidas nas propriedades rurais patronais e familiares são semelhantes, exceto naquilo que se relaciona à produção de fumo, que é majoritariamente produzido em pequenas propriedades familiares, e esclarecem que a característica mais acentuada da agricultura familiar gaúcha relaciona-se com a produção e com a industrialização do fumo. A agregação de valor decorrente do processo de industrialização do fumo é relevante para o meio rural familiar de diversas regiões e também para toda a economia do estado.

Nobre *et al.* (2012) chamam a atenção para a necessidade de salvaguarda dos sistemas agrícolas, a fim de que a agricultura continue a exercer a sua função de produzir alimentos. Para tanto, são necessárias mudanças que fundamentem seus alicerces em uma gradual transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais.

2.2.5 Preocupação com o Meio Ambiente

Kimura, Moori e Perera (2007) respaldam o tema de sustentabilidade no setor rural quando mencionam que com as atividades agropecuárias, o conceito de desenvolvimento sustentável é proeminente, uma vez que os desmatamentos, a degradação do solo e a má utilização dos recursos naturais podem inviabilizar futuras gerações de produtores.

Sachs (2001) aborda a biodiversidade das ecorregiões brasileiras, retrata que o Brasil tem 56 mil espécies de plantas superiores já descritas, mais de 3 mil espécies de peixes de água doce, 517 espécies de anfíbios, 1.677 espécies de aves, 518 espécies de mamíferos e quase 10 milhões de insetos. São números expressivos que podem criar condições para definir estratégias diversificadas e complementares de ecodesenvolvimento, geram potencial de biotecnologias aplicadas à agricultura familiar, as quais assumem a condição de redirecionar as pesquisas para este objetivo.

Benitez e Golinski (2007) argumentam que uma das maneiras de se alcançar a sustentabilidade é através da implementação de atividades de produção agrícola ecologicamente corretas. Para que essa forma de lavoura se torne real, existe a obrigação de um conhecimento conjunto entre os principais agentes envolvidos no processo.

Sachs (1993) ressalta que a dimensão ecológica pode ser caracterizada pela redução de volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia e da reciclagem; promovendo a redução do consumo pelos mais ricos; intensificando o desenvolvimento e uso de tecnologias limpas; promovendo o uso de instrumentos econômicos, legais e administrativos por meio de regras adequadas à proteção ambiental.

Para Lenzi (2012) a sustentabilidade de um ecossistema pastoril é dependente da interação de vários fatores, dentre eles o solo com seus aspectos físicos, químicos e biológicos que propiciam o adequado crescimento e desenvolvimento das plantas, refletindo no desempenho animal. Nesse sentido, considera-se que o solo é um dos componentes mais importantes para a viabilidade dos sistemas relacionados à agricultura e a pecuária.

Lopes, Borges e Lopes (2012) consideram que a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola busca a redução, substituição de insumos químicos por insumos orgânicos e redesenho com o incremento da agrobiodiversidade nas áreas produtivas, no entanto, muitas vezes não são percebidas as questões pautadas ao saneamento ambiental, tão relevantes quanto os aspectos anteriormente mencionados.

Nunes *et al.* (2004) mencionam que, atualmente, é verificada crescente preocupação pela qualidade dos alimentos relacionada ao sistema de produção agrícola, especialmente nos mercados mundiais, estes se tornam mais exigentes no momento da aquisição e consumo de alimentos, procuram conhecer e identificar as práticas agrícolas, verificar as ações de sustentabilidade, incluindo a análise dos resíduos e estudo sobre o impacto ambiental, de maneira que toda a cadeia produtiva seja vistoriada. Procuram-se cada vez mais alimentos orgânicos, isentos de contaminantes químicos.

Quanto à agroecologia, como ciência que visa a promover uma agricultura sustentável, Lopes, Borges e Lopes (2012) explicam que esta ciência deve ser ambientalmente correta, considerar a manutenção, preservação e conservação dos recursos naturais em consonância com a produção agrícola, economicamente viável, com potencial para gerar renda pelo aproveitamento energético dos recursos naturais do próprio agroecossistema e socialmente aceitável, de forma a considerar a qualidade de vida da sociedade através do acesso aos recursos necessários à produção, isentos de contaminantes químicos e tóxicos.

A CAPES (2012) ressalta que a temática da agroecologia é de grande proeminência como campo de conhecimento em construção, de caráter interdisciplinar e sistêmico, cujas iniciativas acadêmicas na área do ensino, pesquisa e extensão vem ocupando relevância nas instituições de ensino.

Lopes, Borges e Lopes (2012) alertam para a atenção que deve ser dispensada aos serviços e infraestrutura em saneamento e uso indiscriminado de agroquímicos, pois, conforme pesquisa realizada pelos autores esses são os principais fatores que limitam o desenvolvimento de práticas agroecológicas e podem comprometer a qualidade dos recursos à produção agrícola sustentável, acarretar danos à saúde da população, pela contaminação dos alimentos já no processo produtivo.

2.3 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA SUSTENTABILIDADE NO SETOR RURAL

2.3.1 Pesquisas Internacionais

Mediante pesquisa realizada na base de dados EBSCO no período de 2008 a 2012 foram encontrados 266 artigos sobre o tema “Sustentabilidade Rural” em periódicos internacionais. Contudo, uma análise da relação entre a expressão e a afinidade com o tema, propriamente dito, resultou na exclusão de alguns artigos que, apesar de conterem no conteúdo as palavras/expressões requeridas, não possuíam relação com o foco do estudo.

A pesquisa revelou que o tema é atual, crescente em interesse e com estudos desenvolvidos em diversos países, tais como: África subsaariana, Argentina, Austrália, China, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Hungria, Índia, Indonésia, Inglaterra, Irã, Japão, Lituânia, Nigéria, Quênia, Reino Unido, Romênia, Sirilanka, Tanzânia, entre outros.

Selecionou-se pesquisas internacionais, que são:

Em pesquisa realizada na Argentina, Antonioli *et al.* (2008) retratam que em Mendoza mais de 60% dos produtores têm menos de 10 ha de terra, sendo que em alguns casos a produção não consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar. Nesse sentido, a pesquisa procurou identificar a situação da população do estudo, por variáveis de renda familiar, grau de características de associativismo, marketing e algumas práticas de gestão para comparações entre grupos da população. Como resultado principal propôs a realização de treinamento como uma das ações para melhorar a situação socioeconômica dos produtores.

Csurgó, Kovách e Kučerová (2008) realizaram estudo na Europa rural contemporânea e analisaram a abordagem cognitiva para o desenvolvimento rural sustentável. O artigo explora os tipos de conhecimento que contribuem para o desenvolvimento sustentável em

projetos de desenvolvimento rural e de que forma são criados, de acordo com o interesse e a capacidade dos diferentes atores envolvidos.

Os autores discutem como a ideia e a prática do desenvolvimento sustentável pode ser construída através do conhecimento local, de recursos para geração de atividades, produtos e serviços locais, de maneira a potencializar os projetos de sustentabilidade.

Em pesquisa realizada na Tanzânia, Giné e Pérez-Foguet (2008) enfocam a avaliação da sustentabilidade junto ao programa de abastecimento de água nas zonas rurais. Em 2006, o governo da Tanzânia lançou um programa nacional para cumprir as metas do setor da água estabelecidas nos objetivos de desenvolvimento previstos até o ano de 2015. Neste estudo, os autores avaliaram as características-chave do programa, de forma sustentada. Verificaram que o Governo está providenciando instalações mais sustentáveis, com foco na recuperação de custos.

Gómez-Limón, Picazo-Tadeo e Martínez (2008) consideram que a agricultura possui outras funções, além do seu papel convencional de produção de alimentos e de matérias-primas, com função econômica e social, proporciona o desenvolvimento rural, a proteção do ambiente ou valores de biodiversidade ou paisagem. Este artigo discute os fundamentos da multifuncionalidade agrícola associada à produção conjunta de bens públicos e privados na agricultura e suas implicações em termos de política econômica.

Na Hungria, Kelemen, Megyesi e Kalamász (2008) tratam em seu artigo de aspectos relativos à sustentabilidade, conhecimento e desenvolvimento rural, a fim de explorar como as diferentes formas de conhecimento se manifestam para o desenvolvimento da zona rural e como sua dinâmica pode contribuir à sustentabilidade rural. Com base em um processo de pesquisa qualitativa, compararam estratégias de subsistência rurais, o caso de um agricultor familiar e um oleiro. Observaram que a ausência de conhecimento dificulta os produtores no desenvolvimento de soluções sustentáveis e concluíram que a política rural de desenvolvimento deve incentivar a interação entre os agentes rurais e proporcionar uma melhor educação para o conhecimento gerencial.

Em pesquisa realizada em Chatham County, Carolina do Norte nos Estados Unidos da América, Fleming (2009) argumenta que projetos de economia criativa parecem adequados para o desenvolvimento rural sustentável, mas os benefícios e os desafios de se iniciar uma economia criativa em um ambiente rural não são bem compreendidos.

Na África Rural Subsaariana, Montgomery, Bartram e Elimelech (2009) realizaram um estudo sobre a falta de acesso universal à água e ao saneamento, o que resulta em mais de

um milhão de mortes evitáveis a cada ano. A pesquisa procurou verificar quais são os componentes fundamentais para obtenção de água e de saneamento, a fim de analisar as principais barreiras, sugerir soluções viáveis à melhoria e, finalmente, resultar em ganhos duradouros à saúde e para o desenvolvimento econômico de toda África Subsaariana.

Na Austrália, na zona rural de Queensland e New South Wales, Pini (2009) examinou as políticas públicas locais e os programas ambientais de oito autoridades governamentais, a fim de validar a hipótese de que o governo é muitas vezes caracterizado por aprovar projetos relacionados à sustentabilidade ambiental, em função da proximidade com as pessoas e com o meio ambiente. O estudo concluiu que as limitações de recursos que enfrentam os conselhos rurais locais limitam a sua capacidade de se envolver com a gestão ambiental.

Pesquisa realizada na Indonésia por Masdugi *et al.* (2010), baseou-se em observações realizadas em vários países em desenvolvimento sobre sustentabilidade dos serviços de água. Propuseram a análise de fatores que contribuem à sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água rural no leste de Java, Indonésia. Os dados foram coletados por meio da observação das instalações de abastecimento de água rural, de entrevistas e de análise documental.

Como resultado, Masdugi *et al.* (2010) apresentaram um modelo com equações estruturais de modelagem que procura mostrar os fatores que contribuem para a sustentabilidade de água rural. Evidenciam que a sustentabilidade é influenciada significativamente por nove variáveis: a seleção da tecnologia, as fontes de água, o custo de investimento, a capacidade do operador, a disponibilidade de peças de reposição, o custo de operação, o técnico de operação, a participação da comunidade e a gestão institucional.

No Irã, a sustentabilidade rural foi abordada em relação às mulheres rurais e os seus papéis no turismo rural. Para Arzjani e Rahiminezhad (2011), o desenvolvimento rural otimiza as condições precárias de aldeões e ajuda os moradores a alcançarem a autossuficiência. Para os autores, faz-se necessário prestar atenção ao turismo, ao artesanato e as produções nacionais que poderiam reduzir a imigração rural às cidades.

Para Leonard, Kerre e Boniface (2011), ao longo dos últimos 20 anos muitas áreas urbanas de todo o mundo têm revelado um crescimento rápido e como resultado observa-se o aumento das populações urbanas e outros fatores relacionados, os quais têm gerado impactos para o desenvolvimento sustentável. Os autores ressaltam que em governos de países em desenvolvimento, há uma tendência de registrarem o maior número de migrações das

populações de áreas rurais às áreas urbanas devido, muitas vezes, as desvantagens de oportunidades que são encontrados nas zonas rurais.

Esta inadequação, segundo Leonard, Kerre e Boniface (2011) pode ser atribuída às políticas adotadas por esses governos, os quais tendem a favorecer as áreas urbanas ao invés de explorarem as potencialidades dos ambientes rurais e alavancarem o processo de desenvolvimento equilibrado das populações.

Diante deste cenário, o artigo investigou a relação entre as áreas rurais e urbanas em uma cidade fronteiriça, Uganda-Quênia, de Malaba no Quênia. Como conclusão, apuraram ser essencial a adoção, pelos governos, de políticas apropriadas e que os governantes tenham abordagens que propiciem o desenvolvimento equilibrado e adequado às áreas rurais e urbanas.

Mateoc-Sîrb *et al.* (2011) afirmam que o desenvolvimento das zonas rurais se tornou objeto de importância nacional dado que a Romênia é atualmente membro da União Europeia, porém o desenvolvimento da economia romena está longe de ser a economia desses países, o que levou a um aumento de preocupações nesta área. Nesse sentido, o artigo aborda o campo em toda a sua complexidade, enfocando aspectos sociais e culturais das comunidades rurais e o papel dessas funções no processo inevitável de globalização.

Em outro recente estudo realizado nos Estados Unidos da América, McFarlane e Ogazon (2011) examinaram os desafios da educação à sustentabilidade em instituições de ensino e como estas estão respondendo aos desafios da sociedade global moderna, em questões relacionadas à: justiça global, sobrevivência, meio ambiente, direitos humanos e cidadania. Os autores vêem os problemas da definição e da educação à sustentabilidade como os principais desafios.

McFarlane e Ogazon (2011) exploram, ainda, iniciativas de sustentabilidade em universidades, bem como em organizações sociais, ambientais e profissionais de educação. É descrita a concepção e a implementação da educação através de "sustentabilidade em todo o currículo".

Torimiro *et al.* (2011) investigaram as necessidades de produção e de fatores socioeconômicos que afetam a sustentabilidade da participação da juventude rural na agricultura de culturas no Estado de Ogun, na Nigéria. Utilizaram de entrevistas para obter informações de 353 jovens rurais envolvidos na agricultura. Como resultados, observaram que os insumos agrícolas foram apontados como de maior carência à produção. Já as facilidades de crédito, subsídios de insumos agrícolas, incentivos, reconhecimento no trabalho, prestação

de abastecimento de água potável e fornecimento de eletricidade foram as principais necessidades apontadas pelos jovens rurais. O estudo recomenda, ainda, a melhoria das condições de vida nas áreas rurais, através da prestação de serviços sociais, como forma de manter os jovens na agricultura. Ele também propõe o projeto de um programa de extensão que irá incentivar uma "volta à escola" a fim de que os jovens continuem os estudos ao mesmo tempo em que trabalham.

Na Índia, Chandy *et al.* (2012) pesquisaram as economias das montanhas as quais estão passando por transformação de agrária tradicional para industrial. Segundo os autores, estas mudanças geram impactos socioeconômicos em comunidades próximas e podem levar à fragmentação e ao êxodo rural. Sikkim, um pequeno estado da Índia no Oriental Himalaia, iniciou recentemente um programa de construção do projeto de hidroeletricidade.

O estudo examinou percepções desta comunidade sobre os impactos ambientais e socioeconômicos destes projetos em três áreas rurais e considerou as implicações para futuros meios de vida sustentáveis. Apontou benefícios, tais como a geração de emprego, no entanto, também ressalta que pode haver mudanças no uso da terra e em ocupações, as pessoas podem ter impactos adversos sobre os seus meios de subsistência futuras e que há necessidade de recuperação de terras degradadas, introdução de novos produtos e métodos de produção.

No Quadro 1 é apresentado um resumo dos resultados das pesquisas internacionais realizadas sobre o tema, abordadas nesse tópico.

Quadro 1 – Quadro Resumo dos Enfoques das Pesquisas Internacionais Realizadas sobre o Tema Sustentabilidade no Setor Rural

Autor (es)	Ano	País/Localidade	Enfoque da Pesquisa
Antoniolli <i>et al.</i>	2008	Argentina	Pobres produtores rurais.
Csurgó, Kovách e Kučerová	2008	Europa rural contemporânea	Política de desenvolvimento rural.
Giné e Pérez-Foguet	2008	Tanzânia	Sustentabilidade junto ao programa de abastecimento de água nas zonas rurais.
Gómez-Limón, Picazo-Tadeo e Martínez	2008	Espanha	Fundamentos da multifuncionalidade agrícola associada à produção conjunta de bens públicos e privados na agricultura e suas implicações em termos de política econômica.
Kelemen, Megyesi e Kalamász	2008	Hungria	Estratégias de subsistência rurais individuais.
Fleming	2009	EUA	Projetos de economia criativa.
Montgomery, Bartram e Elimelech	2009	África Rural Subsaariana	Falta de acesso universal à água e ao saneamento.
Pini	2009	Austrália	Políticas públicas locais e os programas

Continua...

			ambientais.
Masdugi <i>et al.</i>	2010	Indonésia	Sustentabilidade junto ao programa de abastecimento de água nas zonas rurais.
Arzjani e Rahiminezhad	2011	Irã	Mulheres rurais e os seus papéis no turismo rural.
Leonard, Kerre e Boniface	2011	Quênia	Crescimento das áreas urbanas e o êxodo rural.
Mateoc-Sîrb <i>et al.</i>	2011	Romênia	Aborda o campo em toda a sua complexidade, enfocando aspectos sociais e culturais das comunidades rurais e o papel dessas funções no processo inevitável de globalização.
McFarlane e Ogazon	2011	EUA	Desafios da educação à sustentabilidade em instituições de ensino.
Torimiro <i>et al.</i>	2011	Nigéria	Participação da juventude rural na agricultura.
Chandy <i>et al.</i>	2012	Índia	Transformação das Economias das montanhas: de agrária tradicional para industrial.

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas pelos autores citados.

2.3.2 Pesquisas Nacionais

A seguir são apresentadas quinze pesquisas nacionais publicadas em periódicos, congressos, teses e dissertações, no período de 2008 a 2012:

Picanço Filho, Figueiredo e Oliveira Neto (2009) analisaram os resultados econômicos referentes à atividade pecuária de bovinos de corte no município de Parintins, Estado do Amazonas, onde a criação de gado possui especificidades próprias da Região Amazônica. Concluíram que durante a vigência do projeto (15 anos), somente a partir do sétimo ano as receitas se apresentaram suficientes para pagamento dos desembolsos e amortização anual dos recursos próprios utilizados.

Rodrigues, Barbosa e Almeida (2009) realizaram análise custo-benefício ambiental das tecnologias de plantio em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros, especialmente em Pedro Afonso – TO. Para a avaliação da eficiência econômica e eficácia ambiental da cultura da soja utilizaram o método da Análise Custo-Benefício Ambiental (ACBA), considerando aspectos de rentabilidade econômica e sustentabilidade ambiental das tecnologias agrícolas. Os indicadores de eficiência econômica da produção de soja demonstraram que as tecnologias de plantio em análise são economicamente eficientes. Ademais, os custos ambientais do plantio direto são bastante inferiores ao plantio convencional, o que leva a melhores indicadores de custo-benefício ambiental do plantio direto.

Gaspari (2010) teve como objetivo identificar as estratégias das famílias que cooperam para a perpetuação da forma familiar de ocupação do solo a fim de estimulá-las via políticas públicas. Dentre as estratégias estudadas observou que a renda agrícola dos estabelecimentos familiares que comercializam com a agroindústria tem o melhor desempenho, todavia a dependência e o risco são altos, o que pode acarretar em insustentabilidade econômica.

Os principais resultados evidenciam que nos estabelecimentos que não comercializam com a agroindústria a renda agrícola é menor, porém tem mais chances de perdurar no tempo. Dentre estes estabelecimentos, a exploração agrícola que escoar os produtos de forma direta é a mais vantajosa pela ótica da renda agrícola e autoconsumo. Isto reafirma a ideia que a criação de locais para a comercialização direta coopera para o desenvolvimento sustentável no campo com condições dignas de vida.

Nantes (2010) tratou da gestão de empreendimentos rurais que se dedicam à produção de goiaba destinada ao processamento na maior região produtora do estado de São Paulo. Para tanto, comparou, através de indicadores, os resultados verificados nos empreendimentos rurais que optaram pela verticalização da produção, com os obtidos pelos produtores que produzem a matéria-prima e a entregam para o processamento. O autor enfatiza a necessidade de mudança do perfil do produtor rural, sendo que agregar valor à sua produção é uma forma adequada para atingir a sustentabilidade e a permanência no setor.

Nordi (2010) realizou um estudo em municípios da serra da Mantiqueira na porção sul do estado de Minas Gerais. Procurou obter, organizar e integrar informações históricas, sócio ecológicas, agropecuárias, das formações naturais, de uso e ocupação do solo e de distribuição de algumas espécies silvestres que, em seu conjunto, possam contribuir ao planejamento ambiental voltado à melhoria da qualidade de vida e à conservação dos recursos naturais da região.

A integração de diferentes metodologias de análise possibilitou fornecer resultados importantes para a compreensão da dinâmica social e ambiental presentes na serra da Mantiqueira sul mineira, bem como possibilitou sugerir propostas complementares de desenvolvimento à região.

Os resultados forneceram subsídios para fortalecer a concepção de que a agricultura realizada em molde familiar, além de atender a melhores atributos de sustentabilidade no contexto social e produtivo, também propicia melhores possibilidades de conservação da riqueza natural, reforçando a importância deste modelo agrário.

Pinheiro *et al.* (2010) elaboraram um modelo econômico de precificação para explicar a percepção dos fumicultores e de empresas fumageiras da região Sul do Brasil, sobre o valor da remuneração do trabalho, no custo de produção negociado entre as partes visando à minimização dos conflitos existentes.

Santos (2010) analisou o processo de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, na modalidade Compra Direta, no município de Ponta Grossa – PR, enfatizando o papel e as percepções sociais locais. Concluiu que, embora o processo de implantação do programa no município tenha se mostrado desarticulado e contraditório, ainda fortalece a agricultura familiar, abre nova linha de comercialização, diversifica a produção, aumenta a renda das famílias participantes e promove a melhoria da segurança alimentar e nutricional das pessoas em situação de risco social.

Tonett, Souza e Ribeiro (2010) pesquisaram os benefícios dos projetos desenvolvidos sob as premissas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Suinocultura, uma alternativa interessante para estimular a implementação de empreendimentos sustentáveis sob os aspectos econômico, ambiental e social, principalmente, em setores potencialmente poluidores.

A pesquisa teve como objetivo analisar os benefícios decorrentes de investimentos em empreendimentos de suinocultura, por meio de pesquisa exploratória, desenvolvida com base em análise documental de uma negociação entre duas entidades no estado do Mato Grosso.

O estudo revelou a existência de uma série de vantagens decorrentes de tratamento do gás metano proveniente da atividade, quais sejam eliminação dos impactos ambientais e seus respectivos custos, geração de energia para automanutenção, geração de biofertilizantes menos nocivos ao solo e ao lençol freático e, ainda, sem custos adicionais.

Almeida *et al.* (2011) pesquisaram as práticas de controles gerenciais pelos produtores de leite no Oeste de Santa Catarina que adotam o método de Pastoreio Racional Voisin (PRV), sendo que a produção de leite em pequenas propriedades familiares é uma das principais atividades desenvolvidas no oeste catarinense.

Com a pesquisa, os autores constataram que a utilização do PRV melhorou a qualidade de vida dos produtores, a quantidade de trabalho pesado diminuiu e, com a evolução da utilização do método, a quantidade de controle aumentou. No entanto, os produtores necessitam organizar melhor suas atividades no intuito de melhorar o consumo de recursos, visando uma maior eficiência e rentabilidade, associada à qualidade de vida dos produtores e de sua comunidade.

Porto *et al.* (2011) tratam sobre o “controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade”. Artigo semelhante foi publicado no periódico “Custos e Agronegócio on line” por Medeiros *et al.* (2012), sob o título: “Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade de produtores rurais”, sendo que este artigo já fora comentado anteriormente.

Alves Filho (2012) procurou compreender como são percebidas as inter-relações entre os aspectos de saúde ambiental e os modos de vida, em populações de assentados rurais que constituem alvo de políticas públicas. Como resultado, observou que há um grande distanciamento entre o discurso propositivo de algumas políticas públicas inspiradas nos princípios da sustentabilidade e a realização objetiva de sua prática, sobretudo na dimensão dos aspectos de saúde pública.

Medeiros *et al.* (2012) publicaram artigo sobre o controle e a apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade rural. O objetivo foi de apresentar uma visão da agricultura familiar sob a perspectiva da sustentabilidade do agronegócio, referente à apuração de resultado. Por meio de uma pesquisa de campo, junto aos produtores rurais de Cerejeiras/RO, foi possível verificar que os produtores rurais, em sua maioria, não controlam os gastos de suas produções, estão satisfeitos na atividade rural e desconhecem as terminologias de apuração de resultado da produção.

Oliveira *et al.* (2012) analisaram o efeito dos custos ambientais no desempenho econômico de uma empresa produtora de algodão localizada na região sul de Mato Grosso. Evidenciam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelo setor rural é a alocação dos custos ambientais incorridos durante o processo de produção. Em se tratando de um processo de produção contínua, surgem dúvidas sobre qual o tratamento adequado e os efeitos no desempenho econômico dos custos incididos por uma empresa cotonicultora na proteção e preservação do meio ambiente.

Foram calculados os custos de produção do algodão por hectare, sem considerar os custos ambientais e, em seguida, identificados os gastos com a proteção e preservação ambiental e transferidos para o custo de produção. Verificaram que os custos ambientais, quando alocados aos produtos na proporção adequada, aumentam os custos de produção em 3,3%. Porém, o efeito no resultado foi de mais de 27% no período analisado.

Quanto ao desempenho econômico, os custos ambientais tiveram impacto de mais de 29% no retorno sobre o investimento. As reflexões contidas neste artigo evidenciam a

necessidade de identificar os custos ambientais e seu impacto nos custos de produção do algodão, servindo como dado relevante no processo de tomada de decisões.

Santos (2012) objetivou entender de que modo os conceitos e as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural no Brasil, a conservação e a gestão da biodiversidade nas paisagens rurais, nas últimas três décadas, evoluíram no país.

Os resultados, de acordo com o estudo realizado num território essencialmente rural, o Pontal do Paranapanema (SP), onde os diferentes modelos de agricultura e desenvolvimento rural foram exemplificados, evidenciam e corroboram com a hipótese de que as atuais políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural são conflitantes e antagônicas à gestão e à conservação da biodiversidade na paisagem rural.

Siqueira e Souza (2012) pesquisaram o sistema orgânico e a cafeicultura familiar do Caparaó-ES. Para tanto, discutiram a viabilidade econômica da produção de café arábica, comparando três sistemas convencionais e um sistema orgânico, tendo em vista a sustentabilidade dos produtores familiares.

Os autores demonstraram que o único sistema de produção inviável foi o convencional com produtividade de 20 sacas por hectare. Além disso, o preço recebido pelo café foi a variável que exerceu a maior influência na rentabilidade dos produtores familiares.

No Quadro 2 é apresentado um resumo das pesquisas nacionais realizadas sobre o tema em estudo.

Quadro 2 – Quadro Resumo dos Enfoques das Pesquisas Nacionais Realizadas sobre o Tema Sustentabilidade no Setor Rural

Autor(es)	Ano	País/Localidade	Enfoque da Pesquisa
Picanço Filho, Figueiredo e Oliveira Neto	2009	Brasil/Amazonas	Sustentabilidade econômico-financeira da bovinocultura de corte.
Rodrigues, Barbosa e Almeida	2009	Brasil/Tocantins	Análise custo/benefício ambiental da produção de soja.
Gaspari	2010	Brasil/São Paulo	Estratégias familiares e sustentabilidade econômica em assentamento rural.
Nantes	2010	Brasil/São Paulo	Gestão de empreendimentos rurais.
Nordi	2010	Brasil/ Minas Gerais	Paisagística e conservação de biodiversidade.
Pinheiro <i>et al.</i>	2010	Brasil/ Região sul	Modelo de precificação sustentável para a atividade fumageira.
Santos	2010	Brasil/Paraná	Agricultura familiar e programa de aquisição de alimentos.
Tonett, Souza e Ribeiro	2010	Brasil/ Mato Grosso	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na Suinocultura.

Continua...

Almeida <i>et al.</i>	2011	Brasil/ Santa Catarina	Práticas de controles gerenciais pelos produtores de leite.
Porto <i>et al.</i>	2011	Brasil/Rondônia	Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade.
Alves Filho	2012	Brasil/São Paulo	Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo.
Medeiros <i>et al.</i>	2012	Brasil/Rondônia	Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade.
Oliveira <i>et al.</i>	2012	Brasil/ Mato Grosso	Custo ambiental na cultura do algodão.
Santos	2012	Brasil/São Paulo	Desenvolvimento rural, biodiversidade e políticas públicas.
Siqueira e Souza	2012	Brasil/ Espírito Santo	Sistema orgânico e a cafeicultura familiar.

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas pelos autores citados.

2.4 MODELO DE AGREGAÇÃO DE RENDA: COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade, criado na Europa no século XIX, caracterizando-se pela ajuda mútua através da cooperação e da parceria. No entanto, segundo Yoshitake *et al.* (2010) já no século XV, quando do descobrimento da América, foram constatadas formas bem definidas de cooperação nas civilizações Asteca, Maia e Inca, onde viviam em regime de verdadeira ajuda mútua.

Para Lopes (2011), a qualidade da resposta concebida pela cooperativa está na diferenciação em relação às empresas ou sociedades comerciais tradicionais. Na cooperativa, os benefícios da atividade econômica devem ser descentralizados em favor dos associados, por serem eles os próprios financiadores, administradores e controladores do empreendimento cooperativo, abrindo-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual, algo dissociado no caso das relações entre empregador e empregado.

Objetiva-se a eliminação do intermediário, não visam o lucro, proporcionam maiores sobras para os associados e aplicam boa parte dos excedentes na melhoria dos serviços aos associados e do próprio desenvolvimento da comunidade, mais democrático, igualitário e humano. Focam o processo nas pessoas, no autodesenvolvimento cidadão e no autogerenciamento, sem oferecer riscos a terceiros.

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) expõem que as Sociedades Cooperativas poderão ter por objeto qualquer tipo de serviço, operação ou atividade e um de seus objetivos é a eliminação do intermediário. Além disso, não visam o lucro, mas proporcionam maiores

sobras aos seus associados. Ademais, ao contribuírem com a organização da estrutura social e econômica do País, almejam um desenvolvimento mais democrático, igualitário e humano, tendo como base a cidadania, focando nas pessoas, no autodesenvolvimento e no autogerenciamento, sem oferecer riscos a terceiros, pois gerem suas sobras e prejuízos pelo rateio, decidido democraticamente.

Nas cooperativas, o capital não é um fim em si, mas um meio, um instrumento, embora importante, porém subordinado aos interesses e às necessidades do trabalho associado, para realizar os diversos objetivos político-sociais das cooperativas. Ou seja, não são instituições beneficentes, pois o capital é importante à consolidação das cooperativas, a fim de permitir que prestem melhores serviços aos seus associados e à comunidade e que satisfaçam suas necessidades, e onde ainda existe primazia do fator trabalho sobre o capital (SCHNEIDER, 2007).

Fagundes *et al.* (2008) reforçam que o cooperativismo de crédito tem como premissa a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus associados e no estabelecimento da poupança sistemática. Equipara-se à prestação de serviços bancários, mas com o diferencial que os recursos captados pelas cooperativas de crédito são aplicados no seu local de origem, a custos e taxas menores, contribuem para proporcionar aumento da produção e atendem aos fins sociais decididos pelos associados, com base nos interesses comunitários.

Na Cooperativa de Crédito a principal fonte de receitas é de intermediação financeira. A instituição capta recursos no mercado, de pessoas físicas e jurídicas, e empresta aos seus associados em troca de juros. Estes associados, ao final do exercício, por possuírem participação no capital social investido na Cooperativa, ainda recebem uma parte do resultado sob a forma de juros sobre o capital próprio e sobras à disposição da assembleia. A assembleia é soberana na decisão de distribuir proporcionalmente aos produtos, serviços, movimentações financeiras e capital investido por membro da Cooperativa.

Além disso, a Cooperativa também recebe recursos repassados pelo Governo Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e empresta aos associados, através de linhas de custeio e de investimento, principalmente para o público rural, a juros subsidiados que apresentam taxas muito aquém dos juros de crédito geral do mercado financeiro.

Por outro lado, Schneider (2007) explica que a integração e a identificação das pessoas com a cooperativa, na zona rural, é mais acentuada do que na zona urbana, o que possibilita

controles sociais recíprocos entre as pessoas, predominando as interações mais fragmentadas. E isso porque o homem rural é menos desafiado a prometer sua adesão a alguma associação ou outra entidade social, quanto o homem urbano, que na sua complexa interação social, é desafiado por “N” entidades, associações, sindicatos etc., para tornar-se associado a elas. E a quanto mais associações e entidades pertença, mais fragmenta e debilita sua fidelidade com cada uma delas.

Ademais, a cooperativa capta recursos em poupança e parte deste valor é destinado aos associados, através de custeio com fonte denominada Poupança Rural, sendo que a cooperativa remunera os associados poupadores, beneficia com juros subsidiados os associados tomadores, auxilia no giro de recursos na sua região de atuação e, por fim, beneficia também os outros associados que apesar de não serem nem tomadores nem poupadores deste recurso irão receber, ao final do exercício, juros ao capital e sobras da cooperativa.

2.5 CRÉDITO RURAL

Conforme o BACEN (2012), o crédito rural é a utilização de recursos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) aos seus beneficiários nas finalidades de custeio, investimento e comercialização, de acordo com as condições do manual de crédito rural (MCR). O SNCR é constituído por várias instituições financeiras, entre elas as cooperativas de crédito autorizadas a operar em crédito rural e os bancos cooperativos.

A seguir são abordadas algumas das diretrizes estabelecidas pelo órgão regulamentador – Banco Central do Brasil – à condução do crédito rural.

2.5.1 Principais Características do Crédito Rural

São objetivos do Crédito Rural, conforme o BACEN (2012): fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, com consequente aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo; estimular investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários e desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

Quanto às vedações, o BACEN (2012) estipula que o crédito rural não pode ser utilizado para: financiamento de atividades deficitárias ou antieconômicas; pagamento de dívidas; recuperação de capital investido; retenção especulativa de bens; antecipação da realização de lucros presumíveis e amparo de atividades sem caráter produtivo ou aplicações desnecessárias ou de mero lazer.

O crédito rural tem as seguintes finalidades, de acordo com BACEN (2012):

- Custeio: destina-se a cobrir gastos normais dos ciclos produtivos. Ex.: insumos, sementes, mão de obra terceirizada, aluguéis de máquinas etc.;

- Investimento: destina-se à aquisição de bens e serviços cujo uso se estenda por vários períodos de produção. Ex.: compra de equipamentos, matrizes e reprodutores, construção de benfeitorias, silos etc.;

- Comercialização: destina-se a cobrir despesas próprias da fase imediatamente posterior à colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas. Ex.: financiamento para a pré-comercialização, EGF, desconto de notas promissórias rurais etc.

A pesquisa delimita-se aos produtores rurais tomadores de custeio no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desta forma, são aprofundadas estas finalidades nos tópicos a seguir.

2.5.2 Pequenos Produtores e Agricultura Familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Sachs (2001) introduz que a agricultura familiar possui papel importante no desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local. E, para atendimento financeiro a este público, Souza e Caume (2008) explicam que o PRONAF foi o primeiro programa de crédito específico criado para a agricultura familiar.

Para os autores, até a metade da década 1990 o financiamento do pequeno produtor restringia-se, principalmente, aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Todavia, o alcance era específico e restrito, pois se limitava a atender somente aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA (2012), evidencia também que o PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito

de atender de forma diferenciada aos mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Além disso, o PRONAF tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos entes e produtores familiares.

Feijó (2005) ratifica que o PRONAF fornece assistência financeira e técnica a produtores rurais pobres que não tem acesso alternativo ao mercado de crédito formal. É, ainda, administrado e supervisionado por três instâncias de poder (Governo Federal, Estados e Municípios). Além disso, os conselhos locais (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural) atuam com a participação de diversos segmentos organizados da sociedade, coordenando efetivamente as ações do programa, que é segmentado em áreas de atuação: linhas de crédito bancário, infraestrutura, formação técnica, capacitação do produtor e pesquisa agropecuária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA (2012), explica que o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Para o BACEN (2012), são beneficiárias do PRONAF as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Conforme MDA (2013) no Plano Safra 2013/2014 houve alteração da renda para enquadramento no grupo AF de: entre R\$ 10 mil a R\$ 160 mil. Para até R\$ 360 mil, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VPB), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Sachs (2001) afirma que o PRONAF sinalizou, pela primeira vez, a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, rompendo com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agronegócio. Para Feijó (2005), desde a sua fundação houve uma

evolução no desenho original do PRONAF à medida que novos produtos financeiros e novas facilidades passaram a ser oferecidos.

O Programa oferece incentivos financeiros, aditando modernas tecnologias financeiras na entrega do crédito, como exemplo os rebates (diminuições) nos juros (que chegam a 50% em alguns casos) na quitação em dia das parcelas. Esta iniciativa tem-se mostrado eficiente para induzir ao pagamento das dívidas em situação de normalidade (FEIJÓ, 2005). Para o autor, as linhas de crédito bancário são disponibilizadas por meio de instituições financeiras qualificadas, as quais possuem a função de emprestar, cobrar, controlar e monitorar os projetos rurais. Para tanto, utilizam os fundos disponíveis do programa para emprestar e apoiar diretamente os pequenos produtores rurais, ou repassam os recursos a outros bancos participantes.

2.5.3 Vantagens do PRONAF

O BACEN (2012) esclarece que as vantagens do PRONAF são:

a) Para os produtores: obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais; aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; melhoria das condições de vida do produtor e de sua família; agilidade no atendimento e para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até cinco anos, no caso de custeio das atividades.

As taxas de juros são subsidiadas pelo Governo Federal, em faixas que variam conforme o valor tomado, sendo que os prazos de reembolso são de até um ano para custeio pecuário e custeio para agroindústria; de até três anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito), até dois anos para as culturas bianuais e até um ano para as demais culturas, observado o ciclo operacional de cada empreendimento, no caso de custeio agrícola.

b) Para o país: maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite e estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

A seguir consta o quadro resumo das linhas do PRONAF, classificações, valores financiados e respectivas taxas de juros.

Quadro 3 – Quadro Resumo de Crédito PRONAF 2012/2013

Linhas e Grupos	Faixa I	Faixa II	Faixa III
PRONAF Custeio	Até R\$ 10 mil	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil	Mais de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil
	Juros de 1,5% a.a.	Juros de 3% a.a.	Juros de 3,5% a.a.
PRONAF Investimento (Mais Alimentos)	Até R\$ 10 mil	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil; Até R\$ 300 mil (atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura).	
	Juro de 1% a.a.	Juros de 2% a.a.	
Microcrédito Rural	Investimento: Até R\$ 2,5 mil por operação.		
	Juro de 0,5% a.a.		
	Custeio: nas condições estabelecidas no MCR 10.4.2.		
PRONAF Agroecologia	Até R\$ 10 mil	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil	
	Juro de 1% a.a.	Juros de 2% a.a.	
PRONAF Mulher	Até R\$ 2,5 mil	Até R\$ 10 mil, juro de 1% a.a.	
	Juro de 0,5% a.a.	Mais de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil, juros de 2% a.a.	
PRONAF ECO	Até R\$ 10 mil	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil	
	Juro de 1% a.a.	Juros de 2% a.a.	
PRONAF Agroindústria	Individual até R\$ 130 mil;	Individual acima de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil;	
	Cooperativas e associações até R\$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R\$ 10 mil.	Cooperativas e associações acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 30 milhões, respeitando o limite individual de até R\$ 40 mil.	
	Juro de 1% a.a.	Juros de 2% a.a.	
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual até R\$ 10 mil;		
	Empreendimento familiar rural - até R\$ 210 mil;		
	Associações - até R\$ 4 milhões;		
	Cooperativas até R\$ 10 milhões e Cooperativas Centrais R\$ 30 milhões.		
	Juros de 4% a.a.		
PRONAF Cota-Parte	Individual: até R\$ 20 mil;		
	Cooperativa: até R\$ 20 milhões;		
	Juros 4% a.a.		
PRONAF Investimento para a Reforma Agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1.5 mil para ATER. Juro 0,5% a.a., bônus de adimplência de 44,186%.		
PRONAF Custeio para a Reforma Agrária	Até R\$ 5 mil por operação; até 3 operações; juros 1,5% a.a.		

Fonte: Adaptado de MDA - Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 (2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo tem-se como objetivo caracterizar o estudo quanto aos procedimentos metodológicos empregados, que Gil (2010, p. 26) considera como “o caminho para se chegar ao fim”. Para tanto, descreve-se a classificação, a população e a amostra da pesquisa, explicam-se a coleta, tratamento e análise de dados e, por fim, evidenciam-se as limitações do método adotado, de forma a responder ao problema de pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Silva e Menezes (2001), Gil (2002; 2010) e Malhotra *et al.* (2005) sugerem que as pesquisas sejam classificadas de acordo com a natureza, a forma de abordagem do problema, os objetivos e os procedimentos técnicos.

Quanto à natureza a pesquisa realizada pode ser classificada como aplicada, na medida em que se propôs a responder um problema identificado no campo prático, pronunciado no capítulo 1; quanto à abordagem do problema esta se configura como qualitativa, realizada mediante a análise e interpretação das respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas junto aos produtores rurais; e quantitativa com análises estatísticas, ou seja, a tradução em números que possibilitem a análise e a classificação das informações dos perfis obtidos dos produtores rurais e dos números informados pela Cooperativa de Crédito.

Quanto aos objetivos da pesquisa esta pode ser considerada como exploratória, pois há a finalidade de desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e de ideias, a fim de buscar a resposta para problemas mais precisos; e descritiva, pois é apresentada uma análise descritiva dos dados obtidos, procurando-se descrever as características da população e o estabelecimento de relações entre as variáveis; e, finalmente, quanto ao procedimento técnico, este pode ser classificado como documental, por utilizar-se de relatórios e de documentos da Cooperativa, como base cadastral, projetos e orçamentos, e pesquisa de campo, realizada mediante entrevistas face a face, semiestruturadas, com questões abertas e fechadas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A população é formada por todos os produtores rurais, associados de uma Cooperativa de Crédito, moradores da região sul do Rio Grande do Sul (Pelotas e região), tomadores de

crédito na linha de PRONAF Custeio Agrícola e Pecuário no período de 1º de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2013 (anos safra 09/10, 10/11, 11/12 e 12/13).

Conforme relatórios emitidos na Cooperativa de Crédito repassadora de recursos de crédito rural, na Tabela 1 apresenta-se a quantidade de operações de crédito, quantidade de associados da Cooperativa que são produtores rurais e tomadores de custeio e volume de recursos liberados em cada cultura financiada, com respectivas frequências relativas (FRI), no período de 01/07/09 a 30/06/13.

Tabela 1 – Operações de crédito, associados beneficiados e valores liberados no período de 01/07/09 a 30/06/13

Cultura	Operações	Fri (%)	Associados	Fri (%)	Valor total liberado (R\$)	Fri (%)
Arroz Irrigado	20	0,50	10	0,64	703.977	2,27
Bovinos – carne	26	0,65	13	0,84	585.421	1,88
Bovinos – leite	29	0,72	14	0,90	234.834	0,76
Cebola	16	0,40	6	0,39	362.082	1,17
Feijão	12	0,30	8	0,52	26.196	0,08
Hortaliças	1	0,02	1	0,06	30.000	0,10
Maça	4	0,10	1	0,06	140.203	0,45
Milho	2.810	70,23	1.033	66,60	16.313.870	52,51
Morango	154	3,85	62	4,00	810.068	2,61
Pêssego	428	10,70	157	10,12	3.905.535	12,57
Soja	491	12,27	241	15,54	7.865.189	25,32
Tomate	5	0,12	2	0,13	54.972	0,18
Uva Europeia	5	0,12	3	0,19	33.044	0,11
Totais	4.001	100	1.551	100	31.065.391	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, no período de 1º de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2013 a instituição financeira cooperativa liberou R\$ 31.065.391,00 (trinta e um milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais), sendo 4.001 operações de crédito para 1.551 produtores rurais, em treze diferentes culturas, tais como: arroz, bovinos (produção de carne e de leite), cebola, feijão, hortaliças diversas, maçã, milho, morango, pêssego, soja, tomate e uva europeia.

Neste caso, devido ao custeio ser liberado e liquidado anualmente, obtém-se a razão de 2,58 entre o número de operações e o número de associados, ou seja, em média cada produtor tomou dois ou mais custeios em quatro anos safras. Existem, também, casos em que o associado tomou crédito nos quatro anos consecutivos e outras situações apontadas em que um produtor tomou crédito apenas um ano, por exemplo.

Além disso, pode-se observar que a cultura do milho tem maior frequência de operações de crédito, associados e valores liberados, com frequência relativa (FRI) de 70,23%, 66,60% e 52,51%, respectivamente.

A cultura da soja tem representatividade de 12,27% das operações de crédito, 15,54% dos associados tomadores de custeio e 25,32% do volume total liberado.

A terceira cultura mais representativa é a do pêssego, com 10,70% da frequência das operações liberadas, 10,12% dos associados e 12,57% do volume total de recursos.

Os valores médios das operações de crédito custeio e a média das áreas beneficiadas, em hectare, por cultura, estão na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Valor médio do custeio e média de áreas beneficiadas no período de 01/07/09 a 30/06/13

Cultura	Valor médio do custeio (R\$)	Média área (hectare)
Arroz Irrigado	35.199	20,43
Bovinos – carne	22.516	57,49
Bovinos – leite	8.098	17,19
Cebola	22.630	6,28
Feijão	2.183	3,64
Hortaliças	30.000	8,00
Maça	35.051	7,00
Milho	5.806	7,43
Morango	5.260	0,21
Pêssego	9.125	3,98
Soja	16.019	17,88
Tomate	10.994	0,94
Uva Europeia	6.609	1,80
Totais Médios	7.764	11,71

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, a partir da Tabela 2, que em média uma operação de custeio tem o valor de R\$ 7.764,00 (sete mil setecentos e sessenta e quatro reais) e contempla área média equivalente a 11,71ha.

Sendo que os maiores valores liberados, por operação, encontram-se nas culturas: arroz irrigado, maça, hortaliças, cebola e bovinos (produção de carne). Todavia, a maior média de hectares por cultura concentra-se na produção de bovinos (carne), arroz irrigado, soja e bovinos (leite).

Já na Tabela 3, a seguir, apresenta-se o perfil demográfico dos produtores rurais, com informações sobre sexo, estado civil e idade média.

Tabela 3 – Perfil demográfico – sexo, estado civil e idade

Cultura	Homens	Mulheres	Casados	Solteiros/Viúvos/Divorciados	Idade Média
Arroz Irrigado	9	1	5	5	39
Bovinos – carne	12	1	6	7	48
Bovinos – leite	13	1	11	3	53
Cebola	6	0	5	1	47
Feijão	8	0	8	0	49
Hortaliças	1	0	1	0	57
Maça	1	0	1	0	59
Milho	930	103	760	273	44
Morango	57	5	48	14	41
Pêssego	141	16	115	42	48
Soja	229	12	169	72	43
Tomate	2	0	2	0	51
Uva Europeia	3	0	3	0	51
Totais	1.412	139	1.134	417	45

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 3 a maioria dos produtores é do sexo masculino, representam 91% do total de tomadores de crédito, é casado, equivalente a 73% do total, com idade que varia de 39 a 59 anos, média de 45 anos.

Ressalta-se que as mulheres rurais, tomadoras de crédito custeio junto a Cooperativa de Crédito, representam 9% do total de beneficiários do recurso com taxas subsidiadas.

Na Tabela 4, a seguir, apresenta-se o perfil demográfico dos produtores rurais, com informações sobre a média de pessoas na ocupação, quantidades de dependentes dos produtores rurais, quantos são aposentados e tempo médio de associação na Cooperativa.

Tabela 4 – Perfil demográfico – média de pessoas na ocupação, média de dependentes e tempo médio de associação na Cooperativa

Cultura	Pessoas na Ocupação	Dependentes	Tempo de Associação (anos)
Arroz Irrigado	1	1	10
Bovinos – carne	1	1	6
Bovinos – leite	2	1	11
Cebola	1	1	7
Feijão	2	1	12
Hortaliças	1	0	8
Maça	2	1	12
Milho	2	1	10
Morango	2	1	13
Pêssego	3	1	11
Soja	2	1	11
Tomate	4	5	15
Uva Europeia	1	2	7
Totais Médios	2	1	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 4, em média cada propriedade tem duas pessoas na ocupação rural, em média os produtores têm um dependente, sendo que o tempo médio de associação na Cooperativa de Crédito é de 10 anos.

Na Tabela 5 é apresentado o perfil econômico-financeiro dos produtores rurais, com informações sobre renda média mensal, despesa média mensal, média de capital social investido na Cooperativa e patrimônio médio, informações coletadas através de relatórios cadastrais emitidos pela instituição.

Tabela 5 – Perfil econômico-financeiro – média de: renda mensal, despesa mensal, capital social investido na Cooperativa e patrimônio dos produtores rurais – em R\$

Cultura	Renda Mensal	Despesa Mensal	Capital Social	Patrimônio
Arroz Irrigado	8.746	4.771	3.791	169.907
Bovinos – carne	10.634	6.380	4.499	255.930
Bovinos – leite	3.752	1.908	1.889	114.518
Cebola	10.623	5.243	3.008	197.092
Feijão	4.004	1.974	2.316	130.643
Hortaliças	16.250	5.800	5.576	250.000
Maça	5.787	4.207	5.923	666.250
Milho	4.769	2.750	2.359	152.705
Morango	5.454	2.771	2.407	128.275
Pêssego	4.848	2.089	3.244	140.735
Soja	7.235	3.882	3.715	224.111
Tomate	6.962	2.315	4.173	242.382
Uva Europeia	10.694	5.548	1.616	170.071
Totais Médios	7.674	3.818	3.424	218.663

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados da Tabela 5, é possível averiguar que os produtores têm renda bruta média mensal de R\$ 7.674,00 (sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais), despesa média mensal de R\$ 3.818,00 (três mil, oitocentos e dezoito reais), capital social médio investido na Cooperativa de R\$ 3.424,00 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) e patrimônio médio de R\$ 218.663,00 (duzentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e três reais).

Observa-se que as maiores rendas mensais são dos produtores de hortaliças, uva europeia, bovinos – carne e cebola. Todavia, estas culturas também são as que apresentam as maiores despesas.

A seguir, na Tabela 6 é exibido o perfil financeiro dos produtores rurais, associados da Cooperativa de Crédito e tomadores de crédito custeio PRONAF, com informações sobre a classificação por risco de crédito.

Tabela 6 – Perfil financeiro – análise de risco das operações de crédito PRONAF da Cooperativa de Crédito

Cultura	A	B	C	D	E	F/G/H	Total
Arroz Irrigado	2	3	5	0	0	0	10
Bovinos – carne	6	2	5	0	0	0	13
Bovinos – leite	12	1	1	0	0	0	14
Cebola	4	1	0	0	1	0	6
Feijão	3	3	1	1	0	0	8
Hortaliças	1	0	0	0	0	0	1
Maça	0	1	0	0	0	0	1
Milho	756	140	77	29	12	19	1.033
Morango	41	5	11	3	2	0	62
Pêssego	104	36	10	1	2	4	157
Soja	133	55	43	7	0	3	241
Tomate	1	1	0	0	0	0	2
Uva Europeia	2	0	1	0	0	0	3
Totais	1.065	248	154	41	17	26	1.551

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à análise de risco das operações, a instituição financeira cooperativa utiliza um modelo para classificação, em cumprimento à Resolução CMN 2.682/99, que dispõe sobre a classificação e a constituição de provisão para as operações de crédito, mediante a utilização dos oito níveis de risco. Desta forma, através de indicadores, procura estimar a probabilidade da ocorrência de um acontecimento adverso e que resulte, direta ou indiretamente, em perda econômica, sendo a classificação de risco “A” a de menor risco e “H” a de maior risco.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 6, a maioria dos produtores (69%) é classificada em risco A, ou seja, representam pequeno risco de deixar de fazer o pagamento pleno de suas obrigações financeiras em um dado horizonte de tempo. Neste caso, há uma provisão para futuras perdas na Cooperativa de 0,5% dos valores das operações de crédito, correspondendo a 1.065 produtores rurais. No risco B a provisão é de 1% e corresponde a 248 casos; no risco C a provisão é de 3% e 154 casos; no risco D há 41 casos e provisão de 10%, no risco E com 17 casos a provisão é de 30%; no risco F a provisão de 50%; no risco G a provisão é de 70%; e no risco H a provisão é de 100%, estes três últimos totalizam 26 casos.

Na Tabela 7 apresenta-se o perfil econômico-financeiro dos produtores rurais, com informações sobre a média de aplicações financeiras e poupança investida na Cooperativa e endividamento médio registrado no Sistema Financeiro Nacional, divididos por crédito geral e rural.

Tabela 7 – Perfil econômico-financeiro da população investigada – média de investimento na Cooperativa e de endividamento no Sistema Financeiro Nacional (SFN) – em R\$

Cultura	Aplicações Diversas	Poupança	Endividamento (SFN)	Crédito Geral (SFN)	Crédito Rural (SFN)
Arroz Irrigado	8.819	5.838	22.662	12.843	9.818
Bovinos – carne	7	1.279	71.136	10.531	60.605
Bovinos – leite	199	289	22.982	6.127	16.855
Cebola	2.357	7.649	49.095	4.959	44.135
Feijão	680	708	47.281	12.548	34.733
Hortaliças	0	39.284	58.946	3.851	55.095
Maça	0	0	152.120	9.675	142.445
Milho	3.358	2.573	26.183	8.500	17.683
Morango	822	911	27.782	9.101	18.681
Pêssego	4.043	5.014	30.736	8.653	22.083
Soja	5.299	5.357	46.223	11.765	34.459
Tomate	3.015	0	49.389	26.597	22.792
Uva Europeia	0	0	53.236	20.516	32.720
Totais Médios	3.577	3.199	30.529	9.122	21.407

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se observa na Tabela 7, os produtores têm em média R\$ 3.577,00 (três mil, quinhentos e setenta e sete reais) em aplicações de investimentos (com condições de prazo e taxa diversas) na Cooperativa, investem em média R\$ 3.199,00 (três mil cento e noventa e nove reais) em poupança.

De acordo com pesquisa realizada no site do Banco Central, os produtores rurais têm uma média de endividamento de R\$ 30.529,00 (trinta mil, quinhentos e vinte e nove reais) em todo o Sistema Financeiro Nacional, sendo tomadores de recursos de crédito geral – média de R\$ 9.122,00 (nove mil, cento e vinte e dois reais) e crédito rural – média de R\$ 21.407,00 (vinte e hum mil quatrocentos e sete reais).

A Tabela 8 evidencia a localização geográfica da população investigada.

As siglas utilizadas na tabela referem-se aos municípios em que a Cooperativa possui associados residentes e domiciliados (população da pesquisa) são respectivamente: P – Pelotas, CÇ – Canguçu, SL – São Lourenço do Sul, T – Turuçu, MR – Morro Redondo, AP – Arroio do Padre, CR – Cristal, DF – Dom Feliciano, CE – Cerrito, RG – Rio Grande, PI – Piratini, CL – Capão do Leão, AF – Amaral Ferrador, CH – Chувиска, CQ – Camaquã, PO – Pedro Osório, SJ – São Jerônimo e TP – Tapes.

Tabela 8 – Localização Geográfica no Rio Grande do Sul

Cultura	P	CÇ	SL	T	MR	AP	CR	DF	CE	RG	PI	CL	AF	CH	CQ	PO	SJ	TP
Arroz	4	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Carne	3	2	0	0	0	0	5	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0
Leite	1	1	0	0	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cebola	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Feijão	1	3	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hortaliças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Maça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Milho	274	169	222	105	96	85	30	31	7	0	3	0	3	3	1	1	2	1
Morango	30	0	0	31	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pêssego	85	21	0	0	46	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Soja	70	75	24	39	9	7	7	0	2	0	3	3	0	0	0	1	0	1
Tomate	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uva	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	469	274	248	177	166	93	46	31	15	8	6	4	3	3	2	2	2	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, a partir da Tabela 8 que o crédito rural – PRONAF beneficia produtores rurais residentes em 18 municípios, sendo Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Morro Redondo e Arroio do Padre os que têm maior quantidade de produtores rurais tomadores deste crédito na Cooperativa.

3.3 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra é formada por oito pequenos agricultores produtores de milho, soja, arroz e pêssego, escolhidos por amostragem não probabilística, por acessibilidade ou por conveniência, tendo em vista a viabilidade da pesquisa no que se refere à coleta dos dados.

As culturas foram escolhidas por ser as principais e mais representativas da região sul do estado do Rio Grande do Sul. A possibilidade de comparação entre os produtores foi considerada para escolha das quatro culturas, desta forma, foram entrevistados dois produtores por cultura. As demais culturas têm pouquíssimos casos o que impossibilita a localização dos produtores. Desta forma, a pesquisa permite a comparabilidade entre as quatro culturas principais da região, que são:

Arroz: cultura temporária, predominantemente de associados de alta renda, mas que tem poucos casos no PRONAF (10 produtores). Soja: cultura temporária, característica de pequenos (241 produtores), médios e grandes produtores. Milho: cultura temporária,

característica do pequeno produtor, com 1.033 pessoas beneficiadas nos últimos quatro anos safra. Pêssego: cultura permanente, característica do pequeno produtor, 157 produtores.

3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade. Para tanto, foi estruturado de maneira a contemplar o arcabouço teórico (capítulo dois), desenvolvimento do protocolo, modelo adaptado com base em Yin por Daronco (2013), e instrumento de pesquisa; entrevistas e coleta de dados, a seguir mencionados.

No apêndice A consta o protocolo de pesquisa, o qual tem como finalidade, segundo Yin (2005), identificar as principais atividades a serem executadas antes, durante e após o projeto de pesquisa, além de gerar confiabilidade e orientação em cada fase do trabalho.

O instrumento de pesquisa, apêndice B, é estruturado em seções: levantamento de dados pessoais (dados qualitativos de identificação dos entrevistados), levantamento de dados familiares/sociais (informações relativas à atividade familiar, para averiguar a incorporação de pessoas ao trabalho e a minoração do êxodo rural), levantamento de informações ambientais (consciência e prática de cuidados ambientais, para examinar o uso dos recursos da natureza no processo de produção) e levantamento econômico-financeiro (informações das finanças pessoais, familiares e o Balanço Perguntado, a fim de verificar a colaboração do crédito rural na produção agrícola (alimentos) e a otimização do resultado dos agricultores (tomadores de crédito).

Utilizou-se o método *Inquired Balance Sheet* ou Balanço Perguntado para a mensuração monetária das variáveis quantitativas e qualitativas envolvidas neste estudo. Segundo Kassai (2004), trata-se de uma metodologia utilizada para o levantamento de informações por meio de um questionário previamente elaborado, aplicado mediante interrogatório direto ao dono ou pessoa responsável pelo empreendimento e que permite apresentar no formato básico das demonstrações contábeis a situação econômica e financeira de pequenas empresas que apresentam situações de escassez ou imprecisão das informações.

O autor sinaliza que o método dispensa os registros analíticos e simultâneos e procura montar as “peças de um balanço”, respeitando-se o princípio básico de equilíbrio, entre os débitos e créditos, entre as origens e aplicações, entre as causas e os efeitos, através da equação básica da contabilidade (ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido).

Para validação do instrumento de pesquisa foram realizados dois pré-testes, junto ao técnico agrícola e a colaboradora responsável pelo controle e desenvolvimento do crédito rural da Cooperativa. Conforme preconiza Yin (2005) o pré-teste tem com objetivo verificar a operacionalidade do roteiro de entrevistas, prevenir dificuldades e problemas que podem ocorrer na condução da pesquisa.

A partir das sugestões indicadas nos pré-testes e validação do professor orientador partiu-se para a etapa seguinte: coleta e tratamento dos dados.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE TRATAMENTO DOS DADOS

Foram utilizadas na pesquisa fontes primárias, obtidas nas entrevistas individuais realizadas pela pesquisadora junto aos produtores rurais. Para tanto, valeu-se de roteiro definido no instrumento de pesquisa, baseado na revisão de literatura contida no decorrer do trabalho.

Na execução da coleta dos dados primários utilizou-se de um procedimento padrão a seguir discriminado:

Primeiramente, buscaram-se, com base na verificação da população da pesquisa, indicações dos colaboradores da Cooperativa quanto a candidatos aptos e dispostos à aplicação da entrevista. Estas pessoas foram contatadas pela entrevistadora via ligação telefônica, explicaram-se os objetivos da pesquisa e sigilo quanto aos nomes dos produtores rurais. Na medida em que demonstraram interesse e disponibilidade de participar da pesquisa foi agendada data e local para a realização das entrevistas, preferencialmente nas residências (propriedades rurais) dos produtores.

Ressaltados os procedimentos estabelecidos no protocolo de pesquisa, no momento da efetivação de cada entrevista, procedeu-se uma explanação prévia dos objetivos da pesquisa assim como uma breve abordagem sobre a temática do estudo e da importância das informações ora prestadas, que apesar de serem simples e rotineiras aos produtores rurais, são de grande valia para a pesquisadora. Com isso, gerou-se um clima de conversa amena, sendo a execução da entrevista orientada pelo roteiro de pesquisa.

Optou-se por não gravar as entrevistas para não constranger os entrevistados, tendo em vista sua origem simples e “encabulada”. Desta forma, foi necessária grande atenção e várias anotações a fim de se manter o rigor ao conteúdo das entrevistas.

Os dados secundários para elaboração da pesquisa foram alcançados nos relatórios emitidos pela Instituição Financeira - Cooperativa de Crédito e em documentos que compõem os dossiês das operações de crédito, tais como cadastros, orçamentos, planos e projetos.

Para o tratamento dos dados foram elaboradas planilhas contendo informações quanto às operações de crédito liberadas e o perfil dos tomadores. Além disso, foram feitos confrontos das informações constantes nos cadastros, orçamentos, planos e projetos apresentados para efetivação dos custeios com as respostas obtidas nas entrevistas e no Balanço Perguntado, visto que a eficácia das entrevistas fica em torno da veracidade dos dados informados e é fundamental realizar uma checagem de consistência.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Para atendimento dos objetivos específicos foram examinados os três elementos-chave da sustentabilidade no âmbito rural: econômico (subsistência e geração de renda familiar), social (incorporação de pessoas ao trabalho e a minoração do êxodo rural) e ambiental (uso adequado dos recursos da natureza no processo de produção), cujos resultados são objeto de análise descritiva e exploratória.

Por meio da análise documental, da entrevista e do Balanço Perguntado pretendeu-se analisar a produção de alimentos, a contabilização dos custos, das despesas e das receitas, destacando os elementos patrimoniais, da data base e projetados (safra a ser colhida e vendida), mediante elaboração do Balanço Patrimonial, bem como dos fluxos de resultados (Demonstração do Resultado do Exercício - DRE), de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - DVA da unidade de produção.

Nesse sentido, consideraram-se as pessoas envolvidas com a produção e gestão da atividade, suas especificidades (masculino, feminino, escolaridade, idade, tempo de permanência na atividade etc.) e toda a geração de empregos diretos que o setor proporciona, o que o produtor rural de pequeno porte irá produzir, quanto necessita de crédito e qual o resultado esperado.

Inclui-se, também, uma abordagem ambiental (reciclagem das embalagens, manejo do solo, uso de inseticidas, desperdícios, utilização da água etc.), no contexto do Balanço Social, também conhecido como Relatório (Balanço) da Sustentabilidade (TINOCO, 2010; TINOCO, KRAEMER, 2011).

3.7 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Tendo em vista que foram consideradas no estudo as informações obtidas em uma Cooperativa de Crédito situada em determinada região com culturas específicas, a amostra não é muito representativa considerando a população e a diversidade de culturas presentes em toda a extensão rural do Rio Grande do Sul, fato que pode ter afetado as análises efetuadas.

Além disso, por valer-se de entrevista e Balanço Perguntado pode ter havido uma interpretação subjetiva da pesquisadora e os entrevistados podem não terem se sentido totalmente aptos e familiarizados com o tema ou possuíam pouco conhecimento teórico, o que pode gerar dificuldades de compreensão das perguntas formuladas.

Para que fossem atenuadas as limitações buscou-se obter um conhecimento prévio da realidade destes produtores rurais, mediante estudo do histórico do tomador de crédito e do dossiê cadastral da operação de custeio. Ademais, buscaram-se informações relacionadas ao meio rural por meio de conversas informais com técnicos agrícolas prestadores de serviço à Cooperativa, funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e gerentes de negócios rurais da Cooperativa, pessoas estas que se relacionam diretamente com o público alvo de pesquisa e puderam indicar formas de abordagem que facilitassem a proximidade entre a entrevistadora e os entrevistados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os pequenos produtores rurais entrevistados são residentes e domiciliados nos municípios de Camaquã, Cristal, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Turuçu estado do Rio Grande do Sul, associados de uma Cooperativa de Crédito onde obtêm recursos advindos do crédito rural – linha PRONAF Custeio Agrícola. Os recursos financeiros são utilizados para produção e comercialização de alimentos relacionados às culturas de milho, soja, arroz e pêssego.

A seguir apresentam-se os resultados das entrevistas, conforme roteiro previamente definido e exposto no Apêndice 2, com identificação dos dados pessoais dos produtores rurais, levantamento socioambiental e econômico-financeiro, mediante a utilização da metodologia do Balanço Perguntado.

Conforme metodologia adotada por Kassai (2004), no que se refere ao Balanço Perguntado, realizaram-se entrevistas para obtenção de dados econômico-financeiros que possibilitassem a contabilização do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, no momento da entrevista, bem como a projeção das demonstrações contábeis para o próximo período de safra.

As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais dos entrevistados no período de 27/04/13 a 31/08/13.

4.1 PRODUTOR DE MILHO PARA ALIMENTAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS Nº 1 – MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

4.1.1 Contextualização

Visita realizada em 27/04/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família e não tem funcionários.

O produtor rural tem trinta e três anos, produz milho para alimentação de seus bovinos leiteiros, de onde obtém o seu sustento no município de São Lourenço do Sul/RS, localidade Pedrinhas. Herdou o ofício de seus pais, produtores rurais, hoje aposentados, com os quais vive.

A propriedade de 28,8 ha pertence à família há mais de sessenta anos, atualmente está em nome de seu pai, no entanto, tem carta de arrendamento a fim de obter o Modelo 15 (talão de notas utilizado pelos produtores rurais em suas transações comerciais e industriais).

Sua escolaridade é de ensino fundamental completo, trabalha há cerca de quatorze anos na atividade, não é casado, tem dois filhos e uma irmã, que não vivem com ele.

Atua sozinho em todas as atividades operacionais, desde o trato com os animais, plantio, semeadura e colheita do milho, realiza também a ordenha das vacas leiteiras duas vezes ao dia e entrega o leite à COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul, localizada também no município de São Lourenço do Sul, a qual industrializa o leite e o revende aos comerciantes. Tem auxílio de seu pai nas atividades gerenciais.

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção e existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa.

Segundo o produtor, o crédito tomado na linha de custeio agrícola é importante para a produção:

“É fácil, já é renovado automaticamente todo o ano e precisa-se deste recurso, pois é difícil a reserva mensal de dinheiro para pagamento de sementes e insumos para produção. Daí quando chega à época já tem o dinheiro na Cooperativa e posso pagar a vista e conseguir desconto.”

4.1.2 Análise Socioambiental

A atividade era desenvolvida pelas gerações anteriores, a propriedade originalmente possuía 153 ha a qual foi dividida para três filhos (seu pai e mais dois irmãos).

A filha de sete anos e o filho de três anos, não vivem no mesmo município. O produtor acredita que o menino, pelas preferências que já demonstra, irá seguir a atividade rural, mas entende que ainda são crianças e que têm livre arbítrio para escolherem a profissão que terão no futuro.

Sua irmã, oito anos mais velha, mora em outra cidade, tem formação superior em economia e trabalha em uma instituição financeira. Não quis se dedicar à vida rural, apesar da contrariedade de seu pai, procurou estudar e seguir outra profissão.

Desta forma, atualmente, na propriedade vivem o produtor e seus pais. As decisões relativas ao que produzir e como, que insumos e técnicas utilizar, bem como comercializar são tomadas em conjunto por ambos, pai e filho.

A produção atual é apenas de alimentos, milho para alimentação dos animais (pecuária leiteira) e uma pequena horta para alimentação familiar, com produção de pepino, abóbora, cenoura, alface, repolho, feijão de vagem etc.

Se as condições de clima e de produção forem favoráveis é possível à venda de parte do milho produzido, mas essencialmente é apenas silagem. O milho é do tipo verde, não é possível fazer farinha a partir dele, produzem cerca de 300 a 400 toneladas de silagem de milho por ano.

Para o produtor:

“O plantio realizado é misto, ou seja, parte direto (onde não realizo intervenções na terra, somente aplico o secante e a palha faz a sombra) e parte convencional (onde é necessário preparar a terra, virar a terra com arado e passar o disco. Este tipo seca mais rápido, após as chuvas a terra fica lavada. No plantio direto o ideal é não colocar o animal porque soca a terra, este método é mais econômico e rápido).”

Constatou-se na análise *in loco*, decorrente da conversação com esse produtor, que os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, como tratores e roçadeiras, mas existem, também, equipamentos manuais, como enxadas e foices, e de tração como arado e grade. Trata-se de uma evolução de geração em geração, pois seus antecessores utilizavam, sobretudo, equipamentos manuais e de tração.

Conforme relato do produtor, houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, pois com a operação de investimento – PRONAF Mais Alimentos BNDES - foi possível adquirir o trator e a ensiladeira, ambos seminovos, mas em bom estado de conservação e que auxiliam bastante no dia a dia da atividade rural e trazem mais celeridade e requerem menos esforço físico ao desempenhar suas funções.

Relata dificuldades, pois tem compromissos financeiros e trabalha sozinho na operacionalização, não consegue abdicar da atividade leiteira e migrar para outra cultura. Mesmo assim, não tem intenção em sair do campo, está estabilizado, é uma atividade que convive desde criança, tem conhecimento, vocação e habilidade. Nota-se que a afeição a terra e ao trabalho é condição relevante para permanecer na profissão e no campo.

Quanto ao dia a dia na atividade rural o produtor salienta que:

“O leite ocupa muito o tempo, não tem final de semana ou feriado, todo o dia é preciso realizar a ordenha, duas vezes ao dia, se não o animal sente falta, e se tirar apenas uma vez ao dia, a produção perde a qualidade e regularidade. Demoro em média quase duas horas para cada ordenha e lavagem do material, são realizadas duas vezes ao dia, umas às 5h e outra às 18h, ainda tem mais o trato com os animais e o cultivo da terra, passo o dia todo envolvido”.

O leite é armazenado em um tanque de inox com motor de *freezer*, termômetro e resfriador que mantém o leite a temperatura de 2 a 4°C, sendo recolhido de dois em dois dias pela COOPAR. Neste sentido, devido ao grande compromisso com a produção de leite, o produtor tem o desejo de deixar de produzir leite e cultivar soja, seja pelo menor envolvimento seja pelo preço alto que o mercado oferece. Já a produção de fumo foi feita há cinquenta anos pelo seu pai e pelo seu avô, mas não tem interesse em cultivar.

Verifica-se a importância destas condições tecnicamente bastante exigentes, que permitem ao produtor lácteo ter mais estima por sua profissão e reforço para permanecer na atividade primária, embora associado à atividade de agregação de valor, via cooperativa.

Sobre a assistência de entidades parceiras, os técnicos da Cooperativa COOPAR visitam a propriedade eventualmente para verificar se há necessidade de auxílio técnico especializado. No entanto, o sindicato rural e a Cooperativa de Crédito não realizam o mesmo apoio. Existe parceria entre a COOPAR e a EMATER para dias de campo (visita a uma propriedade, com realização de palestras para esclarecimentos e dicas para melhor manejo do solo e produção de alimentos), excursões para feiras etc.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa, mas devido à atividade operacional ser realizada apenas pelo produtor não há disponibilidade para participação em quaisquer eventos relacionados.

Além disso, quanto às questões ambientais, constatou-se que o produtor não utiliza equipamentos de proteção (luvas, botas, roupa especial etc.), apesar de ter conhecimento dos prejuízos que os produtos químicos podem gerar à sua saúde, à família e aos colaboradores.

A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano, não pagam pela água consumida, existem dois açudes para animais, que ocupam aproximadamente meio hectare, no entanto, não há análise da qualidade da água. Existe irrigação apenas para as hortaliças produzidas para consumo familiar.

O produtor não visualiza incentivo governamental quanto aos cuidados ao meio ambiente. Há, também, poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existe plantio de eucalipto e mata nativa em metragem não conhecida pelo produtor.

Há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo, observa-se reciclagem de materiais, as embalagens de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) são lavadas e guardadas, utiliza água do açude para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior.

Segundo o produtor, na zona rural não existe saneamento ambiental e sim fossas construídas em volta da casa, com canos que encaminham os dejetos para um buraco feito no solo. Toma o cuidado para não haver ligação com nascentes ou reservas de água. No entanto, não se pode afirmar o quanto o solo ao redor e o próprio lençol freático estão contaminados.

A empresa fornecedora dos agrotóxicos recolhe as embalagens usadas, uma vez ao ano, em local pré-determinado e anunciado em rádio comunitária. Há controle e registro da empresa da quantidade de embalagens fornecidas ao produtor e efetivamente devolvidas. Na percepção do produtor, a empresa se preocupa com o recolhimento, pois inclusive anuncia em rádio que determinado dia estará na região.

Não existem resíduos da plantação, tudo é consumido pelos animais. O plástico utilizado para cobrir a silagem é utilizado por vários anos, mas após o término de sua vida útil é queimado.

Há, na medida do possível, redução dos insumos e substituição de insumos químicos por insumos orgânicos, utilização do esterco dos animais para complemento da adubação, que se acumula em local reservado no campo e uma vez ao ano é colocado na lavoura.

Não se observa produção excedente (que não é comercializada e nem consumida), respondeu o produtor à pergunta feita pela investigadora:

“Os animais comem tudo, não existe sobra de silagem. Alguns animais descartados da produção, devido à idade avançada, são abatidos na própria propriedade e consumidos pela família.”

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar. No entanto, observa-se um ciclo vicioso, apesar de ser um recurso financeiro de baixo custo ao produtor o mesmo está dependente do valor de fontes externas para custear sua lavoura e produzir o seu sustento. Sendo esta a maior dificuldade, nos dias atuais, evidenciada pelo produtor rural para a continuidade da atividade.

A Cooperativa COOPAR tem regras e prevê bonificação pela qualidade do leite. O litro do leite é pago a R\$ 0,71 (setenta e hum centavos) e há bonificação de R\$ 0,03 (três centavos) se houver a verificação de controle bacteriano, resfriador a granel e célula somática.

Além disso, produz, quando possível, o azevém, que é próprio para o leite, segundo o produtor:

“Pasto verde com bastante proteína, pois de uma pastagem para outra se percebe a diferença no leite.”

Desta forma, observa-se que há preocupação pela qualidade do leite e relacionam ao sistema de produção agrícola.

4.1.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Conforme apurado na entrevista, o produtor obtém uma média diária de produção de 163,13 litros de leite para 16 a 18 vacas em lactação.

Considerando o valor de R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos) por litro, praticado na região, realiza receita média de: R\$ 120,72 (cento e vinte reais e setenta e dois centavos) diários, R\$ 3.621,56 (três mil, seiscentos e vinte e hum reais e cinquenta e seis centavos) mensais e R\$ 43.458,72 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) anuais.

Ressalta-se que o produtor de leite é o único que tem renda mensal, os demais produtores analisados (soja, arroz e pêssego) têm renda anual.

Na Tabela 9 apresenta-se o Balanço Patrimonial de partida mensal apurado em 30/07/2013 a partir da utilização da metodologia do Balanço Perguntado.

Tabela 9 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Milho - Produtor 1 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	37.165,89	2.1 Passivo Circulante	12.459,96
1.1.1 Disponibilidades	14.036,47	2.1.1 Empréstimos	11.599,96
1.1.1.1 Caixa	6.422,97	2.1.1.1 PRONAF Custeio Milho	6.800,00
1.1.1.2 Conta Movimento	2.014,74	2.1.1.2 PRONAF Invest. BNDES	1.250,00
1.1.1.3 Poupança	5.598,76	2.1.1.3 Crédito Geral – Veículo	3.549,96
1.1.2 Créditos	3.621,56	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Leite	3.565,28	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.2 Fac/Fundesa Retidos na Fonte	56,28	2.1.3 Encargos a recolher	82,00
1.1.3 Estoque	19.280,00	2.1.3.1 Funrural a recolher	82,00
1.1.3.1 Rebanhos	15.280,00	2.1.3.2 Fac/Fundesa a recolher	0,00
1.1.3.2 Estoque de insumos	4.000,00	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	227,86	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4.1 Seguros a realizar PROAGRO	227,86	2.2 Passivo Não-Circulante	13.941,71
1.2 Ativo Não-Circulante	91.324,64	2.2.1 Empréstimo	13.941,71
1.2.1 Investimentos	1.795,10	2.2.1.1 PRONAF Invest. BNDES	6.250,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. de Créd.	1.795,10	2.2.1.2 Crédito Geral – Veículo	7.691,71
1.2.2 Imobilizado	89.529,54	2.3 Patrimônio líquido	102.088,86
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	162.360,33	2.3.1 Capital Social	101.207,26
1.2.2.1.1 Veículos	71.428,33	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	881,60
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	50.020,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	881,60
1.2.2.1.3 Rebanhos	40.912,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-72.830,79		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-47.508,92		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-24.640,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-681,87		
TOTAL DO ATIVO	128.490,53	TOTAL DO PASSIVO	128.490,53

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 9 o produtor rural ao final do exercício de 2013 (31/07/2013) tem disponibilidades em caixa, em banco e em poupança que totalizam R\$ 14.036,47 (quatorze mil, trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), além de crédito líquido proveniente da venda do leite de R\$ 3.565,28 (três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos), valor que varia conforme a produção diária.

O produtor contribui ainda ao Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal do RS – FUNDESA, que é retido na fonte, no valor de R\$ 56,28 (cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Tem estoque de bovinos e de ração e de milho, avaliados em R\$ 19.280,00 (dezenove mil duzentos e oitenta reais), a preços de reposição da data da entrevista.

De acordo com a determinação do BACEN (2012) todo crédito de PRONAF deverá ser concedido mediante contratação do seguro agrícola do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

Neste sentido, apurou-se a contabilização de R\$ 227,86 (duzentos e vinte e sete reais e oitenta e seis centavos) na conta Despesas Antecipadas em 31/07/2013, que serão apropriados como despesas no exercício 2013/2014, tendo em vista que o seguro tem validade enquanto a operação de crédito estiver vigente.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 37.165,89 (trinta e sete mil cento e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos). Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 91.324,64 (noventa e hum mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), observa-se os investimentos, representados pelo Capital Social aplicado na Cooperativa de Crédito, trata-se da participação do associado (quota-parte) junto a Cooperativa, quantia em dinheiro que tem rendimentos e funciona como uma previdência privada, com regras para resgate em longo prazo.

Ainda no Ativo Não Circulante foram considerados na conta contábil “Imobilizado”, os bens móveis e imóveis, neste caso, contabilizou-se os veículos (automóvel de passeio e tratores), máquinas e acessórios (utilizados na atividade rural) e rebanhos.

As depreciações foram calculadas conforme determina a Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2013), de maneira a considerar o prazo de vida útil (anos) e a taxa anual de depreciação, como segue: os rebanhos e os veículos de passeio foram ponderados a depreciação anual de 20%, as máquinas e acessórios 10% ao ano e os veículos tratores 25% ao ano.

Quanto ao Passivo Circulante apurado em R\$ 12.516,24 (doze mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos), observa-se que este produtor rural tem três tipos de empréstimos junto a Instituição Financeira: crédito investimento BNDES, PRONAF Mais Alimentos, taxa de 2% ao ano e oito parcelas anuais, cujo objeto de financiamento é uma ensiladeira forrageira utilizada para produção de silagem ou no trato diário de animais; custeio PRONAF agrícola para produção de milho no valor de R\$ 6.800,00 (seis mil oitocentos reais), taxa de 1,5% ao ano, vencimento único; financiamento de automóvel ano/modelo 2012/2013, em 48 parcelas mensais, com taxa de 1,39% ao mês.

Foi considerado um pró-labore a todos os produtores rurais entrevistados no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), conforme salário mínimo nacional e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) de R\$ 82,00 (oitenta e dois reais).

Segundo a Lei Complementar número 11 de 1971 o FUNRURAL é subordinado ao Ministro do Trabalho e a Previdência Social. Também denominado Contribuição Social Rural é uma contribuição social destinada a custear o sistema da seguridade social – INSS - incluindo a saúde, amparo assistencial e previdência social, sendo um tributo cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural (de 2,3% a 2,85%) e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da comercialização.

Já o FUNDESA, no valor de R\$ 56,28 (cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), trata-se de uma contribuição obrigatória, administrado por entidades empresariais e destinado a promover ações preventivas contra possíveis problemas sanitários, como por exemplo, a febre aftosa e a gripe das aves.

Ainda, foi considerada a despesa de energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês, tendo em vista que o produtor tem resfriador de leite e ordenhadeira, ambos elétricos.

No Passivo Não-Circulante, R\$ 13.941,71 (treze mil, novecentos e quarenta e hum reais e setenta e hum centavos), foram considerados os empréstimos em longo prazo.

Quanto ao Patrimônio Líquido, consta capital social de R\$ 101.207,26 (cento e hum mil, duzentos e sete reais e vinte e seis centavos) e lucros mensais de R\$ 825,32 (oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos).

A partir destas informações apuradas e considerando-se a transformação a ser realizada na propriedade a partir do crédito concedido para custeio da lavoura de milho fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício safra 2013/2014, com encerramento em 31/07/2014, conforme Tabelas 10 e 11, a seguir:

Tabela 10 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor
1 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	48.135,25	2.1 Passivo Circulante	6.335,32
1.1.1 Disponibilidades	26.309,76	2.1.1 Empréstimos	4.799,96
1.1.1.1 Caixa	500,00	2.1.1.1 PRONAF Inv. BNDES	1.250,00
1.1.1.2 Conta Movimento	6.514,74	2.1.1.2 Crédito Geral – Veículo	3.549,96
1.1.1.3 Poupança	19.295,02	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	4.296,92	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Leite	3.565,28	2.1.3 Encargos a recolher	757,36
1.1.2.2 Fac/Fundesas Retidos na Fonte	731,64	2.1.3.1 Funrural a recolher	82,00
1.1.3 Estoque	17.280,00	2.1.3.2 Fac/Fundesas a recolher	675,36
1.1.3.1 Rebanhos	15.280,00	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.3.2 Estoque de insumos	2.000,00	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	248,57	2.2 Passivo Não-Circulante	9.141,75
1.1.4.1 Seguros a real. – PROAGRO	248,57	2.2.1 Empréstimo	9.141,75
1.2 Ativo Não-Circulante	72.537,26	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	5.000,00
1.2.1 Investimentos	2.046,41	2.2.1.2 Crédito Geral – Veículo	4.141,75
1.2.1.1 Capital Social Coop. de Créd.	2.046,41	2.3 Patrimônio líquido	105.195,44
1.2.2 Imobilizado	70.490,85	2.3.1 Capital Social	101.207,26
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	162.360,33	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	3.988,18
1.2.2.1.1 Veículos	71.428,33	2.3.2.1 Lucros acumulados	3.988,18
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	50.020,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	40.912,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-91.869,48		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-53.107,08		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-30.580,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-8.182,40		
TOTAL DO ATIVO	120.672,51	TOTAL DO PASSIVO	120.672,51

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 11 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 -
Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	43.458,72	100,00
1.1 (+) Venda de Leite	43.458,72	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-1.659,36	3,82
1.2.1 (-) Funrural	-984,00	2,26
1.2.2 (-) FAC/Fundesas	-675,36	1,55
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	41.799,36	96,18
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	29.038,69	66,82
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	2,76
2.2 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-8.800,00	20,25
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-19.038,69	43,81
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	12.760,67	29,36
4. (-) Despesas Operacionais	-9.905,40	22,79
4.1 Pró-labore	-8.136,00	18,72
4.2 Seguro PROAGRO	-227,86	0,52
4.3 Juros pagos	-1.541,54	3,55
5. Resultado Operacional (3-4)	2.855,27	6,57
6. Resultado Não Operacional	251,31	0,58
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	251,31	0,58
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	3.106,58	7,15

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 10 e 11 é possível constatar que, se mantida a média de receitas e despesas iniciais projetadas, no período de 12 meses, ou seja, da safra 2013/2014, haverá aumento do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 102.032,58 (cento e dois mil, trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) para R\$ 105.195,44 (cento e cinco mil, cento e noventa e cinco reais, quarenta e quatro centavos). Os Lucros Acumulados no final do exercício 2013/2014 são projetados para de R\$ 3.988,18 (três mil novecentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos).

No período de doze meses projetados, o produtor receberá R\$ 43.458,72 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) relativo à venda de leite, tem R\$ 1.659,36 (hum mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos) de deduções (impostos), R\$ 29.038,69 (vinte e nove mil, trinta e oito reais e sessenta e nove centavos) de custos (despesas) do produto vendido.

Sendo R\$ 19.038,69 (dezenove mil trinta e oito reais e sessenta e nove centavos) relativo à depreciação dos veículos, máquinas e equipamentos, que representam 43,81% das receitas operacionais brutas, R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) relativo ao custo da lavoura (custeio PRONAF e consumo de estoque inicial) e R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) de custo fixo (energia elétrica). Observa-se que custos efetivos da lavoura (descontado a depreciação) representam aproximadamente 23% das receitas com a venda do leite.

Quanto às despesas operacionais, onde se considera o pró-labore, o seguro PROAGRO e os juros pagos nas três operações de crédito vigentes foram destinados R\$ 9.926,11 (nove mil, novecentos e vinte e seis reais e onze centavos), que equivale a 22,79% das receitas.

Por ser associado a uma Cooperativa de Crédito, o valor investido na Cooperativa retorna aos seus associados através da distribuição de sobras e juros ao capital social, valor anual estimado em R\$ 251,31 (duzentos e cinquenta e hum reais e trinta e hum centavos) que é depositado na conta capital e servirá como uma previdência privada ao produtor.

A partir desta projeção pode-se verificar que o produtor tem uma renda de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais adicionados de um lucro anual de R\$ 1.355,08 (hum mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

No entanto, faz-se necessário ressaltar que na prática, os valores ora contabilizados como depreciação, R\$ 20.769,48 (vinte mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), não são reservados pelo produtor para futura aquisição ou reparo nas máquinas e nos equipamentos, sendo considerados, pelo produtor, como Resultado Líquido.

Neste sentido, na prática, o produtor considera que seu lucro equivale a R\$ 22.124,56 (vinte e dois mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo o lucro acrescido do valor contabilizado como depreciação valor que não é depositado em conta especial, mas acrescido ao ganho do produtor.

Desta forma, conforme a projeção realizada, o produtor rural receberá, por mês, a distribuição de lucros e pró-labore de R\$ 2.521,71 (dois mil, quinhentos e vinte e hum reais e setenta e hum centavos).

Na Tabela 12 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Milho 1.

Tabela 12 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	43.710,03	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	43.458,72	99,43
1.2 Não operacionais	251,31	0,57
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	10.000,00	22,88
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	8.800,00	20,13
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.200,00	2,75
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	33.710,03	77,12
4. RETENÇÕES	19.038,69	43,56
DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	19.038,69	43,56
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	14.671,34	33,56
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	14.671,34	33,56
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14.671,34	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	55,46
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.887,22	12,86
8.3 Juros e aluguéis	1.541,54	10,51
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	3.106,58	21,17

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, da análise da Tabela 12, que a geração e a distribuição do valor adicionado de R\$ 14.671,34 (quatorze mil, seiscentos e setenta e hum reais e trinta e quatro centavos) está concentrada, principalmente, nas despesas de pessoal (pró-labore) e encargos, que equivale a 55,46% e impostos, taxas e contribuições, 12,86%; aos juros e aluguéis são destinados 10,51% e aos lucros retidos pelo produtor rural 21,17%.

Na Tabela 13 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 13 - Orçamento Simplificado - 8 ha de milho - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	240,00
Plantio	2.960,00
Tratos culturais	1.920,00
Colheita	160,00
Serviços	1.520,00
TOTAL	6.800,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 13, foram liberados R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) para o custeio de milho. Deste valor, R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) são destinados ao preparo do solo (adubação de base), R\$ 2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais) para o plantio (sementes, fertilizantes e defensivos), R\$ 1.920,00 (hum mil, novecentos e vinte reais) para os tratos culturais (fertilizantes e defensivos), R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) é destinado à colheita (combustível) e R\$ 1.520,00 (hum mil, quinhentos e vinte reais) para pagamento de serviços (preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita), obtendo-se, ao final do exercício, lucro de R\$ 3.106,58 (três mil cento e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Na Tabela 14 a seguir o Fluxo de Caixa Direto Projetado:

Tabela 14 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 1 - em R\$

1. ENTRADAS	43.458,72
Recebimento de Vendas	43.458,72
2. SAÍDAS	31.185,43
Insumos / Matéria-prima	6.800,00
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	11.599,96
Impostos, Taxas e Contribuições	984,00
Fundesca	675,36
Juros e Aluguéis	1.541,54
Seguros	248,57
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	12.273,29
4. SALDO INICIAL	14.036,47
5. SALDO FINAL	26.309,76

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor tem entradas estimadas de R\$ 43.458,72 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais, setenta e dois centavos), correspondentes a 11/12 dos recebimentos da safra de 2013/2014, acrescido do valor a receber em 31/07/2013 efetivamente recebível no início da safra 2013/2014, para realizar a efetiva produção e venda da safra 2013/2014, bem como amortizar dívidas de longo prazo contabilizadas em 31/07/2013.

Ao final da safra de 2013/2014 se ocorrer como projetado o saldo em caixa, banco e poupança, ou seja, as disponibilidades subirão de R\$ 14.036,47 (quatorze mil, trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), devendo atingir o montante de R\$ 26.309,76 (vinte e seis mil trezentos e nove reais e setenta e seis centavos).

A realidade vivenciada pelo produtor e por sua família é refletida nas demonstrações contábeis apresentadas. Julga ter uma vida simples e confortável, com acesso ao que pondera ser relevante para o dia a dia. No entanto, tem dificuldades em abrir mão da atividade rural ou de buscar novas opções de renda ou culturas, pois não consegue adquirir poupança que o sustente por longo prazo.

4.2 PRODUTOR DE MILHO PARA ALIMENTAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS Nº 2 – MUNICÍPIO DE TURUÇU

4.2.1 Contextualização

Visita realizada em 25/05/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família. Na mesma propriedade, residem e trabalham mais duas pessoas (sogros) e um funcionário, que recebe R\$ 40,00 (quarenta reais) por dia trabalhado. O produtor entrevistado está iniciando suas atividades com apoio dos sogros, contudo, apesar de usufruir de parte da estrutura e da parceria na mão de obra, administra suas finanças separadamente.

O produtor rural entrevistado tem trinta anos, produz milho para alimentação de bovinos leiteiros, através do qual a família obtém o sustento no município de Turuçu/RS, localidade Corrientes, as margens da BR 116. A propriedade é de seus sogros os quais atuam ativamente na produção juntamente com sua esposa. Têm área total de 62 ha, sendo 32 ha próprios e 30 ha arrendados.

O produtor tem curso superior completo, em administração e pós-graduação em marketing, trabalha há cerca de cinco anos na atividade rural, tendo trabalhado em instituição financeira e empresas privadas. Optou, juntamente com sua esposa (formada em química de alimentos) a retornarem ao campo e seguirem a atividade rural, tendo em vista a dificuldade encontrada em conseguir mão de obra e participarem da sucessão da atividade familiar. O casal não tem filhos.

As atividades são desempenhadas em parceria pela família desde a ordenha das vacas leiteiras, duas vezes ao dia, alimentação, manejo e tratamento dos animais, higienização do

local e entrega do leite à *Brasil Foods* (BMF), a qual o industrializa e revende aos comerciantes.

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção, e visualiza que em poucos anos não irá depender mais do recurso externo, pois procura realizar poupança mensal e gerencia todas as entradas e saídas de dinheiro da propriedade.

Há preocupação com a qualidade do produto produzido e sanidade dos bovinos, com cautela quanto a medicamentos introduzidos nos animais e a produção leiteira, assim como planeja antecipadamente a época certa para inseminação e gestação dos animais, visando produzirem mais leite e com melhor qualidade.

4.2.2 Análise Socioambiental

Foi realizado investimento na aquisição de máquinas e de implementos agrícolas que possibilitam maior produtividade, com menor tempo e esforço físico e manual despendido, visto que foi observado pelo produtor grande dificuldade de disponibilidade de mão de obra para novas contratações, sendo fator limitante à expansão da produção.

Os sogros têm três filhos, sendo que uma filha é casada com o produtor entrevistado e ajuda na atividade rural (ordenha e limpeza), a outra tem deficiência física e mental o que a impossibilita de trabalhar e o terceiro filho é médico veterinário e presta serviços à família, quando necessário. As tomadas de decisões são feitas em conjunto, genro e sogro, prevalecendo algumas vezes a opinião do sogro, o que gera alguns atritos familiares devido a diferentes pontos de vista quanto à gestão, em decorrência da diferença de culturas, que deverão ajustar-se com o tempo.

O produtor rural dividiu a propriedade em onze glebas para rodízio dos animais em piquetes, o que possibilita o gerenciamento da pastagem de verão e da pastagem de inverno. Nesse sentido, é realizado o pastoreio dos animais presentes na unidade de produção, conforme melhor disponibilidade de alimentos.

A produção é apenas de alimentos, milho para alimentação dos animais (pecuária leiteira). Nesse sentido, os alimentos produzidos são vendidos (leite) ou utilizados na própria propriedade para consumo próprio e dos animais (milho) e a produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar, pois todos a têm como única fonte de renda.

O plantio realizado é misto, ou seja, direto e convencional. Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, sendo que se observa avanço tecnológico

proporcionado pelo PRONAF Mais Alimentos BNDES, investimento realizado para aquisição de tratores pelos sogros do produtor.

O produtor não relata dificuldades com o dia a dia no campo, pelo contrário, demonstra muita tranquilidade, pois tem compromissos financeiros administráveis e trabalha em conjunto com outros membros da família, consegue conciliar a vida pessoal e profissional. Entende que está no caminho certo, pois pretende ser um grande produtor rural e entende que para isso precisa conhecer todos os processos da atividade para ter condições de administrar da melhor forma possível. Desta forma, não tem interesse de migrar de atividade ou cultura.

Sobre a assistência de entidades parceiras, os técnicos da Brasil *Foods* visitam a propriedade com frequência para prestar auxílio técnico especializado e, principalmente, apoio na administração financeira. Existe informatização da propriedade, com planilhas e gráficos que controlam as receitas, despesas, época de procriação etc. A empresa Brasil *Foods* presta serviço de assistência técnica para incremento da produtividade e em decorrência da produção, bem como da qualidade do leite e também disponibiliza uma ferramenta gerencial. A Universidade Federal de Pelotas realizou pesquisa na propriedade, com análise do ambiente e da produção, onde através de trabalho acadêmico dos alunos propôs melhorias, como a construção de um depósito exclusivo para os produtos tóxicos.

Segundo o produtor, a Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa e educação financeira, mas a família não demonstra interesse em participar.

Há grande preocupação pela qualidade dos alimentos, que se relaciona com o sistema de produção agrícola, visto que, conforme relato, quando o produtor ingressou nesta propriedade havia 70% da estrutura atual, optou por novas tecnologias, controle de qualidade, análise mensal do leite de cada vaca, tratamento preventivo, nutrição especializada de acordo com as carências de cada animal, criação genética com inseminação artificial e registro dos animais.

Em janeiro de 2012 foi introduzido pela Brasil *Foods* o pagamento com gratificação por qualidade, onde há controle das gorduras, proteínas, bactérias, células somáticas (infecção do ubre da vaca) etc. Através do controle de qualidade obtido conseguiu-se aumentar o valor do litro de leite, de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) para R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos), incremento de 17,33%, em um ano e meio de atividade.

Quanto às questões ambientais, constatou-se que o produtor tem cuidado com a proteção às pessoas, que utilizam luvas e botas, nos seus afazeres profissionais diários.

A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano, não pagam pela água consumida, existem açudes para animais e não possuem sistema de irrigação. O produtor não visualiza incentivo governamental ou até mesmo fiscalização quanto aos cuidados com o meio ambiente. No entanto, há algumas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existem árvores típicas da região, tais como a Corticeira-do-banhado.

Há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo, não existe saneamento ambiental, observa-se reciclagem parcial de materiais, as embalagens de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) são lavadas e guardadas em local apropriado, utiliza-se água do açude para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior. Algumas das embalagens são lavadas, armazenadas e reutilizadas na própria propriedade, para estoque de óleo diesel, mas a maioria é entregue à empresa fornecedora dos agrotóxicos. O produtor relata grande dificuldade com a reciclagem, visto que alguns materiais que são descartados separadamente, como os utilizados para inseminação ou medicação em geral, não têm destinação correta pela prefeitura do município.

Não existem resíduos da plantação, tudo é consumido pelos animais. E há, na medida do possível, redução dos insumos e substituição de insumos químicos por insumos orgânicos.

Os animais que não produzem mais leite ou possibilidade de reprodução não são abatidos na propriedade e sim encaminhados aos frigoríficos do município.

4.2.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Em toda a propriedade, na safra 2012, houve comercialização de aproximadamente 240.000 litros de leite no verão, valor médio de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) o litro e 210.000 litros de leite no inverno, com valor médio de R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) o litro, o qual é vendido para a empresa *Brasil Foods*.

Conforme apurado na entrevista, ao produtor entrevistado coube a produção média aproximada diária de 53,49 litros de leite para 4 a 6 vacas em lactação. Considerando o valor médio de R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por litro, praticado na região, realiza receita média de: R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) diários, R\$ 1.380,00 (hum mil, trezentos e oitenta reais) mensais e R\$ 16.560,00 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta reais) anuais. Valores que correspondem a aproximadamente 4% da receita total da propriedade.

Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar e dos animais.

Segundo o produtor rural entrevistado:

“A atividade desenvolvida está no limite econômico, ou seja, todas as possibilidades de aumento de receita já foram utilizadas e a qualidade do leite já chegou ao limite máximo de exigência da empresa compradora. Neste caso, aumentos de ganhos corresponde a altos investimentos, como resfriador com maior capacidade, maior área para plantio e manejo dos animais e aquisição de vacas leiteiras.”

Na Tabela 15 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal em decorrência da pesquisa realizada, mediante Balanço Perguntado, ajustado para a data de 31/07/2013.

Tabela 15 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Milho - Produtor 2 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	12.344,43	2.1 Passivo Circulante	8.459,74
1.1.1 Disponibilidades	8.760,90	2.1.1 Empréstimos	7.650,00
1.1.1.1 Caixa	7.416,51	2.1.1.1 PRONAF Custeio Milho	7.650,00
1.1.1.2 Conta Movimento	1.344,39	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	1.380,00	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Leite	1.358,20	2.1.3 Encargos a recolher	31,74
1.1.2.2 Fac/Fundesas Retidos Fonte	21,80	2.1.3.1 Funrural a Recolher	31,74
1.1.3 Estoque	2.000,00	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	2.000,00	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	203,53	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.1.4.1 Seguros a real. – PROAGRO	203,53	2.3 Patrimônio líquido	47.359,54
1.2 Ativo Não-Circulante	43.474,85	2.3.1 Capital Social	47.815,08
1.2.1 Investimentos	2.220,69	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	-455,54
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	2.220,69	2.3.2.1 (-) Prejuízos acumulados	-455,54
1.2.2 Imobilizado	41.254,16		
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	71.000,00		
1.2.2.1.1 Veículos	35.000,00		
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	20.000,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	16.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-29.745,84		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-9.479,18		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-20.000,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-266,67		
TOTAL DO ATIVO	55.819,28	TOTAL DO PASSIVO	55.819,28

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 15 o produtor rural tem disponibilidades em banco e em caixa de R\$ 8.760,90 (oito mil, setecentos e sessenta reais e noventa centavos), além de crédito mensal proveniente da venda do leite de R\$ 1.358,20 (hum mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), valor que varia conforme a produção. O produtor contribui ainda ao FUNDESA no valor de R\$ 21,80 (vinte e hum reais e oitenta centavos).

Tem estoque de bovinos, de ração e de milho, avaliados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 12.344,43 (doze mil trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 43.474,85 (quarenta e três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco

centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, veículos (automóvel de passeio e tratores), máquinas e acessórios (utilizados na atividade rural) e rebanhos.

No Passivo Circulante, apurado em R\$ 8.481,54 (oito mil, quatrocentos e oitenta e hum reais e cinquenta e quatro centavos), observa-se que este produtor rural tem um tipo de empréstimo junto a Instituição Financeira, custeio PRONAF agrícola para produção de milho, no montante de R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais), em 31/07/2013 a ser amortizado no decorrer da safra de 2013/2014, com juros de 1,5% ao ano, vencimento único.

Foi considerado um pró-labore ao produtor rural de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) conforme salário mínimo nacional. E o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) de R\$ 31,74 (trinta e hum reais e setenta e quatro centavos) e Fundesa de R\$ 21,80 (vinte e hum reais e oitenta centavos).

Ainda, foi considerada a despesa de energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês, tendo em vista que o produtor tem resfriador de leite e ordenhadeira, ambos elétricos.

No Passivo Não-Circulante o produtor não tem empréstimos de longo prazo, é tomador apenas do crédito custeio (curto prazo). O patrimônio líquido foi estimado em R\$ 47.337,74 (quarenta e sete mil trezentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos), constituído pelo Capital Social de R\$ 47.815,08 (quarenta e sete mil oitocentos e quinze reais e oito centavos) e Prejuízos Acumulados de R\$ 477,34 (quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, conforme Tabela 16, a seguir, safra 2013/2014, com encerramento em 31/07/2014.

Tabela 16 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor
2 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	3.024,68	2.1 Passivo Circulante	809,74
1.1.1 Disponibilidades	1.182,80	2.1.1 Empréstimos	0,00
1.1.1.1 Caixa	314,97	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.1.2 Conta Movimento	867,83	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	1.619,85	2.1.3 Encargos a recolher	31,74
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Leite	1.358,20	2.1.3.1 Funrural a recolher	31,74
1.1.2.2 Fac/Fundesa Retidos na Fonte	261,65	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.3 Estoque	0,00	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	0,00	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	222,03	2.3 Patrimônio líquido	35.046,51
1.1.4.1 Seguros a realizar - PROAGRO	222,03	2.3.1 Capital Social	47.815,08
1.2 Ativo Não-Circulante	32.831,57	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	-12.768,57
1.2.1 Investimentos	2.531,59	2.3.2.1 (-) Prejuízos acumulados	-12.768,57

Continua...

Continuação.

1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	2.531,59		
1.2.2 Imobilizado	30.299,99		
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	71.000,00		
1.2.2.1.1 Veículos	35.000,00		
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	20.000,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	16.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-40.700,01		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-17.500,01		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-20.000,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-3.200,00		
TOTAL DO ATIVO	35.856,25	TOTAL DO PASSIVO	35.856,25

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 17, a seguir, a Demonstração do Resultado do Exercício projetada referente à safra 2013/2014.

Tabela 17 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	16.560,00	100,00
1.1 (+) Venda de Leite	16.560,00	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-642,53	3,88
1.2.1 (-) Funrural	-380,88	2,30
1.2.2 (-) FAC/Fundesca	-261,65	1,58
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	15.917,47	96,12
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-20.304,17	122,61
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	7,25
2.2 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-8.150,00	49,21
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-10.954,17	66,15
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	-4.386,70	-26,49
4. (-) Despesas Operacionais	-8.477,07	-51,19
4.1 Pró-labore	-8.136,00	49,13
4.2 Seguro PROAGRO	203,53	1,23
4.3 Juros pagos	-137,54	0,83
5. Resultado Operacional (3-4)	-12.863,77	-77,68
6. Resultado Não Operacional	310,89	1,88
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	310,89	1,88
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	-12.552,88	-75,80

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 16 e 17 é possível constatar que, se mantida a média de receita e despesas iniciais projetadas, no período de doze meses haverá diminuição do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 47.359,54 (quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais, cinquenta e quatro centavos) para R\$ 35.046,51 (trinta e cinco mil, quarenta e seis reais e cinquenta e hum centavos) com Prejuízos Acumulados no final do exercício de R\$ 12.768,57 (doze mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), que a persistir esses prejuízos levarão à inviabilidade da operação do produtor, com quebra

anunciada. No entanto, cabe ressaltar que R\$ 10.954,17 (dez mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos) referem-se à depreciação dos bens móveis adquiridos recentemente pelo produtor, porém ainda assim o produtor está operando com prejuízo, portanto, urge mudar procedimentos operacionais e de gestão!

Na Tabela 18 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Milho 2.

Tabela 18 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	16.870,89	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	16.560,00	98,16
1.2 Não operacionais	310,89	1,84
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	9.350,00	55,42
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	8.150,00	48,31
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.200,00	7,11
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	7.520,89	44,58
4. RETENÇÕES	10.954,17	64,93
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	10.954,17	64,93
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	-3.433,28	20,35
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	-3.433,28	20,35
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-3.433,28	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	236,97
8.2 Impostos, taxas e contribuições	846,06	24,64
8.3 Juros e aluguéis	137,54	4,01
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	-12.552,88	365,62

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, geração e distribuição do valor adicionado negativa de R\$ 3.433,28 (três mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte oito centavos) afetada pelo prejuízo do exercício da safra 2013/14 no montante de R\$ 12.552,88 (doze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos), que precisa ser revertido, caso contrário o micro produtor irá definhando até sua quebra programada, caso o andar dos procedimentos produtivos não se alterem. Na Tabela 19 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 19 - Orçamento Simplificado - 9 ha de milho - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	270,00
Plantio	3.330,00
Tratos culturais	2.160,00
Colheita	180,00
Serviços	1.710,00
TOTAL	7.650,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 19, foram liberados R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais) para o custeio de milho em cinco fases do empreendimento agrícola. Na Tabela 20 a seguir o Fluxo de Caixa Direto Projetado:

Tabela 20 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Milho - Produtor 2 - em R\$

1. ENTRADAS	18.060,00
Recebimento de Vendas	16.560,00
Outros Recebimentos	1.500,00
2. SAÍDAS	25.638,10
Insumos / Matéria-prima	7.650,00
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	7.650,00
Impostos, Taxas e Contribuições	642,53
Juros e Aluguéis	137,54
Seguros	222,03
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	-7.578,10
4. SALDO INICIAL	8.760,90
5. SALDO FINAL	1.182,80

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor tem entradas de R\$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta centavos), sendo que os desembolsos orçados para a safra 2013/2014 estão previstos em R\$ 25.638,10 (vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e dez centavos) para custear/pagar os gastos com a produção e amortizar dívidas relativas a empréstimos com o PRONAF, bem como pagamentos de créditos de funcionamento, como pró-labore, impostos e energia elétrica. Observou-se saldo inicial de R\$ 8.760,90 (oito mil, setecentos e sessenta reais e noventa centavos) que cobriu o déficit de caixa do período, sobrando somente saldo de R\$ 1.182,80 (hum mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta centavos) em disponibilidades, para a próxima safra.

A realidade vivenciada pelo produtor e sua família também está de acordo com as demonstrações contábeis projetadas, tendo em vista que o produtor começou recentemente sua produção, ainda dependia de ajuda dos sogros, com máquinas e equipamentos e até mesmo moradia.

Com visão gerencial, mas ainda com dificuldades de obter resultados positivos em curto prazo optou, após alguns meses da realização da entrevista, por migrar do campo para a cidade, trabalhar como empregado de instituição privada onde pudesse exercer atividade relacionada à sua formação, sem a interferência de parentes, os quais influenciaram na

decisão. Conforme relato o produtor sentia-se “preso” ao campo, à atividade e aos familiares, sem conseguir exercer a administração da propriedade sozinho e, ainda, lamentando muito a dependência financeira dos familiares.

Observa-se, como principais diferenças entre o produtor rural de milho no município de São Lourenço do Sul (produtor 1) e de Turuçu (produtor 2), que o primeiro produtor tem mais tempo de atividade mas pouco gerenciamento, visão apenas da sua propriedade, muito voltado ao trabalho manual, com atividade incessante e muito trabalhosa. Inclusive, por ser sozinho na produção, não tem tempo e condições físicas para se dedicar a expansão de sua propriedade ou melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Já o segundo produtor, apesar de ter iniciado na atividade rural há poucos anos, possuía auxílio de mais quatro pessoas, as quais trabalhavam em parceria, tem formação superior, experiência de trabalho em outras instituições e visão sistêmica, e apesar do trabalho também ser em grande parte manual e trabalhoso, tem maior capacidade gerencial, com atenção e informatização aos dados dos animais e respectivas produtividades, sendo que há controle da medicação dos animais, criação de bovinos e inseminação programada de acordo com as orientações de médico veterinário.

Este gerenciamento da produção (manejo dos animais em piquetes, inseminação programada e balanceamento da alimentação por lote de vacas) reflete-se na melhoria da qualidade (controle bacteriano do leite) e consequente aumento no valor do litro do leite, o produtor 2, no momento da realização da entrevista, recebia até R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) por litro de leite, sendo que o produtor 1 recebe R\$ 0,73 (setenta e três centavos), diferença de aproximadamente 17% no preço do litro do leite.

Ressalta-se que o preço pago pelo consumidor final nos supermercados, chega até a R\$ 1,98 (hum real e noventa e oito centavos) na região de Pelotas/RS, diferença de mais de 170%, em relação ao custo do produto *in natura*, que é absorvida pelos custos de industrialização, transporte e pelos intermediários que devem vender o produto, com lucro acrescido.

4.3 PRODUTOR DE SOJA Nº 1 – MUNICÍPIO DE CRISTAL

4.3.1 Contextualização

Visita realizada em 31/08/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família.

O produtor rural tem cinquenta e quatro anos, sua escolaridade é de ensino fundamental completo, trabalha há quarenta e seis anos na atividade, é casado, tem dois filhos, o filho de dezenove anos com ensino médio completo trabalha na atividade e se prepara para ser seu sucessor, a filha é casada e professora do município, apesar de gostar da atividade do campo procurou outra profissão.

Há três anos produz 24 ha de soja transgênica (atualmente sua principal cultura), 10 ha de milho, 6 ha batata e alguns animais (gado de corte e de leite para consumo próprio) no município de Cristal/RS, localidade Santa Tereza. A propriedade foi adquirida em 1997, tem 54 ha, sendo 22 ha próprios e 32 ha arrendados.

Ressalta que plantou fumo há vinte e cinco anos, mas não gostou do tipo de serviço.

“Peguei uma época ruim, tive depressão, não deu certo com o fumo.”

Relata, ainda, que já cultivou arroz, no entanto, em função de problemas de saúde (coluna vertebral), serviço árduo realizado com muito contato com a água, pelas terras cultiváveis serem muito distantes de sua casa, tem apenas um trator e por não conseguir conciliar com o cultivo de outras culturas optou por não trabalhar mais com esta cultura.

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção, existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa. Segundo o produtor:

“Se não tivesse o custeio não conseguiria plantar, os insumos são muito caros”.

4.3.2 Análise Socioambiental

A atividade rural já era desenvolvida pelas gerações anteriores. Após o casamento o agricultor entrevistado foi morar com seu sogro, havia o plantio de feijão em conjunto com a família de sua esposa, aos poucos, com muito esforço, começou a adquirir seu espaço, seus bens.

Segundo o produtor:

“Quando casei não possuía nada, plantava feijão com meu sogro, ele que nos ajudou, poupava tudo que era possível para comprar mais sementes e aumentar a produção pouco a pouco.”

Atualmente, a produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar, tem muito orgulho de sua origem humilde e da forma como criou seus filhos, os quais hoje têm condições muito melhores que as suas quando iniciou a atividade.

Na propriedade vivem o produtor, sua esposa (aposentada por invalidez) e seu filho. Atividades operacionais são realizadas pelo produtor e pelo filho, com apoio eventual do

sobrinho, mas as tomadas de decisões são apenas do produtor. O sobrinho não recebe remuneração em espécie, como reside em outra propriedade, existe troca de serviços como pagamento pelo trabalho realizado.

Para o produtor:

“Empregado não dá para colocar, é muito compromisso, depois não se sabe se é de confiança e pode dar problema.”

O filho que pretende continuar na atividade, concluiu o ensino médio há dois anos, segundo ele:

“Não gostava de ir à escola, os professores diziam que era preciso estudar para ter uma profissão, caso não estudasse seria por toda a vida produtor rural, como se fosse ruim, não entendia isso.”

Ou seja, para o filho do produtor não é incentivada a atividade rural e a sustentabilidade no currículo escolar relaciona programas em negócios e em práticas sustentáveis, de maneira a menosprezar a atividade e incentivar a migração à cidade.

O que o motiva o rapaz (filho do produtor) a continuar na atividade é a vocação, o exemplo de seus pais e por já ter uma estrutura formada torna-se mais fácil dar continuidade à atividade. Não possui motivações ou incentivos para migrar à cidade, sabe que precisa continuar no campo para cuidar de seus pais quando não puderem mais trabalhar. O filho do produtor possuía um computador que seu pai vendeu para que ele se dedicasse mais ao trabalho rural, provavelmente por receio de que optasse por outra profissão.

A produção é apenas de alimentos e é realizada através de sistema convencional, a maior parte é vendida, sendo pequena parte destinada ao consumo doméstico, como alguns animais, milho e batata. Não existem cuidados especiais para com a qualidade dos alimentos, produzem conforme conhecimento adquirido, com o cuidado apenas para não ter quebra de safra.

Desta forma, procuram plantar, realizar os tratamentos culturais e colheita na época certa, quanto mais produzirem batata e milho melhor. No entanto, no que se refere à soja, observou-se *in loco* que a empresa adquirente faz a seleção dos grãos com defeitos (podres), retiram uma amostra, se existirem grãos ruins é feita projeção de produção a ser descartada e descontada parte do valor a pagar ao produtor.

Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, como trator e roçadeira, mas têm, também, equipamentos manuais, como enxadas e foices, e de tração como arado e grade. Trata-se de uma evolução obtida pelo produtor, com o apoio de linha de

crédito PRONAF Investimento BNDES, pois quando iniciou a produção os equipamentos que utilizava eram emprestados pelo seu sogro e todos manuais.

O agricultor relatou problemas de saúde, mas possui compromissos financeiros administráveis. Não tem interesse em sair do campo, está estabilizado, é uma atividade em que convive desde os oito anos, tem conhecimento e habilidade. Segundo o produtor:

“Sempre quis ser do campo, na cidade me sinto preso, na colônia estou livre”.

Sobre o contato com entidades parceiras mencionou que quem presta assistência técnica é a empresa fornecedora de produtos para o plantio e semeadura, sendo que os agrônomos fazem visitas para indicar melhores práticas de cultivo. Outros órgãos como EMATER, Sindicato Rural e Prefeitura não prestam auxílio.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa, das quais participam com frequência.

Para o produtor:

“Só trabalho com a Cooperativa, desde que veio para o Cristal, nem me lembro como é nos bancos. Na Cooperativa me sinto em casa, não tenho queixa, gosto muito, sou bem atendido, o pessoal nos trata bem, gosto mais do novo gerente, conversa mais com a gente, sempre procuro ir às reuniões que sou convidado, sou bem atuante”.

Sobre as questões ambientais, o produtor evidenciou que utiliza equipamentos de proteção (luvas, botas, roupa especial etc.), para ele e para o filho:

“São equipamentos de proteção individual (EPI), tenho conhecimento de sua importância desde criança.”

A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano e os animais utilizam de água do açude, não tem sistema de irrigação e não pagam pela água consumida. Tem cuidado para a água dos açudes não ser contaminada pelos produtos tóxicos.

Não há saneamento ambiental, há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo, pratica reciclagem de materiais, as embalagens de agrotóxicos são lavadas e entregues ao fornecedor, utiliza água do açude para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior.

O produtor não visualiza incentivo governamental quanto aos cuidados com o meio ambiente, para ele há poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existe plantio de eucalipto e algumas árvores frutíferas, mas sem controle específico.

Não há substituição de insumos químicos por insumos orgânicos. Observa-se pouca produção excedente (que não é comercializada e nem consumida):

“Os animais comem praticamente tudo, se vem a sobrar fazemos uma cova e enterramos. Alguns animais são abatidos na própria propriedade e consumidos pela família.”

4.3.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Na última safra houve comercialização de aproximadamente 32 sacas de soja por hectare e 70 sacas de milho por hectare. Para realização do custeio, cultivo de 30 hectares de soja (cultura principal) e 10 hectares de milho, projetou-se uma produção total de 651,84 sacas de soja com preço de venda a R\$ 65,00 cada e 120 sacas de milho a R\$ 23,00 cada.

Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar.

Na Tabela 21 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal calculado em 31/08/2013, todavia, realocado para 31/07/2013, no intuito de harmonizar as informações.

Tabela 21 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Soja - Produtor 1 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	55.349,25	2.1 Passivo Circulante	44.138,88
1.1.1 Disponibilidades	43.667,95	2.1.1 Fornecedores	678,00
1.1.1.1 Caixa	36.085,13	2.1.1.1 Arrendamento	678,00
1.1.1.2 Conta Movimento	6.702,92	2.1.2 Empréstimos	42.550,00
1.1.1.3 Poupança	879,90	2.1.2.1 PRONAF Invest. BNDES	5.250,00
1.1.2 Créditos	5.777,47	2.1.2.2 PRONAF Custeio Soja	28.800,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber Soja	3.530,80	2.1.2.3 PRONAF Custeio Milho	8.500,00
1.1.2.2 Duplicadas a receber Milho	230,00	2.1.3 Salários a pagar	678,00
1.1.2.3 Duplicadas a receber Batata	2.016,67	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.3 Estoque	5.000,00	2.1.4 Encargos a recolher	132,88
1.1.3.1 Estoque de insumos	5.000,00	2.1.4.1 Funrural a recolher	132,88
1.1.4 Despesas Antecipadas	903,83	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	903,83	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.2 Ativo Não-Circulante	224.434,07	2.2 Passivo Não-Circulante	26.250,00
1.2.1 Investimentos	6.848,65	2.2.1 Empréstimo	26.250,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	6.848,65	2.2.1.1 PRONAF Invest. BNDES	26.250,00
1.2.2 Imobilizado	217.585,42	2.3 Patrimônio líquido	209.394,43
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	332.500,00	2.3.1 Capital Social	206.431,47
1.2.2.1.1 Veículos	85.000,00	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	2.962,96
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	25.500,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	2.962,96
1.2.2.1.3 Rebanhos	12.000,00		
1.2.2.1.4 Pastagens	210.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-114.914,58		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-85.000,00		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-8.364,58		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-200,00		
1.2.2.2.4 (-) Pastagens	-21.350,00		
TOTAL DO ATIVO	279.783,32	TOTAL DO PASSIVO	279.783,32

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 21 o produtor rural tem disponibilidades representadas por reserva em caixa, bancos c/movimento e poupança no valor de R\$ 43.667,95 (quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), além de crédito mensal proveniente da venda de soja, milho e batata de R\$ 5.777,47 (cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), valor que varia conforme a produção. Tem estoque de insumos avaliados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Apurou-se a contabilização do valor de R\$ 903,83 (novecentos e três reais e oitenta e três centavos) a título de PROAGRO.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 55.349,25 (cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos). Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 224.434,07 (duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sete centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, veículos (automóvel de passeio e tratores), máquinas e acessórios (utilizados na atividade rural), rebanhos e pastagens.

Quanto ao Passivo Circulante, apurado em R\$ 44.138,88 (quarenta e quatro mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), observa-se que este produtor realiza pagamento de arrendamento no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais, tem três empréstimos junto a Instituição Financeira, sendo um crédito PRONAF Investimento BNDES, taxa de 4% ao ano e oito parcelas anuais e dois PRONAF custeios agrícola com taxa de juros também de 4% ao ano, vencimento único para custeio de lavouras de milho e de soja.

Foi considerado um pró-labore ao produtor rural de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) conforme salário mínimo nacional. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) de R\$ 132,88 (cento e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos). Considerou-se, ainda, previsão de despesa com energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês. No Passivo Não-Circulante, R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais), se evidenciou o empréstimo em longo prazo (PRONAF Investimento).

No Patrimônio Líquido, apurado em R\$ 209.394,43 (duzentos e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), observa-se Capital Social de R\$ 206.431,47 (duzentos e seis mil, quatrocentos e trinta e hum reais e quarenta e sete centavos) e lucros acumulados de R\$ 2.962,96 (dois mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos). A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, conforme Tabela 22 a seguir.

Tabela 22 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1
- em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	28.612,00	2.1 Passivo Circulante	6.838,89
1.1.1 Disponibilidades	18.848,53	2.1.1 Fornecedores	678,00
1.1.1.1 Caixa	11.973,72	2.1.1.1 Arrendamento	678,00
1.1.1.2 Conta Movimento	5.374,00	2.1.2 Empréstimos	5.250,00
1.1.1.3 Poupança	1.500,81	2.1.2.1 PRONAF Inv. BNDES	5.250,00
1.1.2 Créditos	5.777,47	2.1.3 Salários a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Soja	3.530,80	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.2 Duplicadas a receber - Milho	230,00	2.1.4 Encargos a recolher	132,89
1.1.2.3 Duplicadas a receber - Batata	2.016,67	2.1.4.1 Funrural a recolher	132,89
1.1.3 Estoque	3.000,00	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	3.000,00	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	986,00	2.2 Passivo Não-Circulante	21.000,00
1.1.4.1 Seguros a real. - PROAGRO	986,00	2.2.1 Empréstimo	21.000,00
1.2 Ativo Não-Circulante	215.332,46	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	21.000,00
1.2.1 Investimentos	7.807,46	2.3 Patrimônio líquido	216.105,57
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	7.807,46	2.3.1 Capital Social	206.431,47
1.2.2 Imobilizado	207.525,00	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	9.674,10
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	332.500,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	9.674,10
1.2.2.1.1 Veículos	85.000,00		
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	25.500,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	12.000,00		
1.2.2.1.4 Pastagens	210.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-124.975,00		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-85.000,00		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-12.375,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-2.400,00		
1.2.2.2.4 (-) Pastagens	-25.200,00		
TOTAL DO ATIVO	243.944,46	TOTAL DO PASSIVO	243.944,46

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 23 a seguir a Demonstração do Resultado do Exercício safra 2013/2014.

Tabela 23 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 -
Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	69.329,60	100,00
1.1 (+) Venda de Soja	42.369,60	61,11
1.2 (+) Venda de Milho	2.760,00	3,98
1.3 (+) Venda de Batata	24.200,00	34,91
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-1.594,58	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-1.594,58	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	67.735,02	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-50.196,42	72,40
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-9.336,00	13,47
2.2 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-30.800,00	44,42
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-10.060,42	14,51
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	17.538,60	25,30

Continua...

Continuação.

4. (-) Despesas Operacionais	-11.786,27	17,00
4.1 Pró-labore	-8.136,00	11,74
4.2 Seguro PROAGRO	-903,83	1,30
4.3 Juros pagos	-2.746,44	3,96
5. Resultado Operacional (3-4)	5.752,33	8,30
6. Resultado Não Operacional	958,81	1,38
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	958,81	1,38
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	6.711,14	9,68

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 22 e 23 é possível constatar que, com base nas receitas e despesas iniciais projetadas, no período de 12 meses haverá incremento do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 209.394,43 (duzentos e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos) para R\$ 216.105,57 (duzentos e dezesseis mil, cento e cinco reais, cinquenta e sete centavos) em decorrência do lucro do exercício, safra 2013/2014 de R\$ 6.711,14 (seis mil setecentos e onze reais e sessenta e catorze centavos).

Ressalta-se, que a depreciação foi contabilizada em R\$ 10.060,42 (dez mil, sessenta reais e quarenta e dois centavos) com base em alíquotas fiscais da Receita Federal, e não em dados da possível vida útil econômica dos ativos depreciáveis.

Caso a vida útil econômica seja superior ao da utilizada para fins fiscais, deve-se observar que o resultado econômico deste e dos outros produtores seria melhor em termos de resultados, explicitados pelo lucro/prejuízo do exercício.

Como os produtores rurais não têm prática de realizar poupança/aplicação em outros itens do ativo, do valor objeto da depreciação para futura manutenção ou substituição dos bens, poderá ocorrer que na época de reposição/manutenção dos ativos, os recursos disponíveis e a receber sejam insuficientes.

Destaque-se que ao fim da vida útil dos ativos não terão condições de repô-los sujeitando-se ao abandono das atividades operacionais, com a possível quebra, como é comum ocorrer no âmbito das Micro e Pequenas Empresas (MPE), sejam essas agrícolas, industriais, comerciais, de serviços etc.

Na Tabela 24 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Soja 1.

Tabela 24 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	70.288,41	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	69.329,60	98,64
1.2 Não operacionais	958,81	1,36
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	32.000,00	45,53
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	30.800,00	43,82
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.200,00	1,71
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	38.288,41	54,47
4. RETENÇÕES	10.060,42	14,31
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	10.060,42	14,31
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	28.227,99	40,16
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	28.227,99	40,16
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.227,29	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	28,82
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.498,47	8,85
8.3 Juros e aluguéis	10.882,44	38,55
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	6.711,14	23,78

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, a partir da Tabela 24, que o Produtor de Soja gerou e distribuiu valor adicionado no montante de R\$ 28.227,99 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos). A distribuição está concentrada principalmente nos juros e aluguéis, R\$ 10.882,44 (dez mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) pagos a terceiros; pessoal (pró-labore) e encargos, R\$ 8.136,00 (oito mil cento e trinta e seis reais) e impostos, taxas e contribuições R\$ 2.498,47 (dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos).

Na Tabela 25 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 25 - Orçamento Simplificado - 30 ha de soja - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	1.950,00
Plantio	12.900,00
Tratos culturais	4.950,00
Colheita	600,00
Serviços	8.400,00
TOTAL	28.800,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 25, foram liberados R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) para o custeio de trinta hectares de soja, obtendo-se, ao final do exercício, lucro de R\$ 6.711,14 (seis mil setecentos e onze reais e quatorze centavos).

Na Tabela 26 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado, relativo à Safra 2013/14:

Tabela 26 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 1 - em R\$

1. ENTRADAS	69.329,60
Recebimento de Vendas	69.329,60
2. SAÍDAS	94.149,02
Insumos / Matéria-prima	28.800,00
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	42.550,00
Impostos, Taxas e Contribuições	1.594,58
Juros e Aluguéis	10.882,44
Seguros	986,00
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	-24.819,42
4. SALDO INICIAL	43.667,95
5. SALDO FINAL	18.848,53

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor tem entradas de R\$ 69.329,60 (sessenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) para realizar a produção, bem como amortizar financiamentos obtidos.

As saídas ocorrem com pagamentos de insumos/matérias-primas, pró-labore, pagamentos de utilidades, especialmente energia elétrica, amortizações de financiamentos, impostos, taxas e contribuições, pagamentos de juros e aluguéis e seguros, sendo que as saídas estão estimadas em R\$ 94.149,02 (noventa e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e dois centavos).

Ao final da safra 2013/14 terá em caixa saldo final de R\$ 18.848,53 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos), em disponibilidades.

A realidade vivenciada pelo produtor e sua família também se encontra espelhada nas demonstrações contábeis projetadas, tendo em vista que o produtor trabalha com dificuldades, começou sua produção com apoio da família, sem ter base financeira alguma, atualmente considera ter uma vida simples, mas financeiramente controlada.

4.4 PRODUTOR DE SOJA Nº 2 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

4.4.1 Contextualização

Visita realizada em 24/08/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família.

O produtor rural tem quarenta e quatro anos, produz soja transgênica e milho para venda, pecuária leiteira e horta para consumo próprio, na Colônia São Domingos em Morro Redondo/RS.

Sua escolaridade é de ensino fundamental completo, trabalha há trinta e quatro anos na atividade, é solteiro, vive com sua mãe, a qual apresenta problemas de saúde e é aposentada, tem uma filha que mora em Canguçu/RS.

Herdou o ofício de seus pais, produtores rurais, sendo a propriedade de sua mãe. A área total agricultável é de 160 hectares (ha), como segue: 17 ha de milho, 3 ha de pastagem e 140 ha de soja, sendo 16 ha próprios e 144 há arrendados de vários produtores, terras em localidades diferentes. Sendo o custeio agrícola referente à área plantada de 22 ha de soja.

Atua em conjunto com seu sobrinho nas atividades operacionais. Este se encarrega da manutenção das sementes e o produtor entrevistado dirige o trator e gerencia a propriedade.

Os resultados são divididos igualmente. Há relatos de dificuldades de trabalho em relação ao clima, seja pela umidade, seja pelas épocas de chuvas e de seca. Para o produtor:

“Tenho que aproveitar os dias bons, chego a trabalhar dezoito horas em dois dias, estes dias fiquei oito horas direto no trator, sem descanso.”

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola – como complemento de recursos. Segundo o produtor:

“Com o custeio é mais fácil para pagar as contas, tenho capital de bolso, chegamos a plantar de cinco a seis vezes a mais do que o valor do custeio.”

Observa-se que existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa, tem também a necessidade (por não ter capital de giro próprio) de tomar crédito com taxas mais altas que a do custeio, com o custo a taxa de juros de 4,69% ao mês (custo exorbitante, que produz a quebra da maior parte das MPE, no Brasil).

Ainda, utiliza o crédito rural como segurança em caso de perdas, tendo em vista que no ano anterior perderam cerca de 30% na soja e no milho em função da seca, o resultado não foi suficiente nem mesmo para pagar as despesas, sendo que ainda não puderam solicitar a

cobertura do seguro PROAGRO tendo em vista que têm várias áreas arrendadas sem contrato e sem comprovações. Para o produtor trata-se de muita burocracia.

Constatou-se dificuldade de gerenciamento da atividade, o produtor tem produtividade suficiente para tomar maior volume de crédito com taxa subsidiada, no entanto, por não ter comprovações, acaba não obtendo aprovação junto à Cooperativa e se submete a tomar crédito com taxas mais altas.

Além de ter direito a cobertura do seguro PROAGRO, mas não conseguir receber por não ter notas fiscais do consumo dos materiais e documentação legalizada de sua plantação e terras.

Realiza o pagamento dos inseticidas e dos fungicidas por sacas de soja, para o produtor:

“É mais fácil pagar em soja do que em dinheiro, mas a empresa fornecedora de adubo só aceita o pagamento em dinheiro.”

4.4.2 Análise Socioambiental

A atividade era desenvolvida pelas gerações anteriores há sessenta anos.

Na propriedade vivem o produtor e a sua mãe. O sobrinho que lhe ajuda na atividade rural vive em Canguçu. O produtor tem uma filha que é casada e também vive em Canguçu, para o produtor:

“Ela era empregada doméstica, atualmente planta fumo e milho, a terra é pequena propícia ao plantio do fumo, mas o fumo é brabo, tem que ir para lavoura pela manhã cedo pegar sereno e depois o sol quente por cima, a planta alta pega na roupa e fica uma goma, não gosto de plantar fumo, usa-se maquinário para preparar a terra e para tirar da lavoura, o resto é tudo manual.”

Tem três sobrinhos. Segundo o produtor:

“Os meus sobrinhos são muito diferentes uns dos outros, um é meu companheiro, como um filho, outro que mora em Pelotas, não gostava do cheiro dos animais, nunca gostou, gosta da cidade, não via futuro na lavoura, foi estudar Ciência da Computação; tenho outra sobrinha que casou com rapaz da cidade e foi trabalhar em uma loja como vendedora, esta ainda faz técnico agrícola, gosta mais da lavoura”.

A produção é apenas de alimentos, já plantou fumo, mas acabou desistindo da cultura, não gosta de cultivar fumo. Para o produtor:

“O plantio realizado é direto, faço o dessecamento e planto 95% de forma direta, tem que ter palhada, se não é pior que a outra (convencional), no convencional a chuva vai lavando e vai levando a terra.”

Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, como tratores, roçadeiras e ensiladeiras, mas existem também, equipamentos manuais.

Conforme relato do produtor, houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, pois com a operação de investimento – PRONAF Mais Alimentos BNDES - foi possível adquirir o trator e equipamentos.

Sobre a assistência de entidades parceiras, esclarece:

“A prefeitura e a EMATER não ajudam muito, EMATER mais em eventos, tardes de campo etc. O que gosto de participar é das reuniões técnicas das empresas que produzem defensivos à soja, como a Bayer e Mão Santo, promovem a troca de ideias entre os produtores, chega a ter 250 produtores em uma reunião, vem um técnico e fala sobre as sementes e os defensivos, técnicas novas, é bom”.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa. Participa às vezes quando não está na lavoura. Entende que existe a explicação dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, que a mesma é bem acessível e as pessoas que trabalham lá são conhecidas.

Já trabalhou com outra Instituição Financeira em Canguçu, nos anos 1990, mas desde que a Cooperativa se instalou no município abriu a conta e começou a fazer suas movimentações financeiras, reclamou da burocracia e de alguns erros em documentação.

Sua maior dificuldade, nos dias atuais, é a disponibilidade e a contratação de mão de obra, pois tem terras perto do município de Cerrito/RS e longe de sua casa, a distância dificulta. Como tem bovinos leiteiros que exigem regularidade na ordenha, acaba, por vezes, não conseguindo cumprir o horário, relata que:

“Dois dias que mudei o horário renderam dois meses para readaptação, já no inverno tem pastagem, largo e esqueço-me da vaca no campo”.

Além disso, quanto às questões ambientais, constatou-se que o produtor utiliza equipamentos de proteção. A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano e existe açude para os animais, não pagam pela água consumida, não tem sistema de irrigação e saneamento básico.

O produtor não visualiza incentivo governamental quanto às medidas adotadas para evitar o desmatamento. Quanto à área destinada para árvores na propriedade, o produtor relata que existem acácias para lenha e árvores para sombra.

Há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo, observa-se reciclagem de materiais, as embalagens de agrotóxicos são lavadas e guardadas, utiliza água do açude para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior.

Após, entregam na Prefeitura as embalagens, há bastante controle com conferência de notas. Existe, na medida do possível, redução dos insumos e substituição de insumos químicos por orgânicos. Para o produtor:

“Na soja transgênica se a gente muda o defensivo a planta não sente nada, na soja convencional mata tudo. O milho é tolerante a lagarta, pela rotação com a soja.”

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar. E o que o motiva a continuar na atividade e não migrar do campo à cidade é a sua vocação para a atividade rural, não gosta nem de ir à cidade, vai a Pelotas apenas para ir ao cartório e comprar algum maquinário. Nas palavras do agricultor:

“Não gosto da cidade, muito trânsito, muita gente, só faço o que tenho que fazer e volto logo para Morro Redondo”.

Não se observa produção excedente (que não é comercializada e nem consumida):

“Os animais comem tudo, não existe sobra”.

Não há preocupação pela qualidade dos alimentos e não relacionam ao sistema de produção agrícola. Segundo o produtor:

“A soja tem desconto sobre os grãos estragados ou fora do padrão, mas o tipo é um só, o milho também. No ano passado, na segunda colheita, perdemos muito em função de quinze dias de chuva, daí caiu o peso, a soja vai perdendo peso dentro da vagem, o tratamento na hora certa é o que manda o resto”.

Houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, já adquiriu trator e equipamentos.

4.4.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Na última safra houve comercialização de aproximadamente 40 sacas de soja por hectare, 60 sacas de milho por hectare e 100 sacas de batata por hectare cultivado. Para realização do custeio, cultivo de 22 hectares de soja (cultura principal) e 7 hectares de milho, projetou-se uma produção total de 785,70 sacas de soja com preço de venda de R\$ 64,80 cada e 664,46 aproximadamente de sacas de milho a R\$ 24,00 cada.

Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar.

Na Tabela 27 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal ajustado a preços de 31/07/2013.

Tabela 27 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Soja - Produtor 2 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	41.258,50	2.1 Passivo Circulante	42.454,15
1.1.1 Disponibilidades	30.562,21	2.1.1 Empréstimos	40.870,00
1.1.1.1 Caixa	25.963,49	2.1.1.1 PRONAF Custeio Soja	21.120,00
1.1.1.2 Conta Movimento	4.598,72	2.1.1.2 PRONAF Custeio Milho	5.950,00
1.1.2 Créditos	5.571,67	2.1.1.3 PRONAF Inv. BNDES	8.000,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber Soja	4.242,76	2.1.1.4 Inv. Rec. da Coop. Créd.	4.000,00
1.1.2.2 Duplicadas a receber Milho	1.328,91	2.1.1.5 Crédito Geral	1.800,00
1.1.3 Estoque	4.500,00	2.1.2 Salários a pagar	1.356,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	4.500,00	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	1.356,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	624,62	2.1.3 Encargos a recolher	128,15
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	624,62	2.1.3.1 Funrural a recolher	128,15
1.2 Ativo Não-Circulante	235.939,48	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.2.1 Investimentos	6.883,78	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	6.883,78	2.2 Passivo Não-Circulante	100.643,24
1.2.2 Imobilizado	229.055,70	2.2.1 Empréstimo	100.643,24
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	340.733,24	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	8.000,00
1.2.2.1.1 Veículos	130.419,24	2.2.1.2 PRONAF Inv. BNDES	92.643,24
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	48.514,00	2.3 Patrimônio líquido	134.100,59
1.2.2.1.3 Rebanhos	1.800,00	2.3.1 Capital Social	132.821,69
1.2.2.1.4 Pastagens	160.000,00	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	1.278,90
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-111.677,54	2.3.2.1 Lucros acumulados	1.278,90
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-70.686,46		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-40.694,42		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-30,00		
1.2.2.2.4 (-) Pastagens	-266,67		
TOTAL DO ATIVO	277.197,98	TOTAL DO PASSIVO	277.197,98

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 27 o produtor rural tem disponibilidades de R\$ 30.562,21 (trinta mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e hum centavos), representado por dinheiro em banco e em caixa.

Tem ainda a receber valores realizáveis em curto prazo, por vendas provenientes de soja e de milho de R\$ 4.242,76 (quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos) e R\$ 1.328,91 (hum mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e hum centavos), respectivamente.

Tem estoque de insumos avaliados em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Apurou-se a contabilização de R\$ 624,62 (seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos) a título de PROAGRO.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 41.258,50 (quarenta e hum mil duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos). Quanto ao Ativo-Não Circulante, no valor de R\$ 235.939,48 (duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e

quarenta e oito centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, veículos, máquinas e acessórios agrícolas, rebanhos e pastagens.

Quanto ao Passivo Circulante, apurado em R\$ 42.454,15 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos), observa-se que este produtor rural tem vários empréstimos junto a Instituição Financeira, tais como: dois custeios PRONAF referentes às lavouras de Soja e de Milho, taxas de 4% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente e pagamentos anuais.

Possui, ainda, operação de PRONAF Investimento Agrícola com recursos repassados pelo BNDES, taxa de 2% a.a. cinco parcelas anuais com vencimento final para Dezembro de 2015; e mais dois empréstimos que caracterizam maior dificuldade financeira por parte do produtor, devido à necessidade de recursos buscou empréstimos em outras modalidades com taxas maiores, sendo Investimento Agrícola com taxa de 0,60% ao mês e três parcelas anuais e empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com taxa de 4,69% ao mês e dez parcelas mensais.

Como a atividade é desenvolvida pelo produtor rural entrevistado e pelo seu sobrinho que reside em outra propriedade foram considerados dois pró-labores no total de R\$ 1.356,00 (hum mil trezentos e cinquenta e seis reais) e o FUNRURAL de R\$ 128,15 (cento e vinte e oito reais e quinze centavos).

Ainda, foi considerada a despesa de energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês. Tem compromissos em longo prazo (vencimentos superiores há 12 meses) contabilizados no Passivo Não-Circulante, de R\$ 100.643,24 (cem mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), decorrentes de dois empréstimos em longo prazo.

Quanto ao Patrimônio Líquido, de R\$ 134.100,59 (cento e trinta e quatro mil cem reais e cinquenta e nove centavos), apurou-se R\$ 132.821,69 (cento e trinta e dois mil oitocentos e vinte e hum reais e sessenta e nove centavos) de capital social e R\$ 1.278,90 (hum mil duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos) de lucros acumulados.

A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, safra 2013/2014, conforme Tabela 28 a seguir.

Tabela 28 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2
- em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	19.392,81	2.1 Passivo Circulante	18.848,47
1.1.1 Disponibilidades	10.639,74	2.1.1 Empréstimos	17.264,32
1.1.1.1 Caixa	8.831,01	2.1.1.1 PRONAF Inv. BNDES	8.000,00
1.1.1.2 Conta Movimento	1.808,73	2.1.1.2 Inv. Rec. da Coop. Créd.	9.264,32

Continua...

Continuação.

1.1.2 Créditos	5.571,67	2.1.2 Salários a pagar	1.356,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber Soja	4.242,76	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	1.356,00
1.1.2.2 Duplicadas a receber Milho	1.328,91	2.1.3 Encargos a recolher	128,15
1.1.3 Estoque	2.500,00	2.1.3.1 Funrural a recolher	128,15
1.1.3.1 Estoque de insumos	2.500,00	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	681,40	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	681,40	2.2 Passivo Não-Circulante	83.378,92
1.2 Ativo Não-Circulante	212.409,13	2.2.1 Empréstimo	83.378,92
1.2.1 Investimentos	7.847,51	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	83.378,92
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	7.847,51	2.3 Patrimônio líquido	129.574,55
1.2.2 Imobilizado	204.561,62	2.3.1 Capital Social	132.821,69
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	340.733,24	2.3.2 (-) Lucros e prejuízos acum.	-3.247,14
31.2.2.1.1 Veículos	130.419,24	2.3.2.1 (-) Prejuízos acumulados	-3.247,14
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	48.514,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	1.800,00		
1.2.2.1.4 Pastagens	160.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-136.171,62		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-89.459,62		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-43.152,00		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-360,00		
1.2.2.2.4 (-) Pastagens	-3.200,00		
TOTAL DO ATIVO	231.801,94	TOTAL DO PASSIVO	231.801,94

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 29 a projeção da Demonstração do Resultado do Exercício 2013/2014.

Tabela 29 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	66.860,05	100,00
1.1 (+) Venda de Soja	50.913,13	76,15
1.2 (+) Venda de Milho	15.946,92	23,85
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-1.537,80	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-1.537,80	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	65.322,25	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-48.814,08	73,01
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	1,79
2.2 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-23.120,00	34,57
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-24.494,08	36,63
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	16.508,17	24,69
4. (-) Despesas Operacionais	-21.997,94	32,90
4.1 Pró-labore	-16.272,00	24,34
4.2 Seguro PROAGRO	-624,62	0,93
4.3 Juros pagos	-5.101,32	7,63
5. Resultado Operacional (3-4)	-5.489,77	8,21
6. Resultado Não Operacional	963,73	1,44
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	963,73	1,44
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	-4.526,04	6,77

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 28 e 29 é possível constatar que, com base nas receitas e despesas iniciais projetadas, no período de 12 meses haverá prejuízo no final do exercício de R\$ 4.526,04 (quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos), influenciado, basicamente, com as despesas de depreciação e exaustão, que podem estar superavaliadas em decorrência dos critérios fiscais e não econômicos, conforme já mencionado na análise de outros produtores. Além da contabilização da depreciação de R\$ 24.494,08 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oito centavos) ocorre à contabilização de pró-labores aos produtores de R\$ 16.272,00 (dezesesseis mil duzentos e setenta e dois reais).

Neste sentido, o produtor rural e seu sobrinho sustentam duas famílias com os pró-labores que auferem.

Na Tabela 30 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Soja 2, safra 2013/2014.

Tabela 30 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	67.823,78	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	66.860,05	98,58
1.2 Não operacionais	963,73	1,42
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	24.320,00	35,86
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	23.120,00	34,09
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.200,00	1,77
DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	43.503,78	64,14
4. RETENÇÕES	24.494,08	36,11
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	24.494,08	36,11
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	19.009,70	28,03
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	19.009,70	28,03
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	19.009,70	100,00
8.1 Pessoal e encargos	16.272,00	85,60
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.162,42	11,38
8.3 Juros e aluguéis	5.101,32	26,84
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	-4.526,04	-23,81

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 30, que a distribuição do valor adicionado de R\$ 19.009,70 (dezenove mil, nove reais e setenta centavos) está concentrada, principalmente, nas despesas de pessoal (pró-labore), R\$ 16.272,00 (dezesesseis mil duzentos e setenta e dois reais). Sendo R\$ 5.101,32 (cinco mil cento e hum reais e trinta e dois centavos) a juros e aluguéis e R\$ 2.162,42 (dois mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos) direcionado a impostos, taxas e contribuições.

Na Tabela 31 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 31 - Orçamento Simplificado – 22,9 ha de soja - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	5.038,00
Plantio	4.467,00
Tratos culturais	2.857,00
Colheita	3.564,00
Serviços	5.194,00
TOTAL	21.120,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 31, foram liberados R\$ 21.120,00 (vinte e hum mil, cento e vinte reais) para o custeio de soja. Deste valor, R\$ 5.038,00 (cinco mil e trinta e oito reais) são destinados ao preparo do solo, R\$ 4.467,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais) para o plantio, R\$ 2.857,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) para os tratos culturais, R\$ 3.564,00 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais) são destinados à colheita e R\$ 5.194,00 (cinco mil, cento e noventa e quatro reais) para pagamento de serviços.

Na Tabela 32 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado:

Tabela 32 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Soja - Produtor 2 - em R\$

1. ENTRADAS	66.860,05
Recebimento de Vendas	66.860,05
2. SAÍDAS	86.782,52
Insumos / Matéria-prima	21.120,00
Salários / Pró-labore	16.272,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	40.870,00
Impostos, Taxas e Contribuições	1.537,80
Juros e Aluguéis	5.101,32
Seguros	681,40
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	-19.922,47
4. SALDO INICIAL	30.562,21
5. SALDO FINAL	10.639,74

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor estima entradas de R\$ 66.860,05 (sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais e cinco centavos), para realizar a produção e resgatar empréstimos obtidos anteriormente. As saídas de recursos previstas estão estimadas em R\$ 86.782,52 (oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

A realidade vivenciada pelo produtor entrevistado e sua família reflete-se nas demonstrações contábeis projetadas, pois julga ter uma vida simples, sendo sua residência com pouco conforto e recursos. Observa-se, também, semelhança na realidade dos dois produtores, dificuldades financeiras, pouco gerenciamento da propriedade e incipiente busca pela melhoria da qualidade da produção.

4.5 PRODUTOR DE ARROZ Nº 1 – MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ

4.5.1 Contextualização

Visita realizada em 10/06/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família.

O filho do produtor começou há um ano a ser tomador de crédito, antes os recursos eram disponibilizados por seu pai, que atualmente apresenta problemas de saúde, mas ainda trabalha parcialmente na atividade.

A família é composta pelo casal e por dois filhos. O filho, tomador de crédito, desempenha todas as atividades junto à propriedade, tem planos de continuar na atividade rural. A filha do casal trabalha e estuda Ciências Contábeis em Camaquã/RS, não tem interesse na atividade rural.

O produtor rural tem vinte e um anos e, em conjunto com seu pai, produz arroz, de onde obtém sustento familiar na localidade Faxinal dos Ramirez - 4º Distrito de Camaquã. Têm alguns bovinos para produção de leite ao consumo familiar.

Sua escolaridade é de ensino médio completo, trabalha há onze anos na atividade, não é casado e não tem filhos. Herdou o ofício de seu pai e de seu avô, ambos produtores rurais.

A propriedade de 104 ha pertence ao seu avô há mais de sessenta anos. Arrendam 49 ha e realizam plantio de 28 ha.

Atua em conjunto com seu pai, realiza mais as atividades operacionais e seu pai se encarrega da gestão da propriedade e das finanças. O pai do produtor entrevistado tem experiência rural de quarenta e cinco anos. Atualmente, com problemas de saúde, não consegue se dedicar as atividades que exigem maior esforço físico.

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção e para conseguir produzir a safra seguinte e estocar o produto da safra anterior até que obtenha o preço que considere suficiente para venda. O crédito rural é importante, mas não existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio

agrícola, tomado anualmente na Cooperativa. Inclusive, por vezes, realizam o pagamento antecipadamente.

4.5.2 Análise Socioambiental

A atividade era desenvolvida pelas gerações anteriores, pai e avô, hoje aposentado. Desta forma, atualmente, na propriedade vivem o produtor e seus pais. As tomadas de decisões mais importantes são ainda realizadas pelo pai do produtor entrevistado.

A produção é apenas de alimentos: arroz (principal cultura, produto vendido), pequena horta e três vacas leiteiras, para alimentação familiar.

Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são em grande parte mecânicos, realizam o plantio direto do arroz irrigado. Conforme relato do produtor e de seu pai, houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, pois com a operação de investimento – PRONAF Mais Alimentos BNDES - foi possível adquirir um trator.

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar. No entanto, pai e filho relatam dificuldades relacionadas ao trabalho árduo e a situação do produtor trabalhar sozinho, tendo em vista a doença de seu pai. Já plantou em anos anteriores fumo, aipim, milho e batata doce, mas precisou restringir a produção por falta de disponibilidade de mão de obra, de obreiros que queiram trabalhar no campo. Têm compromissos financeiros administráveis.

Não há preocupação aparente pela qualidade dos alimentos, fazem análise de solo em função da exigência do PROAGRO, têm assistência técnica para executar o projeto exigido para financiamento pela Cooperativa de Crédito, através dos serviços profissionais de agrônomo que auxilia sobre o que utilizar na lavoura, quantidade de água etc. No entanto, não existe aprofundamento das técnicas e nem buscam por uma assessoria mais especializada.

Sobre a assistência de entidades parceiras, não se observa incentivo governamental quanto aos cuidados com o meio ambiente ou assistência técnica de outras entidades como EMATER, sindicato ou prefeitura.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa. Foram em duas reuniões em anos anteriores, consideram a Cooperativa transparente quanto a sua gestão, mas não têm interesse de continuar frequentando as reuniões.

O produtor entrevistado não sabe informar se quando estudava era incentivada a atividade rural e a sustentabilidade no currículo escolar, relacionado a programas em negócios

e em práticas sustentáveis. Pretende continuar no campo, provavelmente na mesma propriedade, não tem interesse em ir à cidade, segundo ele:

“Não gostava de estudar, fui me acostumando com a atividade, trabalho desde os dez anos e o meu pai não pode mais trabalhar por problemas de saúde.”

Entende que tem vocação e por ser uma atividade familiar, filho homem da família, decidiu dar continuidade à produção rural.

Além disso, quanto às questões ambientais, verificou-se que o produtor não utiliza equipamentos de proteção (luvas, botas, roupa especial etc.), apesar de ter conhecimento dos prejuízos que os produtos químicos podem gerar à sua saúde, apenas às vezes usa máscara, aproveita os dias com menos vento para aplicar os produtos químicos.

A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano, não tem açude, não pagam pela água consumida, existe o arroio Velhaco que fornece água para animais e para irrigação da lavoura, sendo que têm licença do órgão competente (Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS - FEPAN).

Visualizam-se poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existe mato natural que não é mexido, não sabem qual a área.

Há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo, não se observa reciclagem de materiais, as embalagens de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) são lavadas e guardadas, utiliza água do arroio para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior.

As embalagens de agrotóxicos são estocadas na propriedade, não existe o recolhimento pela empresa fornecedora, antes cultivavam o arroz pré-germinado e não usavam estas embalagens. Não existe saneamento ambiental e sim fossa negra, a terra absorve a água.

Não há redução dos insumos e substituição de insumos químicos por orgânicos e também não se observa produção excedente, o arroz é todo vendido, depois há o desconto de impurezas pela empresa compradora e eles mesmos providenciam o descarte.

4.5.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Na última safra houve comercialização de aproximadamente 110 sacas de arroz por hectare. Para realização do custeio, cultivo de 13 hectares de arroz, projetou-se uma produção média total de 1.430 sacas de arroz com preço de venda de R\$ 28,20 (vinte e oito reais e vinte centavos) cada.

No entanto, a produção total foi de 38 hectares (13 hectares com recursos financiados e 25 hectares com recursos próprios do produtor) e o preço chegou a R\$ 31,00 (trinta e hum reais) a saca, com produção aproximada de sacas de 3.241,94, obtendo-se a receita anual de R\$ 100.500,00. Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar.

Na Tabela 33 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal apurado em 30/06/2013, ajustado para 31/07/2013.

Tabela 33 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Arroz - Produtor 1 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	46.675,41	2.1 Passivo Circulante	32.091,35
1.1.1 Disponibilidades	32.683,50	2.1.1 Fornecedores	552,93
1.1.1.1 Caixa	25.762,22	2.1.1.1 Assist. Téc. custeio a pagar	509,60
1.1.1.2 Conta Movimento	6.921,28	2.1.1.2 Fretes a pagar	43,33
1.1.2 Créditos	8.375,00	2.1.2 Empréstimos	29.889,79
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Arroz	8.375,00	2.1.2.1 PRONAF Custeio Arroz	26.139,79
1.1.3 Estoque	5.000,00	2.1.2.2 PRONAF Inv. BNDES	3.750,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	5.000,00	2.1.3 Salários a pagar	1.356,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	616,91	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	1.356,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	616,91	2.1.4 Encargos a recolher	192,63
1.2 Ativo Não-Circulante	24.341,70	2.1.4.1 Funrural a recolher	192,63
1.2.1 Investimentos	823,99	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. de Créd.	823,99	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.2.2 Imobilizado	23.517,71	2.2 Passivo Não-Circulante	26.250,00
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	194.250,00	2.2.1 Empréstimo	26.250,00
1.2.2.1.1 Veículos	4.300,00	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	26.250,00
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	173.950,00	2.3 Patrimônio líquido	12.675,76
1.2.2.1.3 Rebanhos	16.000,00	2.3.1 Capital Social	6.695,27
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-170.732,29	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	5.980,49
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-4.300,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	5.980,49
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-166.165,63		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-266,67		
TOTAL DO ATIVO	71.017,11	TOTAL DO PASSIVO	71.017,11

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 33, elaborada mediante o uso da metodologia do Balanço Perguntado e em decorrência da entrevista realizada com o Produtor de Arroz Nº 1 – do Município de Camaquã constatou-se que a entidade rural tem disponibilidades em caixa e em banco de R\$ 32.683,50 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) além de valores realizáveis em curto prazo proveniente da venda do arroz a prazo, de R\$ 8.375,00 (oito mil trezentos e setenta e cinco reais), valor que varia conforme a produção, descontos pelos grãos quebrados e valor da cotação da saca do produto.

Tem estoque de insumos avaliados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Apurou-se o registro de R\$ 616,91 (seiscentos e dezesseis reais e noventa e hum centavos) a título de PROAGRO.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 46.675,41 (quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e hum centavos). Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 24.341,70 (vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e hum reais e setenta centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, veículos, máquinas e acessórios agrícolas e rebanhos, com as respectivas depreciações.

Quanto ao Passivo Circulante, apurado em R\$ 32.091,35 (trinta e dois mil, noventa e hum reais e trinta e cinco centavos), observa-se que este produtor rural tem pagamento de Assistência Técnica realizada principalmente para efetivação de projeto para custeio, R\$ 509,60 (quinhentos e nove reais e sessenta centavos), valor este descontado na liberação do custeio, e Fretes a pagar de R\$ 43,33 (quarenta e três reais e trinta e três centavos) mensais.

Além disso, são contabilizados dois tipos de empréstimos junto a Instituição Financeira, sendo um crédito investimento BNDES, PRONAF Mais Alimentos, taxa de 2% ao ano e oito parcelas anuais, outro custeio PRONAF agrícola para produção de arroz, 4% ao ano e vencimento único.

Foi considerado um pró-labore ao produtor rural entrevistado e outro ao seu pai no valor total de R\$ 1.356,00 (hum mil trezentos e cinquenta e seis reais), para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural projeta-se pagamento de R\$ 192,63 (cento e noventa e dois reais e sessenta e três centavos) e despesas com energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês.

No Passivo Não-Circulante, R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais), foram considerados o empréstimos em longo prazo – PRONAF Investimento.

No Patrimônio Líquido de R\$ 12.675,76 (doze mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), consta o capital social de R\$ 6.695,27 (seis mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos) e lucros acumulados em 31/07/2013 de R\$ 5.980,49 (cinco mil novecentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos).

A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, conforme Tabela 34 a seguir.

Tabela 34 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor
1 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	65.762,14	2.1 Passivo Circulante	5.398,63
1.1.1 Disponibilidades	53.714,15	2.1.1 Fornecedores	0,00
1.1.1.1 Caixa	7.919,20	2.1.2 Empréstimos	3.750,00
1.1.1.2 Conta Movimento	8.017,94	2.1.2.1 PRONAF Inv. BNDES	3.750,00
1.1.1.3 Poupança	37.777,01	2.1.3 Salários a pagar	1.356,00
1.1.2 Créditos	8.375,00	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	1.356,00
1.1.2.1 Duplicadas a Rec. Arroz	8.375,00	2.1.4 Encargos a recolher	192,63
1.1.3 Estoque	3.000,00	2.1.4.1 Funrural a recolher	192,63
1.1.3.1 Estoque de insumos	3.000,00	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	672,99	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	672,99	2.2 Passivo Não-Circulante	22.500,00
1.2 Ativo Não-Circulante	19.701,85	2.2.1 Empréstimo	22.500,00
1.2.1 Investimentos	939,35	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	22.500,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	939,35	2.3 Patrimônio líquido	57.565,36
1.2.2 Imobilizado	18.762,50	2.3.1 Capital Social	6.695,27
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	194.250,00	2.3.2 Lucros e prejuízos	50.870,09
1.2.2.1.1 Veículos	4.300,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	50.870,09
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	173.950,00		
1.2.2.1.3 Rebanhos	16.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-175.487,50		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-4.300,00		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-167.987,50		
1.2.2.2.3 (-) Rebanhos	-3.200,00		
TOTAL DO ATIVO	85.463,99	TOTAL DO PASSIVO	85.463,99

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 35, a seguir, a Demonstração do Resultado do Exercício 2013/2014.

Tabela 35 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 -
Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	100.500,00	100,00
1.1 (+) Venda de Arroz	100.500,00	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-2.311,56	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-2.311,56	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	98.188,44	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-34.464,81	34,29
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	1,19
2.2 (-) Custos (Despesas) Variáveis	-1.029,60	1,03
2.3 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-27.480,00	27,34
2.4 (-) Depreciação e Exaustão	-4.755,21	4,73
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	63.723,63	63,41
4. (-) Despesas Operacionais	-18.949,39	18,86
4.1 Pró-labore	-16.272,00	16,19
4.2 Seguro PROAGRO	-616,91	0,61
4.3 Juros pagos	-2.060,48	2,05
5. Resultado Operacional (3-4)	44.774,24	44,55
6. Resultado Não Operacional	115,36	0,11
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	115,36	0,11
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	44.889,60	44,67

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 34 e 35 é possível constatar que, se mantida a média de receita por vendas realizadas e despesas vinculadas à produção, bem como de despesas operacionais iniciais projetadas, no período de doze meses haverá aumento do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 12.675,76 (doze mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para R\$ 57.565,36 (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos) em decorrência de lucro estimado de R\$ 44.889,60 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), no período pós 31/07/2013 até 31/07/2014, o que representa incremento de 354% no PL.

O produtor tem estimativa de Receita Operacional Bruta de R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), no exercício contábil 2013/2014, proveniente da venda do arroz, com dedução de despesas com Funrural de R\$ 2.311,56 (dois mil, trezentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos de R\$ 34.464,81 (trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e hum centavos).

Em função das cifras evidenciadas espera obter Resultado Operacional Bruto de R\$ 63.723,63 (sessenta e três mil, setecentos e vinte três reais, sessenta e três centavos), ou seja, 63,41% da Receita Operacional Bruta.

Ao considerar, ainda, as despesas operacionais de R\$ 18.949,39 (dezoito mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos), projeta Resultado Líquido do Exercício de R\$ 44.889,60 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), correspondente a 44,67% das Receitas, o que é nesse caso, bastante significativo.

Comparando-se o desempenho deste produtor em relação a outros produtores rurais, a contabilização da depreciação não é representativa, estimada em R\$ 4.755,21 (quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e hum centavos).

Observe-se, porém que houve a depreciação acumulada de grande parte dos bens, devido à idade avançada dos mesmos, todavia, observou-se que os ativos estão em bom estado, o que deve denotar a depreciação exagerada nos últimos anos em decorrência dos critérios fiscais utilizados o que pode ter distorcido resultados anteriores!

Na Tabela 36 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Arroz 1.

Tabela 36 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	100.615,36	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	100.500,00	99,89
1.2 Não operacionais	115,36	0,11
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	29.709,60	29,53
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	27.480,00	27,31
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.229,60	2,22
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	70.905,76	70,47
4. RETENÇÕES	4.755,21	4,73
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	4.755,21	4,73
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	66.150,55	65,75
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	66.150,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	66.150,55	100,00
8.1 Pessoal e encargos	16.272,00	24,60
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.928,47	4,43
8.3 Juros e aluguéis	2.060,48	3,11
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	44.889,60	67,86

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 36 evidencia que, se confirmarem as projeções de resultados, da safra 2013/2014 deste produtor, a geração e a distribuição do valor adicionado importarão em R\$ 66.150,55 (sessenta e seis mil cento e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos). A distribuição será principalmente apropriada aos lucros do exercício que representam 67,86%, seguidos por distribuições ao pessoal (pró-labore), equivalentes a 24,60%, do VA distribuído. Os impostos, taxas e contribuições e juros e aluguéis representam 4,43% e 3,11%, respectivamente.

Na Tabela 37 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 37 - Orçamento Simplificado – 13 ha de arroz - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	1.820,00
Plantio	6.700,00
Tratos culturais	4.480,00
Colheita	950,00
Serviços	11.530,00
TOTAL	25.480,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 38 foram liberados R\$ 25.480,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta reais) para o custeio de arroz. Deste valor, R\$

1.820,00 (hum mil oitocentos e vinte reais) são destinados ao preparo do solo, R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) para o plantio, R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) para os tratos culturais, R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) é destinado à colheita, R\$ 11.530,00 (onze mil, quinhentos e trinta reais) para pagamento de serviços, obtendo-se, ao final do exercício, lucro de R\$ 44.889,60 (quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).

Na Tabela 38 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado:

Tabela 38 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 1 - em R\$

1. ENTRADAS	100.500,00
Recebimento de Vendas	100.500,00
2. SAÍDAS	79.469,35
Insumos / Matéria-prima	25.480,00
Salários / Pró-labore	16.272,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	29.889,79
Fornecedores	552,93
Impostos, Taxas e Contribuições	2.311,56
Juros e Aluguéis	2.060,48
Seguros	672,99
Fretes sobre Vendas	520,00
Serviços Contratados	509,60
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	21.030,65
4. SALDO INICIAL	32.683,50
5. SALDO FINAL	53.714,15

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor terá estimativa de entradas de R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), para realizar a produção e amortizar dívidas com empréstimos, pagando também saldo com fornecedores, proveniente de dívidas em 31/07/13, da safra anterior. Ao final da safra 2013/2014 deverá ter saldo final de R\$ 53.714,15 (cinquenta e três mil, setecentos e quatorze reais e quinze centavos) em disponibilidades, representada por caixa, banco e poupança.

A realidade vivenciada pelo produtor e sua família também é refletida nas demonstrações contábeis apresentadas, o produtor rural pondera que sua vida é simples, mas confortável, pois tem condições financeiras para realizar poupança e antecipar os pagamentos dos empréstimos (situação evidenciada no último ano safra), bem como recursos para investir em expansão e repor ativos imobilizados.

4.6 PRODUTOR DE ARROZ Nº 2 – MUNICÍPIO DE CRISTAL

4.6.1 Contextualização

Visita realizada em 31/08/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família.

A produtora rural tem 25 anos, produz arroz na colônia Santa Isabel no município de São Lourenço do Sul/RS. Trabalha há 9 anos, herdou o ofício de seus pais, produtores rurais.

A propriedade de 72 ha é arrendada de seu pai, todavia não realiza pagamentos pelo uso, planta 32 ha de arroz.

Sua escolaridade é de ensino superior completo em pedagogia, trabalha como professora do município há dois anos, é casada e não tem filhos.

Na atividade rural atua em conjunto com seu esposo em todas as atividades operacionais e gerenciais. Segundo ela:

“Quando não estou envolvida com a escola estou na lavoura, mas meu marido trabalha no serviço mais pesado.”

Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento à vista dos insumos à produção, existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa. Relata que busca como o tempo não depender mais do recurso, mas que como está começando ainda é importante para estocar o produto e esperar o melhor preço, considera recurso fácil e com baixo custo.

4.6.2 Análise Socioambiental

A atividade era desenvolvida pelo seu pai e pelo seu irmão que residem no mesmo município, segundo a produtora:

“Meu pai é muito trabalhador, ensinou muito bem a mim e a meu irmão que é mais novo, aprendemos a dar valor, gostamos do campo, aí casei com outro produtor e não penso em sair daqui, temos planos de continuar na atividade rural.”

Desta forma, atualmente, na propriedade vivem a produtora e seu esposo. Sendo as tomadas de decisões realizadas em conjunto.

A produção é apenas de alimentos, arroz (para venda) e uma pequena horta para alimentação familiar. O marido fazia comercialização de fumo, compra e venda, há dois anos produz somente arroz.

O plantio realizado é direto. Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, mas têm-se equipamentos manuais. Relata que:

“Me sinto evoluindo, pois meus pais trabalhavam com junta de boi, era tudo muito difícil antigamente.”

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar, mas como foi aprovada em concurso público para professora do município procura conciliar as duas atividades, de professora e de produtora rural.

Conforme relato da produtora, não houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, pois adquiriram máquinas e implementos com recursos que haviam poupado.

Sobre assistência de entidades parceiras, os técnicos da EMATER, quando solicitados, auxiliam na assistência, convidam para dias de campo. Para confecção de projeto solicitado no custeio contratam uma empresa que presta serviço de assistência técnica, mas não seguem todas as recomendações.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa, já participou com mais frequência, já teve mais interesse, foi inclusive Conselheira em 2010, mas atualmente não está mais atuante.

Quanto às questões ambientais, evidenciou-se que a produtora utiliza equipamentos de proteção (luvas, botas, roupa especial etc.), tem consciência da necessidade de proteção.

A água utilizada pela família é proveniente de poço artesiano, não pagam pela água consumida, existem dois açudes para irrigação da lavoura de arroz. Tem licença da FEPAN, obrigatória à atividade, não tem saneamento ambiental.

A produtora não visualiza incentivo governamental quanto aos cuidados ao meio ambiente e poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existe mata nativa que foi preservada e árvores frutíferas ao redor da residência.

Há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo. Observou-se reciclagem de materiais, as embalagens de agrotóxicos são lavadas e guardadas, utiliza água do açude para lavar e os resíduos são colocados dentro do pulverizador para utilização posterior. Segundo a produtora:

“A empresa que vende marca um dia e local para recebimento das embalagens vazias, nós furamos o fundo, lavamos e guardamos a espera deste dia, eles têm bastante controle, conferem tudo”.

Não há redução dos insumos e substituição de insumos químicos por orgânicos. Não se observa produção excedente o descarte é feito pela própria empresa que compra o arroz.

Não há preocupação aparente pela qualidade dos alimentos, fazem análise de solo em função da exigência do PROAGRO e tem assistência técnica para executar o projeto exigido para financiamento pela Cooperativa de Crédito.

Não se reconhece incentivo à atividade rural e a sustentabilidade no currículo escolar, relacionado a programas em negócios e em práticas sustentáveis.

4.6.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Na última safra houve comercialização de aproximadamente 125 sacas de arroz por hectare. Para realização do custeio, cultivo de 32 hectares de arroz, projetou-se uma produção total de 3.177 sacas de arroz com preço de venda médio aproximadamente de R\$ 28,20 (vinte e oito reais e vinte centavos) cada, obtendo-se a receita anual de R\$ 89.600,04 (oitenta e nove mil seiscientos reais e quatro centavos). Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar.

Na Tabela 39 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal apurado em 30/06/2013, a preços ajustados de 31/07/2013.

Tabela 39 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Arroz - Produtor 2 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	69.159,40	2.1 Passivo Circulante	63.618,53
1.1.1 Disponibilidades	57.415,47	2.1.1 Empréstimos	62.668,80
1.1.1.1 Caixa	55.978,81	2.1.1.1 PRONAF Custeio Arroz	62.668,80
1.1.1.2 Conta Movimento	1.436,66	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	7.466,67	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Arroz	7.466,67	2.1.3 Encargos a recolher	171,73
1.1.3 Estoque	3.000,00	2.1.3.1 Funrural a recolher	171,73
1.1.3.1 Estoque de insumos	3.000,00	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	1.277,26	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4.1 Seguros a realizar - PROAGRO	1.277,26	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.2 Ativo Não-Circulante	45.343,18	2.3 Patrimônio líquido	50.884,05
1.2.1 Investimentos	4.082,35	2.3.1 Capital Social	49.869,01
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	4.082,35	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	1.015,04
1.2.2 Imobilizado	41.260,83	2.3.2.1 Lucros acumulados	1.015,04
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	117.350,00		
1.2.2.1.1 Máquinas e Acessórios	76.000,00		
1.2.2.1.2 Rebanhos	1.350,00		
1.2.2.1.3 Pastagens	40.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-76.089,17		
1.2.2.2.1 (-) Máquinas e Acessórios	-76.000,00		
1.2.2.2.2 (-) Rebanhos	-22,50		
1.2.2.2.3 (-) Pastagens	-66,67		
TOTAL DO ATIVO	114.502,58	TOTAL DO PASSIVO	114.502,58

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 39 o produtor rural tem disponibilidades de R\$ 57.415,47 (cinquenta e sete mil quatrocentos e quinze reais e quarenta e sete centavos) em banco e em caixa, além de crédito mensal proveniente da venda de arroz de R\$ 7.466,67 (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), valor que poderá variar mês a mês em função da produção e da venda a prazo.

Tem estoque de insumos avaliados em R\$ 3.000,00 (três mil reais) e, ainda, apurou-se a contabilização do valor de R\$ 1.277,26 (hum mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos) a título de PROAGRO.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 69.159,40 (sessenta e nove mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 45.343,18 (quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e dezoito centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, máquinas e acessórios agrícolas, rebanhos e pastagens.

O Passivo Circulante está contabilizado em R\$ 63.618,53 (sessenta e três mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e três centavos), em decorrência da apuração feita pela pesquisadora. Observou-se que este produtor rural tem empréstimo junto a Instituição Financeira, PRONAF Custeio Agrícola, para a lavoura de arroz, taxa de 4% ao ano e pagamento único.

Foi considerado um pró-labore ao produtor rural de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) conforme salário mínimo nacional. E o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) de R\$ 171,73 (cento e setenta e hum reais e setenta e três centavos). Ainda, foi considerada a despesa de energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês.

No Passivo Não-Circulante não há registros. Já no Patrimônio Líquido, apurado em R\$ 50.884,05 (cinquenta mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), foram considerados capital social de R\$ 49.869,01 (quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e hum centavo) e lucros acumulados de R\$ 1.015,04 (hum mil, quinze reais e quatro centavos).

A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, conforme Tabela 40, e da Demonstração do Resultado do Exercício 2013/2014, de acordo com a Tabela 41, ambas a seguir:

Tabela 40 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor
2 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	16.963,96	2.1 Passivo Circulante	949,73
1.1.1 Disponibilidades	6.603,91	2.1.1 Empréstimos	0,00
1.1.1.1 Caixa	1.606,68	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.1.2 Conta Movimento	2.170,28	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.1.3 Poupança	2.826,95	2.1.3 Encargos a recolher	171,73
1.1.2 Créditos	7.466,67	2.1.3.1 Funrural a recolher	171,73
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Arroz	7.466,67	2.1.4 Contas a pagar	100,00
1.1.3 Estoque	1.500,00	2.1.4.1 Energia elétrica	100,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	1.500,00	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	1.393,38	2.3 Patrimônio líquido	60.948,11
1.1.4.1 Seguros a realizar - PROAGRO	1.393,38	2.3.1 Capital Social	49.869,01
1.2 Ativo Não-Circulante	44.933,88	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	11.079,10
1.2.1 Investimentos	4.653,88	2.3.2.1 Lucros acumulados	11.079,10
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	4.653,88		
1.2.2 Imobilizado	40.280,00		
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	117.350,00		
1.2.2.1.1 Máquinas e Acessórios	76.000,00		
1.2.2.1.2 Rebanhos	1.350,00		
1.2.2.1.3 Pastagens	40.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-77.070,00		
1.2.2.2.1 (-) Máquinas e Acessórios	-76.000,00		
1.2.2.2.2 (-) Rebanhos	-270,00		
1.2.2.2.3 (-) Pastagens	-800,00		
TOTAL DO ATIVO	61.897,84	TOTAL DO PASSIVO	61.897,84

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 41 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 -
Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	89.600,04	100,00
1.1 (+) Venda de Arroz	89.600,04	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-2.060,76	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-2.060,76	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	87.539,28	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-66.349,63	74,05
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	1,34
2.2 (-) Custos (Despesas) da Lavoura	-64.168,80	71,62
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-980,83	1,09
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	21.189,65	23,65
4. (-) Despesas Operacionais	-11.697,12	13,05
4.1 Pró-labore	-8.136,00	9,08
4.2 Seguro PROAGRO	-1.277,26	1,43
4.3 Juros pagos	-2.283,86	2,55
5. Resultado Operacional (3-4)	9.492,53	10,59
6. Resultado Não Operacional	571,53	0,64
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	571,53	0,64
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	10.064,06	11,23

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 40 e 41 é possível constatar que os custos (despesas) dos produtos vendidos representam 74,05% das receitas com a venda do arroz, sendo 9,08% destinados ao pró-labore e 2,55% aos juros pagos pela operação de crédito.

Além disso, observa-se que se mantida a média de receita e despesas iniciais projetadas, no período de doze meses haverá aumento do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 50.884,05 (cinquenta mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos) para R\$ 60.948,11. (sessenta mil, novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos) com Lucros Acumulados, projetados para o final do exercício de 2014, de R\$ 11.079,10 (onze mil setenta e nove reais e onze centavos), o que representa aumento de 19,78% no PL.

Na Tabela 42 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Arroz 2.

Tabela 42 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	90.171,57	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	89.600,04	99,37
1.2 Não operacionais	571,53	0,63
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	65.368,80	72,49
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	64.168,80	71,16
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.200,00	1,33
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	24.802,77	27,20
4. RETENÇÕES	980,83	1,09
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	980,83	1,09
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	23.821,94	26,42
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	23.821,94	25,75
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	23.821,94	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	34,15
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.338,02	14,01
8.3 Juros e aluguéis	2.283,86	9,59
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	10.064,06	42,25

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 42, evidencia que a geração e a distribuição do valor adicionado de R\$ 23.821,94 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e hum reais e noventa e quatro centavos) está concentrada principalmente nos lucros auferidos na safra 2013, que ficarão retidos (42,25%) e nas distribuições ao pessoal (34,15%). Sendo que 14,01% são direcionados a impostos, taxas e contribuições e 9,59% a juros e a aluguéis.

Na Tabela 43 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 43 - Orçamento Simplificado – 32 ha de arroz - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Preparo do solo	16.831,00
Plantio	15.454,00
Tratos culturais	4.636,00
Colheita	2.864,80
Serviços	22.883,00
TOTAL	62.668,80

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 43, foram liberados R\$ 62.668,80 (sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) para o custeio de Arroz. Deste valor, R\$ 16.831,00 (dezesesseis mil, oitocentos e trinta e hum reais) são destinados ao preparo do solo, R\$ 15.454,00 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) para o plantio, R\$ 4.636,00 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais) para os tratos culturais, R\$ 2.864,80 (dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) é destinado à colheita e R\$ 22.883,00 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais) para pagamento de serviços, obtendo-se, ao final do exercício, lucro de R\$ 10.064,06 (dez mil sessenta e quatro reais e seis centavos).

Na Tabela 44 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado:

Tabela 44 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Arroz - Produtor 2 - em R\$

1. ENTRADAS	89.600,04
Recebimento de Vendas	89.600,04
2. SAÍDAS	140.411,60
Insumos / Matéria-prima	62.668,80
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	62.668,80
Impostos, Taxas e Contribuições	2.060,76
Juros e Aluguéis	2.283,86
Seguros	1.393,38
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	-50.811,56
4. SALDO INICIAL	57.415,47
5. SALDO FINAL	6.603,91

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor terá entradas, por recebimento de vendas de R\$ 89.600,04 (oitenta e nove mil, seiscentos reais e quatro centavos), para realizar a produção e amortizar financiamentos. As saídas de recursos estão estimadas em R\$ 140.411,60 (cento e quarenta e mil, quatrocentos e onze reais e sessenta centavos). Considerando o saldo inicial de disponibilidades de R\$ 57.415,47 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e sete centavos) obtém saldo final de R\$ 6.603,91 (seis mil, seiscentos e três reais e noventa e hum centavos) em disponibilidades.

A realidade vivenciada pela produtora e sua família é também apresentada nas demonstrações contábeis projetadas. A produtora avalia que sua vida é simples, sem luxo, mas confortável, com acesso ao que considera ser essencial para viver. Além disso, consegue adquirir poupança por curto prazo, iniciou sua atividade há alguns anos, todavia almeja crescimento e desenvolvimento de sua propriedade rural ao longo dos anos.

Observa-se semelhança na realidade dos dois produtores, ambos obtêm lucro ao projetarem-se as demonstrações contábeis, são jovens e herdaram seus ofícios de seus pais, observa-se gerenciamento das propriedades e tendência a crescimento da produção em longo prazo.

4.7 PRODUTOR DE PÊSSEGO Nº 1 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

4.7.1 Contextualização

Visita realizada em 10/08/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por dois integrantes da família, dez funcionários temporários na época de raleio e colheita e cinco na época de poda (aproximadamente três meses do ano, no total) e parceira com troca de favores entre vizinhos.

O produtor rural tem 28 anos, produz pêssego, de onde obtém o seu sustento no município de Morro Redondo/RS, Colônia Colorado. É casado, não tem filhos, a formação é de ensino médio completo e técnico em manutenção eletromecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/RS.

Filho de produtor rural trabalha em parceria com seu pai, que tem outra propriedade há 26 anos, na frente da sua (do outro lado da estrada), também com produção de pêssegos.

Trabalhou por dois anos na indústria e há cinco anos trabalha na atividade rural, sendo que há dois anos construiu residência nas terras de sua mãe, propriedade arrendada de 20 ha, com aproximadamente 5.000 pés de pessegueiro e 1.800 pés de maçã, que ainda não começaram a produzir.

Cultiva a cultura de pêsego, atividade já desenvolvida pelo seu pai e avô, cerca de 30 anos, recentemente iniciou a produção de abóbora, de maçã e de goiaba.

Segundo o produtor a colheita do pêsego se dá de outubro até primeira semana de janeiro, a maçã em fevereiro, a abóbora em maio e a goiaba em abril. Dessa forma, não há concentração de trabalho em uma única época e as quebras de safras decorrentes das variações climáticas são amenizadas devido à variedade e ao extenso período de colheita.

Segundo a Cooperativa de Crédito, este produtor trata-se de um dos principais fornecedores de pêsego à indústria e um dos mais bem sucedidos do município de Morro Redondo. Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção, não existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa. No entanto, para o produtor:

“Ficaria muito apertado sem o custeio, qualquer imprevisto na safra iria comprometer a poupança que realizamos. O custeio é suficiente para tocar a safra, o que temos de reserva não mechemos.”

Aproveita-se da oportunidade de tomar crédito com taxa reduzida e, também, para se manter no decorrer do ano, tendo em vista que a indústria que compra os pêsegos demora quase um ano para quitar o pagamento. Para o produtor:

“O sistema de pagamento da empresa compradora dos produtos é bem complicado, demora quase um ano para pagarem, por isso, me obrigo a fazer o custeio para poder custear a próxima safra, quando termina a safra começamos a receber da safra passada, o PRONAF ainda é recurso bom e barato”.

4.7.2 Análise Socioambiental

Pai e filho administram a propriedade, o filho busca através de pesquisa junto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Internet, a evolução das técnicas de cultivo, aplicação de agrotóxico, poda etc. O pai já é aderente ao sistema tradicional, utiliza-se de técnicas que vieram de geração em geração. A EMBRAPA faz monitoramento da infestação da mosca da fruta (grande problema da cultura do pêsego) e do vento, medição da temperatura etc.

A família é composta por duas pessoas, produtor e sua esposa, e na casa em frente (outra propriedade), os pais do produtor. As tomadas de decisões são em conjunto, pai e filho.

Segundo o produtor:

“Minha esposa trabalha no supermercado, meu pai lutou muito para conseguir conquistar seu patrimônio, antes faziam com junta de boi, hoje temos quatro tratores. O lucro não é muito alto, mas conseguimos evoluir e trabalhar com mais

culturas, o que antes não era possível, dependíamos apenas de uma atividade, fica mais seguro assim”.

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar, sendo que na safra anterior, em função do vento forte, houve perda de 80% da produção de pêssegos, mas por terem reservas conseguiram se manter tranquilamente até a próxima safra.

Tem uma irmã casada que optou por trabalhar em outra atividade, na cidade. Pensou em migrar do campo à cidade, chegou a trabalhar em empresa industrial por dois anos, mas com o fechamento do contrato na empresa que trabalhava optou por voltar ao campo. Mora a 3 km da zona urbana de Morro Redondo e acredita que se não fosse ele voltar à propriedade de seus pais com o tempo iria se extinguir a produção:

“Com todos os recursos disponíveis fica mais fácil, fica muito difícil trabalhar sozinho, exemplo de meus vizinhos que não sabem por onde começar, na vida rural um precisa ajudar o outro, se eu não tivesse o meu pai talvez também não conseguisse e se o meu pai não tivesse eu para ajudar ele também iria acabar desistindo de cultivar o pêssego, pois às vezes desanima.”

Os alimentos são vendidos para indústria do próprio município, sendo que a produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento da família. Trabalha unicamente com a fruticultura, nunca produziu fumo ou pecuária.

Há grande preocupação pela qualidade dos alimentos e relacionam ao sistema de produção agrícola:

“Antigamente pensava-se em quantidade apenas, agora tem que ter qualidade e quantidade, a poda e o raleio são mais rigorosos. Consegue-se ter uma administração melhor da fruta, com adubação, limpeza, cuidado obtém qualidade superior, sendo que 80% da produção é de primeira linha e 20% de segunda. Se eu produzo muito pêssego de pequeno tamanho e qualidade inferior eu acabo gastando mais, pois se paga pelo frete R\$ 0,04 (quatro centavos) por Kg e a indústria me paga menos, mas se tenho pêssego de melhor qualidade, mesmo que seja menos, a indústria me paga mais e gasto menos com o frete e com os terceirizados para colheita.”

Para o produtor:

“A EMBRAPA vem na propriedade e faz palestra, dias de campo, reuniões de associação de produtores, explicam sobre os agrotóxicos e mudanças no campo, mas muitos colonos não acreditam, pensam pela quantidade, no sistema antigo, tem uma teoria do campo: se colher 300 frutas de segunda, se tiver 150 de primeira, colhe em menos tempo e ganha muito mais, se paga para apanhar, por dia ou por caixa, de segunda se valoriza muito pouco e se gasta mais”.

Conforme o produtor relatou os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, como tratores, ensiladeiras e roçadeiras, mas têm-se, também, equipamentos manuais, como enxadas e foices, e de tração como arado.

Segundo o produtor, não houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, os equipamentos adquiridos foram com recursos próprios, tomam recursos apenas de custeio.

Relata que não tem dificuldades, pois tem compromissos financeiros administráveis. Para o produtor rural entrevistado, quando questionado sobre o que promoveria a melhoria da qualidade de vida no campo e, conseqüentemente, ampliaria as perspectivas dos jovens a continuar na atividade rural, responde:

“Falta iniciativa para os colonos se desenvolverem. EMATER e EMBRAPA promovem a assistência técnica e palestras, mas é o básico não fazem pelo produtor, ele precisa buscar também, ter o apoio da família, falta acesso a Internet para buscar por outras informações, é mais fácil ir trabalhar de carteira assinada, ter seu salário fixo do que trabalhar muito e ainda correr o risco de perder a safra.”

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa, participam quando possível. Entende que há diferença em tomar crédito em um banco e em uma Cooperativa de Crédito, segundo ele:

“No Morro Redondo a maioria dos colonos tem conta na Cooperativa de Crédito, meu pai foi em uma palestra de educação financeira, falam mais dos investimentos, novas formas de financiamento, é bom conhecer estes assuntos.” Entende que: *“A Cooperativa poderia patrocinar os dias de campo, mas de resto está muito bom.”*

Quanto ao questionamento se tem acesso fácil ao serviço financeiro, que os conceda empréstimos rurais de maneira simples e não burocrática, com liberações de recursos em curto prazo e com baixo custo de transação, diz que:

“Atendem rápido, mas pedem muita coisa e algumas encarecem, como a análise de solo”.

Complementa, ainda, quanto a maior dificuldade, nos dias atuais, para o produtor rural e continuidade da atividade:

“Trabalhar sozinho é difícil, falta de filhos para dar continuidade, filhas mulheres não acompanham a produção”.

Além disso, quanto às questões ambientais, o produtor destacou que utiliza equipamentos de proteção. Expôs, ademais, que:

“Antes até fazíamos sem proteção, mas agora usamos máscara, roupa, botas; temos bastante cuidado.”

A água utilizada pela família é proveniente de nascente, têm poço artesiano e não pagam pela água consumida. Não há saneamento ambiental, e sim fossas, há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo. Não há irrigação na lavoura, segundo o produtor:

“Se trata de investimento muito alto, mas como a goiaba necessita, pois pode sofrer pela seca, pensamos em fazer o sistema de irrigação no futuro”.

Visualizam-se poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, para o produtor:

“Os matos que tem são antigos e não precisaram ser cortados para desenvolvermos a atividade”.

As embalagens dos agrotóxicos são lavadas (tríplice lavagem com cuidado para que a água fique armazenada em tanque próprio e não entre em contato com a nascente), e guardadas em armário na propriedade.

Tem-se atenção para furar o fundo das embalagens impedindo sua reutilização, posteriormente são entregues na Secretaria da Agricultura do município, a qual tem sistema de controle de notas fiscais e de devolução das embalagens e compra de mais produtos, há controle rigoroso, segundo o produtor.

Há, na medida do possível, redução dos insumos e substituição de insumos químicos por orgânicos, tendo em vista que fora de época de produção utilizam cinza de casca de arroz, calcário e cama de frango, fora da produção, considera-se época de dormência.

A produção excedente (que não é comercializada e nem consumida) fica, geralmente, em baixo dos pés de pessegueiro e acabam por virar adubo.

O produtor não visualiza incentivo governamental quanto aos cuidados ao meio ambiente:

“Em algumas palestras na EMBRAPA falam, mas não ensinam nas propriedades, conscientizam, mas parte mais do produtor o maior cuidado, ele precisa entender a importância dos cuidados ambientais”.

4.7.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Em decorrência da realização do custeio, cultivo de 8 hectares de pêssigo, projetou-se produção de 5.000 caixas que comportam 23 quilos cada, totalizando 115.000 quilos de pêssigos, na safra 2013/2014. Destes, 92.000kg estima-se serem comercializados a R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) o quilo (pêssigo de primeira qualidade) e 23.000kg a R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) o quilo (pêssigo de segunda qualidade).

Na Tabela 45 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal apurado, ajustado para preços de 31/07/2013.

Tabela 45 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Pêssego - Produtor 1 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	36.323,15	2.1 Passivo Circulante	27.187,83
1.1.1 Disponibilidades	24.651,48	2.1.1 Fornecedores	920,00
1.1.1.1 Caixa	21.323,47	2.1.1.1 Arrendamento	500,00
1.1.1.2 Conta Movimento	1.265,30	2.1.1.2 Assist. Téc. do cust. a pagar	36,67
1.1.1.3 Poupança	2.062,71	2.1.1.3 Fretes a pagar	383,33
1.1.2 Créditos	6.804,17	2.1.2 Empréstimos	25.333,33
1.1.2.1 Duplicadas a rec. Pêssego	6.804,17	2.1.2.1 PRONAF Custeio Pêssego	22.000,00
1.1.3 Estoque	4.400,00	2.1.2.2 PRONAF Inv. BNDES	3.333,33
1.1.3.1 Estoque de insumos	4.400,00	2.1.3 Salários a pagar	678,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	467,50	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	467,50	2.1.4 Encargos a recolher	156,50
1.2 Ativo Não-Circulante	270.176,86	2.1.4.1 Funrural a recolher	156,50
1.2.1 Investimentos	2.326,78	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	2.326,78	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.2.2 Imobilizado	267.850,08	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	376.100,00	2.3 Patrimônio líquido	279.312,18
1.2.2.1.1 Veículo	54.250,00	2.3.1 Capital Social	276.021,54
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	11.850,00	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	3.290,64
1.2.2.1.3 Pomar	240.000,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	3.290,64
1.2.2.1.4 Construções civis resid.	70.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-108.249,92		
1.2.2.2.1 (-) Veículo	-66.216,67		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-11.800,00		
1.2.2.2.3 (-) Pomar	-24.400,00		
1.2.2.2.4 (-) Construções civis resid.	-5.833,25		
TOTAL DO ATIVO	306.500,01	TOTAL DO PASSIVO	306.500,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 45 o produtor rural tem disponibilidades em caixa, em banco e em poupança no valor de R\$ 24.651,48 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e hum reais e quarenta e oito centavos), além de crédito mensal proveniente da venda de pêssego R\$ 6.804,17 (seis mil oitocentos e quatro reais e dezessete centavos), valor que varia conforme a produção.

Tem estoque de insumos, avaliados em R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Estimou-se o montante de R\$ 467,50 (quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de PROAGRO.

Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 36.323,15 (trinta e seis mil trezentos e vinte e três reais e quinze centavos). Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 270.176,86 (duzentos e setenta mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), foram considerados o investimento em Capital Social na Cooperativa de Crédito, veículos

(automóvel de passeio, motos e tratores), máquinas e acessórios (utilizados na atividade rural), pomar de pêssegos, residência e respectivas depreciações e exaustões estimadas.

Quanto ao Passivo Circulante, apurado em R\$ 27.187,83 (vinte e sete mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), observa-se que este produtor rural realiza pagamento de arrendamento mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), assistência técnica R\$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) e fretes R\$ 383,33 (trezentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), para transporte das frutas da propriedade até a indústria.

Tem, ainda, dois tipos de empréstimos junto a Instituição Financeira, sendo um crédito investimento agrícola, taxa de 0,6% ao mês em três parcelas anuais e custeio PRONAF agrícola para produção de pêssego, 4,5% ao ano, vencimento único.

Foi considerado pró-labore ao produtor rural de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), FUNRURAL de R\$ 156,50 (cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) e a despesa de energia elétrica de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês.

Não há contabilizações no Passivo Não-Circulante. Estimou-se R\$ 279.312,18 (duzentos e setenta e nove mil, trezentos e doze reais e dezoito centavos) de PL, capital social de R\$ 276.021,54 (duzentos e setenta e seis mil, vinte e hum reais e cinquenta e quatro centavos) e lucros mensais de R\$ 3.290,64 (três mil duzentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos).

A partir destas informações fez-se a projeção anual das contas do Balanço Patrimonial, safra 2013/2014, conforme Tabela 46 a seguir.

Tabela 46 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	43.100,01	2.1 Passivo Circulante	1.434,50
1.1.1 Disponibilidades	33.785,84	2.1.1 Fornecedores	500,00
1.1.1.1 Caixa	579,99	2.1.1.1 Arrendamento	500,00
1.1.1.2 Conta Movimento	13.857,65	2.1.2 Empréstimos	0,00
1.1.1.3 Poupança	19.348,20	2.1.3 Salários a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	6.804,17	2.1.3.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber Pêssego	6.804,17	2.1.4 Encargos a recolher	156,50
1.1.3 Estoque	2.000,00	2.1.4.1 Funrural a recolher	156,50
1.1.3.1 Estoque de insumos	2.000,00	2.1.5 Contas a pagar	100,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	510,00	2.1.5.1 Energia elétrica	100,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	510,00	2.2 Passivo Não-Circulante	0,00
1.2 Ativo Não-Circulante	254.552,61	2.2.1 Empréstimo	0,00
1.2.1 Investimentos	2.652,53	2.3 Patrimônio líquido	296.218,12
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	2.652,53	2.3.1 Capital Social	276.021,54
1.2.2 Imobilizado	251.900,08	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	20.196,58
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	376.100,00	2.3.2.1 Lucros acumulados	20.196,58

Continua...

Continuação.

1.2.2.1.1 Veículo	54.250,00		
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	11.850,00		
1.2.2.1.3 Pomar	240.000,00		
1.2.2.1.4 Construções civis resid.	70.000,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-124.199,92		
1.2.2.2.1 (-) Veículo	-74.100,04		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-12.900,00		
1.2.2.2.3 (-) Pomar	-28.800,00		
1.2.2.2.4 (-) Construções civis resid.	-8.399,88		
TOTAL DO ATIVO	297.652,62	TOTAL DO PASSIVO	297.652,62

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 47 a seguir a Demonstração do Resultado do Exercício 2013/2014.

Tabela 47 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	81.650,00	100,00
1.1 (+) Venda de Pêssego	81.650,00	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-1.877,95	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-1.877,95	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	79.772,05	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-46.590,00	57,06
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-1.200,00	1,47
2.2 (-) Custos (Despesas) Variáveis	-4.600,00	5,63
2.3 (-) Custos (Despesas) do Pomar	-24.840,00	30,42
2.4 (-) Depreciação e Exaustão	-15.950,00	19,54
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	33.182,05	40,64
4. (-) Despesas Operacionais	-16.601,86	20,33
4.1 Pró-labore	-8.136,00	9,96
4.2 Seguro PROAGRO	-467,50	0,57
4.3 Juros pagos	-1.998,36	2,45
4.4 Aluguéis	-6.000,00	7,35
5. Resultado Operacional (3-4)	16.580,19	20,31
6. Resultado Não Operacional	325,75	0,40
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	325,75	0,40
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	16.905,94	20,71

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 46 e 47 é possível constatar que, se mantida a média de receita e despesas iniciais projetadas, no período de doze meses, na safra 2013/2014 haverá aumento do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 279.312,18 (duzentos e setenta e nove mil trezentos e doze reais e dezoito centavos) para R\$ 296.218,12 (duzentos e noventa e seis mil, duzentos e dezoito reais e doze centavos), o que representa um aumento de 10,60% no PL. Os Lucros Acumulados no final do exercício de R\$ 20.196,58 (vinte mil, cento e noventa e seis

reais e cinquenta e oito centavos), mesmo sendo considerados R\$ 15.950,00 (quinze mil, novecentos e cinquenta reais) de depreciações.

Na Tabela 48 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Pêssego 1.

Tabela 48 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	81.975,75	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	81.650,00	99,60
1.2 Não operacionais	325,75	0,40
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	30.640,00	37,38
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	24.840,00	30,30
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.800,00	7,08
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	51.335,75	62,62
4. RETENÇÕES	15.950,00	19,46
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	15.950,00	19,46
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	35.385,75	43,17
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	35.385,75	43,17
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	35.385,75	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	22,99
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.345,45	6,63
8.3 Juros e aluguéis	7.998,36	22,60
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	16.905,94	47,78

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, a partir da Tabela 48, que o Produtor 1 de Cultura de Pêssego gerará e distribuirá valor adicionado de R\$ 35.385,75 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 43,17% das receitas estimadas. A distribuição do VA está concentrada principalmente no valor de R\$ 16.905,94 (dezesseis mil, novecentos e cinco reais e noventa e quatro centavos) que equivale aos lucros retidos de 47,78%, seguidos por distribuições ao pessoal (pró-labore), 22,99%, juros e aluguéis, 22,60%, e impostos, taxas e contribuições com 6,63%.

Na Tabela 49 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 49 - Orçamento Simplificado – 8 ha de pêssego - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Tratos culturais	8.800,00
Colheita	1.000,00
Serviços	12.200,00
TOTAL	22.000,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado nas Tabelas 49, foram liberados R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para o custeio de pêssego. Deste valor, R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) são destinados aos tratamentos culturais, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) é destinado à colheita, R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais) para pagamento de serviços obtendo-se, ao final do exercício, lucro de R\$ 16.905,94 (dezesesseis mil novecentos e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Na Tabela 50 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado:

Tabela 50 – Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 1 - em R\$

1. ENTRADAS	81.650,00
Recebimento de Vendas	81.650,00
2. SAÍDAS	72.515,64
Insumos / Matéria-prima	22.000,00
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	1.200,00
Amortização de Dívidas	25.333,33
Fornecedores	420,00
Impostos, Taxas e Contribuições	1.877,95
Juros e Aluguéis	7.998,36
Frete sobre Vendas	4.600,00
Serviços de Terceiros	440,00
Seguros	510,00
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	9.134,36
4. SALDO INICIAL	24.651,48
5. SALDO FINAL	33.785,84

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 50 que o Fluxo de Caixa Direto Projetado tem saldo final de R\$ 33.785,84 (trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Estimou-se entradas de R\$ 81.650,00 (oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais), bem como saídas (pagamentos) de R\$ 72.515,64 (setenta e dois mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos) e R\$ 24.651,48 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos) de saldo inicial.

A realidade vivenciada pelo produtor e sua família é refletida nas demonstrações contábeis apresentadas, o produtor tem estabilidade financeira, residência com bastante conforto e acesso a informação, com busca constante pela melhoria de qualidade de seu produto.

4.8 PRODUTOR DE PÊSSEGO Nº 2 – MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

4.8.1 Contextualização

Visita realizada em 24/08/13.

Trata-se de uma unidade produtiva composta por um integrante da família com apoio de seus parentes, principalmente em época de poda e colheita.

O produtor rural tem 31 anos, produz pêssego de onde obtém o sustento de sua família na colônia Rincão da Caneleira em Morro Redondo/RS. Cultiva hortaliças para consumo doméstico, tem porcos, galinhas, vacas, cabritos e ovelhas, também para consumo familiar, planta milho para o consumo dos animais.

Sua escolaridade é de ensino médio completo, trabalha há aproximadamente sete anos na atividade, é casado e tem uma filha. Herdou o ofício de seus pais, produtores rurais que vivem na propriedade ao lado, junto com seu irmão, também produtor.

A propriedade de 8 ha é arrendada, está na mesma há três meses. Há 16 anos produziu batata inglesa com seus pais e tiveram leitaria e aviário, mas faliram. Para o produtor:

“Na época era um bom negócio, depois veio a batata argentina, estocava no galpão para aguardar o preço, mas não conseguia tirar o preço esperado, não dava para competir com eles.”

Então foi trabalhar na indústria para ter uma renda fixa e se sustentar, depois trabalhou como caseiro em outra propriedade.

Atua em parceria com seu pai e seu irmão em todas as atividades operacionais e gerenciais, trabalham em conjunto, no total a área familiar é de 32 ha, sendo que o produtor produz pêssego em 4 ha e seu pai e seu irmão em outros 4 ha. Utiliza-se do crédito rural – PRONAF Custeio Agrícola - para pagamento a vista dos insumos à produção, existe dependência financeira dos recursos provenientes do custeio agrícola, tomado anualmente na Cooperativa.

4.8.2 Análise Socioambiental

A atividade era desenvolvida pelas gerações anteriores, desde o seu avô, há 60 anos.

Na propriedade vivem o produtor, sua esposa e sua filha de dois anos.

A produção a ser vendida é apenas de pêssego, não busca diversificar a atividade, não planta fumo e a pecuária é apenas para consumo familiar.

O produtor nasceu na colônia e não tem motivações para migrar à cidade:

“Tenho o costume, mas no campo o acesso é mais difícil, o dinheiro é uma vez apenas no ano.” Já sua esposa, que atualmente cuida do lar e de sua filha, sente falta de trabalhar: *“Eu já trabalhei na cidade, sinto falta, mas hoje com a pequena fica difícil, não tenho ninguém para ajudar a cuidar dela, precisei sair do emprego, espero que minha filha estude e tenha uma profissão”*.

Os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade são mecânicos, como tratores e roçadeiras, mas existem também, equipamentos manuais. O plantio é convencional e, conforme relato do produtor, houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF, pois com a operação de investimento – PRONAF Mais Alimentos BNDES - foi possível adquirir um trator para uso da família, posteriormente o irmão adquiriu pulverizador.

A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar, mas relata dificuldades, pois tem compromissos financeiros e já faliu uma vez. Mesmo assim, não tem interesse em sair do campo, está estabilizado, é uma atividade que convive desde criança, tem conhecimento, habilidade e apoio da família.

Há alguma preocupação pela qualidade dos alimentos, procuram ter cuidado com a poda, raleio e adubação. Do pêssego colhido conseguiram obter 65% de primeira qualidade, 30% de segunda e 5% de quebra. Sofreu com o vento, tiveram de 30 a 40% de perda antes da colheita.

Sobre assistência de entidades parceiras, esclarece que a EMATER faz palestras, quando compram insumos para a lavoura recebem equipamentos de brinde das empresas. Há três anos a EMATER e a TV Nativa foram até a propriedade para fazer uma reportagem. Participam da associação dos produtores de pessegueiros, ação que possibilita a negociação de preço com a indústria.

A Cooperativa de Crédito convida para atividades relacionadas aos Programas Sociais e melhor esclarecimento sobre a função da Cooperativa, há dois ou três anos o produtor participou de uma Assembleia, mas não tem muito conhecimento e interesse.

Sobre o crédito tomado, diz que:

“Vale a pena, a taxa compensa, o prazo também, a Cooperativa faz tudo, já sou conhecido, é bem tranquilo”.

Além disso, quanto às questões ambientais, o produtor destacou que utiliza equipamentos de proteção (luvas, botas, roupa especial etc.), tem ciência da necessidade de proteção e pensam em colocar cabine no trator para se proteger ainda mais.

A água utilizada pela família é proveniente de três cacimbas para casa e os animais domésticos consomem água de uma sanga. Não pagam pela água consumida, não têm sistema de irrigação. Não há saneamento, há eliminação parcial de dejetos na água ou no solo.

O produtor não visualiza incentivo governamental quanto aos cuidados ao meio ambiente, entende que há poucas medidas adotadas quanto ao desmatamento, existe plantio de árvores, para sombra, ao redor da casa.

As embalagens de agrotóxicos são lavadas e guardadas no galpão para entrega posterior. Não há substituição de insumos químicos por orgânicos. Geralmente não se observa produção excedente (que não é comercializada e nem consumida), a própria indústria faz a seleção.

No ano passado, em função dos ventos, houve muitos frutos que caíram antes de estarem prontos para venda, na época parte serviu de alimentos aos animais e parte ficou na lavoura.

4.8.3 Levantamento Econômico-Financeiro – Balanço Perguntado

Para realização do custeio, cultivo de 2,75 hectares pêssego, projetou-se produção de 1.194 caixas que comportam 23 quilos cada, totalizando 27.472 quilos de pêssegos. Destes, 2.802 kg foram comercializados a R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) o quilo (pêssego de primeira qualidade), 21.970 kg a R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) o quilo (pêssego de segunda qualidade) e 2.700 kg a R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) o quilo (pêssego de terceira qualidade).

Os demais produtos oriundos das atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola são destinados ao consumo familiar.

Na Tabela 51 apresenta-se Balanço Patrimonial de partida mensal apurado em 30/06/2013.

Tabela 51 - Balanço Patrimonial Mensal em 31/07/2013 - Cultura Pêssego - Produtor 2 – em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	6.387,57	2.1 Passivo Circulante	5.182,52
1.1.1 Disponibilidades	3.959,41	2.1.1 Empréstimos	4.400,00
1.1.1.1 Caixa	3.844,04	2.1.1.1 PRONAF Custeio Pêssego	4.400,00
1.1.1.2 Conta Movimento	115,37	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	1.283,33	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2.1 Duplicadas a receber – Pêssego	1.283,33	2.1.3 Encargos a recolher	29,52
1.1.3 Estoque	1.000,00	2.1.3.1 Funrural a recolher	29,52
1.1.3.1 Estoque de insumos	1.000,00	2.1.4 Contas a pagar	75,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	144,83	2.1.4.1 Energia elétrica	75,00
1.1.4.1 Seguros a realizar – PROAGRO	144,83	2.2 Passivo Não-Circulante	15.510,00
1.2 Ativo Não-Circulante	15.566,25	2.2.1 Empréstimo	15.510,00

Continua...

Continuação.

1.2.1 Investimentos	379,38	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	15.510,00
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	379,38	2.3 Patrimônio líquido	1.261,30
1.2.2 Imobilizado	15.186,87	2.3.1 Capital Social	1.494,75
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	26.713,00	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	-233,45
1.2.2.1.1 Veículos	11.203,00	2.3.2.1 (-) Prejuízos acumulados	-233,45
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	15.510,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-11.526,13		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-11.203,00		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-323,13		
TOTAL DO ATIVO	21.953,82	TOTAL DO PASSIVO	21.953,82

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 51 o produtor rural tem R\$ 3.959,41 (três mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e hum centavos) de reserva em banco e em caixa, além de crédito mensal proveniente da venda do pêssego de R\$ 1.283,33 (hum mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), valor que varia conforme a produção.

Tem estoque de insumos, avaliados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Apurou-se a contabilização de R\$ 144,83 (cento e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos) a título de PROAGRO. Com isso, o valor do Ativo Circulante é de R\$ 6.387,57 (seis mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Quanto ao Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 15.566,25 (quinze mil quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), foram considerados o investimento junto a Cooperativa, veículos, máquinas e acessórios agrícolas.

Quanto ao Passivo Circulante, apurado em R\$ 5.182,52 (cinco mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), observa-se que este produtor rural tem custeio PRONAF agrícola, para produção de pêssego, 1,5% ao ano, vencimento único.

Foi considerado um pró-labore ao produtor rural de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) e FUNRURAL de R\$ 29,52 (vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos). Ainda, foi considerada a despesa de energia elétrica de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao mês.

No Passivo Não-Circulante, R\$ 15.510,00 (quinze mil, quinhentos e dez reais), foi considerado o empréstimos em longo prazo, PRONAF Mais Alimentos BNDES, taxa de 2% ao ano e cinco parcelas anuais com vencimento final em outubro de 2020.

Com isso fez-se a projeção das contas do Balanço Patrimonial, conforme Tabela 52 a seguir:

Tabela 52 - Balanço Patrimonial Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$

1.ATIVO		2.PASSIVO	
1.1 Ativo Circulante	3.077,01	2.1 Passivo Circulante	4.582,52
1.1.1 Disponibilidades	1.135,68	2.1.1 Empréstimos	3.800,00
1.1.1.1 Caixa	600,00	2.1.2 Salários a pagar	678,00
1.1.1.2 Conta Movimento	535,68	2.1.2.1 Pró-labore a pagar	678,00
1.1.2 Créditos	1.283,33	2.1.3 Encargos a recolher	29,52
1.1.2.1 Duplicadas a receber Pêssego	1.283,33	2.1.3.1 Funrural a recolher	29,52
1.1.3 Estoque	500,00	2.1.4 Contas a pagar	75,00
1.1.3.1 Estoque de insumos	500,00	2.1.4.1 Energia elétrica	75,00
1.1.4 Despesas Antecipadas	158,00	2.2 Passivo Não-Circulante	15.510,00
1.1.4.1 Seguros a real. PROAGRO	158,00	2.2.1 Empréstimo	15.510,00
1.2 Ativo Não-Circulante	12.064,93	2.2.1.1 PRONAF Inv. BNDES	15.510,00
1.2.1 Investimentos	432,49	2.3 Patrimônio líquido	-4.959,58
1.2.1.1 Capital Social Coop. Créd.	432,49	2.3.1 Capital Social	1.494,75
1.2.2 Imobilizado	11.632,44	2.3.2 Lucros e prejuízos acum.	-6.445,33
1.2.2.1 Bens Móveis e Imóveis	26.713,00	2.3.2.1 (-) Prejuízos acumulados	-6.445,33
1.2.2.1.1 Veículos	11.203,00		
1.2.2.1.2 Máquinas e Acessórios	15.510,00		
1.2.2.2 (-) Depreciação/Exaustão	-15.080,56		
1.2.2.2.1 (-) Veículos	-11.203,00		
1.2.2.2.2 (-) Máquinas e Acessórios	-3.877,56		
TOTAL DO ATIVO	15.141,94	TOTAL DO PASSIVO	15.141,94

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 53 evidencia a DRE da safra 2013/2104 projetada para 31/07/2014, onde se infere que o Produtor de Pêssego N° 2 operará com prejuízo.

Tabela 53 - Demonstração do Resultado do Exercício Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. Receitas Operacionais Brutas	15.399,96	100,00
1.1 (+) Venda de Pêssego	15.399,96	100,00
1.2 (-) Deduções da Receita Bruta	-354,24	2,30
1.2.1 (-) Funrural	-354,24	2,30
1.3 (=) Receitas Operacionais Líquidas	15.045,72	97,70
2. (-) Custos (Despesas) dos Produtos Vendidos	-12.654,43	82,17
2.1 (-) Custos (Despesas) Fixos	-900,00	5,84
2.2 (-) Custos (Despesas) do Pomar	-8.200,00	53,25
2.3 (-) Depreciação e Exaustão	-3.554,43	23,08
3. (=) Resultado Operacional Bruto (1-2)	2.391,29	15,53
4. (-) Despesas Operacionais	-8.656,28	56,21
4.1 Pró-labore	-8.136,00	52,83
4.2 Seguro PROAGRO	-144,83	0,94
4.3 Juros pagos	-375,45	2,44

Continua...

Continuação.

5. Resultado Operacional (3-4)	-6.264,99	40,68
6. Resultado Não Operacional	53,11	0,34
6.1 Rendimentos Recebidos Capital Social Cooperativa de Crédito	53,11	0,34
7 (=) Resultado Líquido do Exercício	-6.211,88	40,34

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados das Tabelas 52 e 53 é possível constatar que, se mantida a média de receita e despesas iniciais projetadas, no período de doze meses haverá diminuição do Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 6.211,88 (seis mil, duzentos e onze reais e oitenta e oito centavos), decorrente do prejuízo estimado para essa safra.

Em decorrência do prejuízo o PL ao final da safra 2013/2014 estará a descoberto em R\$ 4.959,58 (quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Observe-se que foi contabilizada depreciação de R\$ 3.554,43 (três mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

As despesas operacionais com pró-labore, seguro PROAGRO e juros pagos foram contabilizados em R\$ 8.656,28 (oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Na Tabela 54 é evidenciada a Geração e a Distribuição do Valor Adicionado do Produtor de Pêssego 2.

Tabela 54 - Demonstração do Valor Adicionado Anual Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)
1. RECEITAS	15.453,07	100,00
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	15.399,96	99,66
1.2 Não operacionais	53,11	0,34
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	9.100,00	58,89
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	8.200,00	53,06
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	900,00	5,82
3. VALOR ADICIONADO BRUTO - VAB - (1-2)	6.353,07	41,11
4. RETENÇÕES	3.554,43	23,00
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	3.554,43	23,00
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO - VAL - PRODUZIDO (3-4)	2.798,64	18,11
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	0,00
7. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	2.798,64	18,11
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.798,64	100,00
8.1 Pessoal e encargos	8.136,00	290,71
8.2 Impostos, taxas e contribuições	499,07	17,83
8.3 Juros e aluguéis	375,45	13,42
8.4 Lucros retidos / prejuízo do exercício	-6.211,88	-221,96

Fonte: Dados da pesquisa.

Explicita a geração e a distribuição do VA de R\$ 2.798,64 (dois mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos) , concentrada na distribuição ao pessoal no valor de R\$ 8.136,00 (oito mil cento e trinta e seis reais), impostos, taxas e contribuições de R\$ 499,07 (quatrocentos e noventa e nove reais e sete centavos) e juros de R\$ 375,45 (trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e, sobretudo, na realização de prejuízo na safra de 2013/2104, no montante de R\$ 6.211,88 (seis mil, duzentos e onze reais e oitenta e oito centavos), que precisa ser revertido na próxima safra, caso contrário o produtor estará em condições inoperantes, ou seja, está na vizinhança da insolvência.

Na Tabela 55 a seguir são discriminadas as fases do empreendimento agrícola custeado, informações obtidas através de documentos da Cooperativa de Crédito.

Tabela 55 - Orçamento Simplificado – 2,75 ha de pêssego - em R\$

FASES DO EMPREENDIMENTO	VALOR FINANCIADO
Tratos culturais	3.003,00
Colheita	412,00
Serviços	4.285,00
TOTAL	7.700,00

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o que pode ser observado na Tabela 55, foram liberados R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais) para o custeio de pêssego. Deste valor, R\$ 3.003,00 (três mil e três reais) são destinados aos tratos culturais, R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais) é destinado à colheita, R\$ 4.285,00 (quatro mil duzentos e oitenta e cinco reais) para pagamento de serviços. Na Tabela 56 a seguir o Fluxo de Caixa Direto projetado:

Tabela 56– Fluxo de Caixa Direto Projetado para 31/07/2014 - Cultura Pêssego - Produtor 2 - em R\$

1. ENTRADAS	19.199,96
Recebimento de Vendas	15.399,96
Empréstimos	3.800,00
2. SAÍDAS	22.023,69
Insumos / Matéria-prima	7.700,00
Salários / Pró-labore	8.136,00
Água / Energia Elétrica	900,00
Amortização de Dívidas	4.400,00
Impostos, Taxas e Contribuições	354,24
Juros e Aluguéis	375,45
Seguros	158,00
3. SALDO DO PERÍODO (1-2)	-2.823,73
4. SALDO INICIAL	3.959,41
5. SALDO FINAL	1.135,68

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do fluxo de caixa projetado pode-se observar que o produtor tem entradas decorrentes das vendas estimadas de R\$ 15.399,96 (quinze mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) e precisará captar empréstimos de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) para poder operar. Para realizar a produção e amortizar financiamentos utiliza-se de R\$ 22.023,69 (vinte e dois mil vinte e três reais e sessenta e nove centavos).

A realidade vivenciada pelo produtor e sua família é refletida nas demonstrações contábeis apresentadas, o produtor considera que sua vida seja simples, com poucos recursos e sem acesso a informação e a tecnologias avançadas, tem dificuldades em abrir mão da atividade rural ou buscar novas opções de renda ou culturas, pois não consegue adquirir poupança que o sustente por longo prazo.

Observa-se, como principais diferenças entre o produtor rural de pêssego 1 e 2 é que o primeiro produtor tem gerenciamento e conhecimento da atividade, busca melhores técnicas de combate as pragas e prima pela qualidade do produto, sendo considerado um dos melhores produtores rurais de pêssego da região de Morro Redondo. Já o segundo produtor entrevistado, tem atividade incipiente, já trabalhou com produção de batata, mas não obteve êxito, não tem visão de longo prazo, busca apenas a produção do seu produto, sem maiores conhecimentos e diversificação de culturas.

4.9 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

Nos quadros 4, 5, 6 e na tabela 57, a seguir, constam os resumos dos principais tópicos averiguados na pesquisa com relação à contextualização dos pequenos produtores rurais entrevistados, questões ambientais, sociais e econômico-financeiras.

Quadro 4 – Resumo da Contextualização da Pesquisa

Enfoque	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4	Produtor 5	Produtor 6	Produtor 7	Produtor 8
Data da Visita	27/04/13	25/05/13	31/08/13	24/08/13	10/06/13	31/08/13	10/08/13	24/08/13
Produtos Comercializados	Leite.	Leite.	Soja, Milho e Batata.	Soja e Milho.	Arroz.	Arroz.	Pêssego.	Pêssego.
Município	São Lourenço do Sul.	Turuçu.	Cristal.	Morro Redondo.	Camaquã.	São Lourenço do Sul.	Morro Redondo.	Morro Redondo.
Área da Propriedade (em ha)	28,8	62	54	160	49	72	20	8
Idade	33	30	54	44	21	25	28	31
Escolaridade ²	EFC.	PG.	EFC.	EFC.	EMC.	ESC.	EMC.	EMC.
Casado	Não.	Sim.	Sim.	Não.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.
Filhos	Dois.	Não.	Dois.	Um.	Não.	Não.	Não.	Um.
Familiares na Atividade	Pai (ajuda a gerenciar a propriedade).	Esposa e sogros (dividem as atividades).	Filho (executa as atividades).	Sobrinho (divide as atividades).	Pai (ajuda a gerenciar a propriedade).	Esposo (dividem as atividades).	Pai (dividem as atividades).	Pai e irmão (dividem as atividades).
Funcionários	Não.	Sim.	Não.	Não.	Não.	Não.	Sim.	Não.
Tempo na Atividade (em anos)	14	5	46	34	1	9	5	16
Dependência Financeira do PRONAF	Média.	Pequena.	Grande.	Grande.	Não possui.	Média.	Não possui.	Grande.
Utilidade do Crédito	Desconto na compra de sementes e insumos.	Desconto na compra de sementes e insumos.	Compra de sementes e insumos.	Pagamento das contas.	Desconto na compra de insumos e garantia do melhor preço de venda.	Desconto na compra de insumos e garantia do melhor preço de venda.	Reserva financeira para utilização em caso de imprevistos.	Compra de insumos.

Continua...

² As siglas utilizadas para designar a escolaridade dos produtores rurais referem-se a: Ensino Fundamental Completo (EFC), Ensino Médio Completo (EMC), Ensino Superior Completo (ESC) e Pós Graduação (PG).

Preocupação com a Qualidade dos Produtos	Média.	Grande.	Pequena.	Pequena.	Pequena.	Pequena.	Grande.	Pequena.
Dificuldades Relatadas	Para migrar para outra atividade e com mão de obra.	No relacionamento familiar e com mão de obra.	Grande dependência financeira, problemas de saúde e com mão de obra.	Grande dependência financeira, com o clima e com mão de obra.	Problemas de saúde do pai e com mão de obra.	Não.	Não.	Grande dependência financeira.

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas.

Quadro 5 – Resumo das Questões Ambientais

Enfoque	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4	Produtor 5	Produtor 6	Produtor 7	Produtor 8
Utilização de Equipamento Proteção	Não.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.
Água	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.	Poço artesiano.
Irrigação	Apenas para hortaliças.	Não.	Não.	Não.	Sim.	Sim.	Não.	Não.
Saneamento	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.
Reciclagem	Embalagens de agrotóxico.	Embalagens de agrotóxico.	Embalagens de agrotóxico.	Embalagens de agrotóxico.	Não.	Embalagens de agrotóxico.	Embalagens de agrotóxico.	Embalagens de agrotóxico.
Tipo de Plantio	Misto.	Misto.	Convencional.	Direto.	Direto.	Direto.	Convencional.	Convencional.
Eliminação de Dejetos na Água e no Solo	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Resíduos da Plantação	Não. Consumo animal.	Não Consumo animal.	Não Consumo animal.	Não Consumo animal.	Não. Empresa comercializa.	Não Empresa comercializa.	Frutas que ficam no pomar.	Frutas que ficam no pomar ou consumo animal.
Preocupação com Desmatamento	Pequena.	Média.	Pequena.	Pequena.	Pequena.	Pequena.	Pequena.	Pequena.
Preocupação com a Redução de Insumos Químicos	Média.	Média.	Pequena.	Pequena.	Não há.	Não há.	Média.	Pequena.
Incentivo e Educação Ambiental por parte do Governo	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas.

Quadro 6 – Resumo das Questões Sociais

Enfoque	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4	Produtor 5	Produtor 6	Produtor 7	Produtor 8
Atividade Desenvolvida pelas Gerações Anteriores	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Terá Sucessão Familiar	Não sabe.	Não sabe.	Sim, do filho.	Sim, do sobrinho.	Não sabe.	Não sabe.	Não sabe.	Não sabe.
Equipamentos Mais Utilizados	Mecânicos e manuais.	Mecânicos.	Mecânicos	Mecânicos.	Mecânicos.	Mecânicos.	Mecânicos.	Mecânicos.
Avanço Tecnológico com o PRONAF Investimento	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Não.	Sim.
Assistência Técnica	COOPAR e EMATER.	Brasil Foods, UFPEL.	Fornecedores de insumos.	Fornecedores de insumos.	Técnico agrícola.	Técnico agrícola e EMATER.	EMBRAPA e EMATER.	EMATER.
Participação nas Reuniões da Coop. De Crédito	Não. Pouco tempo.	Não. Por falta de interesse.	Sim, com frequência.	Às vezes, quando não está na lavoura.	Não, já participou anteriormente Não tem interesse.	Não, já participou anteriormente Não tem interesse.	Sim, quando possível.	Não, já participou anteriormente Não tem interesse.
Produção Suficiente para o Sustento	Sim.	Sim.	Sim.	Sim, mas toma empréstimos nas linhas de crédito geral.	Sim.	Sim, mas atua também como professora.	Sim.	Sim, mas opera com dificuldades.
Intenção em Sair do Campo	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas.

Tabela 57 – Resumo das Questões Econômico-Financeiras - em R\$

Enfoque	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4	Produtor 5	Produtor 6	Produtor 7	Produtor 8	Média
Patrimônio Líq. Inicial	102.033	47.360	209.394	134.101	12.676	50.884	279.312	1.261	104.628
Patrimônio Líq. Final	105.195	35.047	216.106	129.575	57.565	60.948	296.218	-4.960	111.962
Capital Social Inicial	101.207	47.815	206.431	132.822	6.695	49.869	276.022	1.495	102.795
Capital Social Final	101.207	47.815	206.431	132.822	6.695	49.869	276.022	1.495	102.795
Lucros/Prej. Inicial	825	-456	2.963	1.279	5.980	1.015	3.291	-233	1.833
Lucros/Prejuízos Final	3.988	-12.769	9.674	-3.247	50.870	11.079	20.197	-6.445	9.168
% Custos dos Produtos Vend. sobre Receita Op. Bruta	66,82	122,61	72,40	73,01	34,29	74,05	57,06	82,17	72,80
% Custos Fixos, Variáveis e Lavoura	23,01	56,46	57,89	36,36	29,56	72,96	37,52	59,09	46,61
% Depreciação	43,81	66,15	14,51	36,63	4,73	1,09	19,54	23,08	26,19
% Despesas Op. sobre Receita Op. Bruta	22,79	51,19	17,00	32,90	18,86	13,05	20,33	56,21	29,04
Juros Rec. Cap. Social	251	311	959	964	115	571	326	53	3.550
Distribuição do Valor Adicionado	14.671	-3.433	28.227	19.010	66.151	23.822	35.386	2.799	23.329
% Pessoal e Encargos	55,46	-236,97	28,82	85,60	24,60	34,15	22,99	290,71	38,17
% Impostos, Taxas e Contribuições	12,86	-24,64	8,85	11,38	4,43	14,01	6,63	17,83	6,42
% Juros e Aluguéis	10,51	-4,01	38,55	26,84	3,11	9,59	22,60	13,42	15,08
% Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	21,17	365,62	23,78	-23,82	67,86	42,25	47,78	-221,96	40,34
Lucros Efetivos (Retidos e Depreciação)	22.145	-1.599	16.772	19.968	49.645	10.064	32.856	-2.657	18.399
Pró Labore	8.136	8.136	8.136	16.272	16.272	8.136	8.136	8.136	10.170
Renda Mensal	2.523	545	2.076	3.020	5.493	1.517	3.416	457	2.381

Fonte: A autora com base nas pesquisas realizadas.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÃO

Ao considerar que a agricultura familiar sustentável tem considerável relevância no desenvolvimento do país, diante de conceitos relacionados à geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento das comunidades rurais, este estudo se propôs a analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade.

Metodologicamente a pesquisa é classificada como aplicada, qualitativa-quantitativa, exploratório-descritiva e documental. A população foi formada por todos os produtores rurais, associados de uma Cooperativa de Crédito, moradores da região sul do Rio Grande do Sul (Pelotas e região), tomadores de crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, linhas direcionadas aos Custeios Agrícola e Pecuário no período de 1º de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2013 (anos safra 09/10, 10/11, 11/12 e 12/13).

Neste período a instituição financeira cooperativa liberou R\$ 31.065.391,00 (trinta e hum milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e hum reais) sendo 4.001 operações de crédito para 1.551 produtores rurais, em treze diferentes culturas, tais como: arroz, bovinos (produção de carne e de leite), cebola, feijão, hortaliças diversas, maçã, milho, morango, pêssigo, soja, tomate e uva. A amostra foi formada por oito pequenos agricultores que produzem milho, soja, pêssigo e arroz, escolhidos por amostragem não probabilística, por acessibilidade ou por conveniência, tendo em vista a viabilidade da pesquisa no que se refere à coleta dos dados.

Observou-se, através do Balanço Perguntado, a situação econômica e financeira em 31.07.2013 e a projetada para 31.07.2014 dos pequenos empreendimentos rurais, após custeio da safra, a apuração dos custos, das receitas e das despesas das atividades, através da elaboração do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e do Fluxo de Caixa, além de evidenciar a Distribuição do Valor Adicionado – DVA e os resultados operacional, contábil e financeiro. Os principais resultados evidenciam que os pequenos produtores rurais não controlam com regularidade e pontualidade as finanças de seus empreendimentos, sendo que os produtores mais jovens procuram a administração da

propriedade com controles informatizados, ao contrário dos agricultores tradicionais que ainda fazem registros em papel.

Ao projetarem-se as demonstrações contábeis, após o custeio da safra observa-se, em 62,50% dos casos, o aumento do Patrimônio Líquido decorrente do lucro. Os custos (despesas) dos produtos vendidos (CPV) variam conforme a cultura e a forma de administração da propriedade e equivalem, em média, a 73% da receita operacional bruta. Destes, em média, 47% são custos (despesas) fixos, variáveis, da lavoura ou do pomar e 26% referem-se à depreciação e exaustão. Já as despesas operacionais (pró-labore, seguro PROAGRO e juros pagos) equivalem, em média, a 29% da receita operacional bruta.

Quanto à distribuição de valor adicionado constata-se que, em média, é concentrada em pessoal e encargos (pró-labore) e nos lucros retidos pelos produtores, 38% e 40%, respectivamente. Há, também, distribuição média de 15% para pagamento de juros e aluguéis e 6% a título de impostos, taxas e contribuições. Verificou-se que os oito produtores receberam da Cooperativa mais de R\$ 3.500,00 referentes aos juros ao capital social investido e a distribuição de sobras.

Apurou-se que os pequenos produtores rurais entrevistados não realizam a reserva de valor para futura substituição ou reparo de máquinas e implementos agrícolas, contabilizados como depreciação. Desta forma, a projeção dos resultados foi realizada conforme determina a legislação, todavia, também se apurou quanto, efetivamente, o produtor considera sendo o seu lucro, sem a devida depreciação, e quanto foi considerado como pró-labore. Sendo assim, cada produtor tem renda líquida mensal média de R\$ 2.384,66 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Assim como na maioria das empresas, o lucro está diretamente relacionado com a forma de administração, o gerenciamento da atividade, a racionalização financeira, o aperfeiçoamento da produção e a redução dos custos, tendo em vista que há produtores que ao projetar-se a renda mensal obtém rendimentos que variam de R\$ 456,55 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) a R\$ 5.493,07 (cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e sete centavos). Com isso, é possível constatar que apenas o financiamento de crédito custeio com taxas subsidiadas não é suficiente para o sucesso da propriedade rural. Faz-se necessário a promoção de políticas que auxiliem ao produtor a administrar seus custos de produção, a controlar a utilização de produtos na lavoura, a

diversificar a produção, através da rotação de culturas, a aproveitar melhor seu espaço físico e sua força de trabalho (seja manual ou mecânica), entre outros.

Observou-se, ainda, que o produtor que almeja a qualidade de seus produtos garante vantagem competitiva e maior lucro. Por exemplo, o agricultor que produz milho para alimentação de seus bovinos, obtém até 16% a mais pelo litro do leite, através de análises de qualidade, gordura e bactérias. Já o produtor de pêsego, que consegue ter uma administração melhor da produção com adubação, limpeza e cuidado no manuseio e nas épocas de manejo do pomar, obtém qualidade superior de seu produto e recebe até 36% a mais pelo quilo do produto. Reduz-se a quantidade, conseqüentemente, diminui-se o peso total, valor do frete e gastos com mão de obra terceirizada para a colheita. No entanto, o preço do quilo aumenta por se obter frutos com qualidade superior (sem machucados, mais saborosos e com tamanhos padronizados).

Não há indícios de educação ambiental ou racionalização dos recursos ambientais, promovidas pelo órgão fornecedor (governo federal) ou repassador de recursos (instituição financeira). A maioria dos produtores, quando questionados, relata que têm consciência da necessidade de preservação ambiental, reflorestamento, proteção das pessoas e adoção de práticas e manejos sustentáveis de produção. Todavia, estas questões são pouco priorizadas, principalmente com relação às medidas adotadas quanto ao desmatamento, tratamento de água, saneamento ambiental e substituição de insumos químicos por orgânicos.

Os resultados do estudo permitem afirmar que o produtor rural, tomador de crédito custeio PRONAF, enfrenta dificuldades em realizar poupança dos recursos provenientes de sua produção, para futuros custeios de lavoura com recursos próprios. Torna-se dependente de fontes externas de recursos, seja para garantia do melhor preço para venda, segurança em caso de quebra de safra ou, ainda, por necessidade de aquisição de insumos para o plantio. Nesse sentido, conclui-se que não existe a promoção de educação econômico-financeira que permita o gerenciamento da atividade, em médio e longo prazo, com recursos próprios do produtor rural. Apesar da Cooperativa realizar encontros periódicos, a fim de disseminar conhecimentos sobre diversos assuntos, entre eles a educação financeira, ainda são pouco difundidos e contam com pequena participação dos associados em relação a todo o quadro social.

Também se observa que o principal problema do homem do campo é a falta de mão de obra e a sucessão familiar. O apoio da família à produção é fundamental, no entanto, existe

migração dos filhos dos agricultores do campo para as cidades e grande dificuldade de encontrar mão de obra para atividades rurais, devido ao trabalho manual envolvido e poucos atrativos financeiros, culturais e educacionais, principalmente às mulheres, que por não terem condições físicas de se dedicarem a um serviço mais árduo, acabam não tendo a mesma valorização que o homem, têm poucas opções e oportunidades: ou cuidam da família, da casa e de serviços leves da propriedade rural ou buscam emprego nas cidades mais próximas.

Com os resultados desta pesquisa exploratória, buscou-se contribuir com pesquisadores de diversas áreas, tais como: contábil, ambiental, administrativa, social, econômica e rural, em suas futuras pesquisas, visto que se aspirou proporcionar uma análise inicial da sustentabilidade junto aos pequenos produtores rurais tomadores de crédito PRONAF Custeio de maneira a considerar a peculiaridade de cada produtor, o contexto que está inserido, sua forma de produção e o histórico familiar.

Também cabe destacar a premência de ações governamentais, através de políticas públicas, e das próprias instituições financeiras repassadoras de recursos, em especial as Cooperativas de Crédito, em criar incentivos às unidades familiares para desenvolver a controle efetivo de suas contas e contribuir para sua independência financeira, bem como de desenvolver programas de educação ambiental e de orientação em relação à sucessão familiar, fatores que podem gerar maior qualidade de vida no campo, com a promoção efetiva da sustentabilidade no setor rural por meio do crédito e de técnicas cooperativas.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Como restrições e limitações do trabalho se considera que a amostra é limitada em relação ao tamanho e a área de abrangência. A título de recomendações para futuros estudos se sugere a ampliação da amostra e a comparação com outros portes de produtores rurais como os enquadrados nas linhas de PRONAMP (porte médio) e demais produtores (porte grande), ou ainda, tomadores de PRONAF Investimento. Além disso, oportunamente se pode relacionar o cooperativismo de crédito e a sustentabilidade rural nacional e internacional e estruturar constructos práticos e teóricos das diversas realidades observadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lauro Brito de; COSTA, Fábio Miguel Gonçalves da; PANHOCA, Luiz; GOMES, Gilmar de Almeida; ROBAZZA, Weber da Silva. Práticas de controles gerenciais pelos produtores de leite no oeste de Santa Catarina que adotam o método de pastoreio racional voisin (PRV). **Custos e Agronegócio on line**, v. 7, n. 1, p. 120-139, jan./abr. 2011.
- ALVES FILHO, José Prado. **Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo: os projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo**. 2012. 243 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMARAL, Sergio Pinto. **Estabelecimento de indicadores e modelo de relatório sustentabilidade ambiental, social e econômica: uma proposta para a indústria de petróleo brasileira**. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANTONIOLLI, Ester R.; EISENCHLAS Paula; HIRAMATSU, Kiyoe; ALTURRIA, Laura; THOMAS, Marta; SOLSONA, Juan; WINTER, Patricia; FILIPPINI, María Flavia; ROBY, Osvaldo. Identificación de la pobreza rural y algunas estrategias de intervención. **Rev. FCA UNCuyo**. Tomo XXXVII, n. 2, p. 1-23, 2008.
- ARZJANI, Zahra; RAHIMINEZHAD, Vida. Rural women and their roles in tourism. **International Journal of Bio-Resource & Stress Management**, n. 99, p. 1-4, mar. 2011.
- BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>> Acesso em: 24 mai. 2012.
- BEATO, Roberto Salgado; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara dos Santos. Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores: um estudo do ISE/Bovespa. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.
- BENITEZ, Rogério Martin; GOLINSKI, Irineu. A agricultura orgânica como estratégia alternativa em busca da sustentabilidade – uma análise estatística da organização atual. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 117-132, 2007.
- BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 11, de 25 de maio de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm> Acesso em: 24 set. 2013.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr360a373.htm>> Acesso em: 24 ago. 2013.
- CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20**. Brasília: Capes, 2012.

CHANDY, Thomas; KEENAN, Rodney J.; PETHERAM, R. John; SHEPHERD, Peter. Impacts of hydropower development on rural livelihood sustainability in Sikkim, India: community perceptions. **Mountain Research and Development**, v. 32, n. 2, p. 117–125, mai. 2012.

CSURGÓ, Bernadett; KOVÁCH, Imre; KUCEROVÁ, Eva. Knowledge, Power and sustainability in contemporary rural Europe. **European Society for Rural Sociology**. Sociologia Ruralis, v. 48, n. 3, jul. 2008.

DARONCO, José Máximo. **Análise de processos de controles internos e de TI no requisito de conformidade da governança corporativa – Estudo de caso – SESCOOP/RS**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo.

FAGUNDES, Jair Antonio; DAMKE, Claiton Jose; KROETZ, Cleber. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta para a análise gerencial de custos: aplicado em uma cooperativa de produção e uma cooperativa de crédito. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS. Florianópolis, 2005. **Anais...**

FAGUNDES, Jair Antonio; RODRIGUES, Marcos Rogério; CIUPAK, Clébia; ROSA, Laura Sabbado da. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito. **Revista ABCustos Associação Brasileira de Custos**, São Paulo, v. III, n. 1, p. 87-101, jan./abr. 2008.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: um estudo sobre seus custos e benefícios. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 35, n. 3, p. 379-416, dez. 2005.

FLEMING, Rachel C. Creative economic development, sustainability, and exclusion in rural areas. **The Geographical Review**, v. 99, n. 1, p. 61-80, jan. 2009.

GASPARI, Luciane Cristina de. **Estratégias familiares e sustentabilidade econômica em assentamento rural**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos, Araras.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINÉ, Ricard; PÉREZ-FOGUET, Agustí. Sustainability assessment of national rural water supply program in Tanzania. **Natural Resources Forum**, v. 32, p. 327-342, 2008.

GÓMEZ-LIMÓN, José Antonio; PICAZO-TADEO, Andrés J.; MARTÍNEZ, Ernest Reig. **Agricultura, desarrollo rural y sostenibilidad medioambiental**. Ciriec-España, n. 61, p. 103-126, 2008.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; ICHIHARA, Silvio Massaru; SILVEIRA, Fernando Gaiger da; JOAQUIM, Carlos Roberto Azzoni. Comparação entre o agronegócio familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, edição especial, p. 9-35, 2006.

KASSAI, José Roberto. Inquired balance sheet ou balanço perguntado: uma técnica para elaborar relatórios contábeis de pequenas empresas. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XXI, **Anais...** Porto Seguro/Ba, 25-30 de Julho de 2004.

KASSAI, José Roberto. Balanço perguntado: o caso da segunda aposentadoria. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XII, **Anais...** Florianópolis/SC, 28-30 de Novembro de 2005.

KASSAI, José Roberto; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; CARVALHO, Luiz Nelson; FOSCHINE, Alexandre; CINTRA, Yara Consuelo; AFONSO, Luís Eduardo. **Balanço contábil das nações: reflexões sobre os cenários de mudanças climáticas globais**. BBR, Vitória, v. 9, n. 1, art. 4, p. 65-109, jan./mar. 2012.

KHAN, Ahmad Saeed. Conservação do solo e produtividade agrícola: um estudo de caso. In: CAMPOS, R. T. (Org.). **Mudança tecnológica na agricultura**. Fortaleza: UFC, cap. 2, p. 53-96, 1997.

KELEMEN, Eszter; MEGYESI, Boldizsár; KALAMÁSZ, Ildikó Nagy. Knowledge dynamics and sustainability in rural livelihood strategies: two case studies from Hungary. European society for rural sociology. **Blackwell Publishing**, Sociologia Ruralis, v. 48, n. 3, p. 257-273, jul. 2008.

KIMURA, Ana Herbert; MOORI, Roberto Giro; PERERA, Luiz Carlos Jacob. Desenvolvimento sustentável e inovação em áreas rurais: uma abordagem baseada em modelamento matemático e simulação computacional. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 17-33, 2007.

LENZI, Alexandre. A vida ativa do solo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 187-195, 2012.

LEONARD, Mulongo Simiyu; KERRE, Patrick M.; BONIFACE, Erute E.. Rural-urban interlink and sustainability of urban centres in Kenya: a case of Malaba Town. **Journal of US-China Public Administration**, v. 8, n. 8, ago. 2011.

LIMA, Marcus Vinicius Andrade de; LIMA, Carlos Rogério Montenegro de; DUTRA, Ademar; LOPES, Ana Lúcia Miranda. Avaliação de micro e pequenas empresas utilizando a metodologia multicritério e o método do fluxo de caixa descontado. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 26, p. 48-71, jan./abr. 2010.

LOPES, João Roberto. **Cooperativas e Responsabilidade Social**. IBASE. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=29>> Acesso em: 05 set. 2011.

LOPES, Keila Cássia Santos Araújo; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; LOPES, Paulo Rogério. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental rural como fator para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 39-50, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. *et al.* **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. **Custos e Agronegócio on line** - v. 2, n. 2, jul./dez. 2006.

MASDUGI, A.; ENDAH, N.; SOEDJONO E. S.; HADI W.. Structural equation modeling for assessing of the sustainability of rural water supply systems. **Water Science & Technology: Water Supply—WSTWS**, v. 10, n. 5, p. 815–823, 2010.

MATEOC-SÎRB, Nicoleta; MĂNESCU, Camelia; BLAGA, Diana; MATEOC-SÎRB, T. The importance of the social-cultural function for the development of rural communities. Case study cefa communes – Romania county and micherechi communes - Hungary County. Universitatea de Științe Agricole și Medicină Veterinară Iași, **Lucrări științifice - seria agronomie** - v. 54, n. 2, s. agronomie, p. 420-423, 2011.

MCFARLANE, Donovan A.; OGAZON Agueda G.. The challenges of sustainability education. **Journal of Multidisciplinary Research**, v. 3, n. 3, p. 81-107, 2011.

MEDEIROS, Alberto Fernando Queiroz; PORTO, Wellington Silva; SOUZA, José Arilson de; OLIVEIRA, Deyvison de Lima. Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade de produtores rurais. **Custos e Agronegócio on line**, v. 8, n. 3, p. 154-171, jul./set. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>> Acesso em: 16 mai. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 24 mai. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Cartilha do plano safra 2012/2013**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf> Acesso em: 31 mai. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/censo_agropecuario.pdf> Acesso em: 31 mai. 2013.

MONTGOMERY, Maggie A.; BARTRAM, Jamie; ELIMELECH, Menachem. Increasing functional sustainability of water and sanitation supplies in rural Sub-Saharan Africa. **Environmental Engineering Science**, v. 26, n. 5, 2009.

NANTES, José Flávio Diniz. **Efeitos da integração vertical na sustentabilidade dos empreendimentos rurais: o caso da goiaba no estado de São Paulo**. 2010. 238 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

NOBRE, Henderson Gonçalves; JUNQUEIRA, Alexandre da Costa; SOUZA, Tatiane de Jesus Marques; RAMOS-FILHO, Luiz Octávio; CANUTO, João Carlos. Utilização de práticas agroecológicas na construção de projetos sustentáveis para a reforma agrária: um estudo de caso no assentamento Sepé Tiaraju – SP. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 7, n. 1, p. 3- 13, 2012.

NOGUEIRA, Ana Caroline Neris. Estudo de caso no território sudeste do estado do Pará. Um assentamento, uma família, um projeto de vida e o PRONAF: como a visão sistêmica contribui? **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 20-37, nov. 2009.

NORDI, Nivaldo. **Paisagística e conservação de biodiversidade na região sul mineira: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

NUNES, J. L. S. da; GUERRA, D. S.; ZANINI, C.; GRASSELLI, V.; ARGENTA, F. FACCHIN, H.; MARODIN, G. A. B. Produção integrada e convencional de pêssego. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 26, n. 3, p. 478-481, 2004.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Josemar Ribeiro de; RECH, Ilirio José; CARNEIRO JUNIOR, João Bosco Arbués; NIVEIROS, Sofia Ines. Custo ambiental na cultura do algodão: um estudo de caso na região sul de Mato Grosso. **Custos e Agronegócio on line**, v. 8, n. 3, p. 46-69, jul./set. 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 11 out. 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Rio +20 - Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/>> Acesso em: 28 dez. 2012.

PICANÇO FILHO, Artêmio Ferreira; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; OLIVEIRA NETO, Odilon José de. Aplicação da metodologia system dynamics na avaliação da sustentabilidade econômico-financeira da bovinocultura de corte no município de Parintins – Estado do Amazonas. **Custos e Agronegócio on line**, v. 5, n. 2, p. 33-58, mai./ago. 2009.

PINHEIRO, Paulo Roberto; SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. Proposta de modelo de precificação sustentável para a atividade fumageira da região sul do Brasil. **Custos e Agronegócio on line**, v. 6, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2010.

PINI, Barbara. Australian rural local governments and environmental sustainability: an evaluation of progress. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 68, n. 2, p. 182-193, 2009.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em
<http://cooperativismodecredito.com.br/news/2012/07/utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+CooperativasDeCreditoNoBrasilENoMundo+%28Cooperativas+de+Cr%C3%A9dito+no+Brasil+e+no+Mundo%29> Acesso em: 26 jul. 2012.

PORTO, Wellington Silva; MEDEIROS, Alberto Fernando Queiroz; SOUZA, José Arilson de Souza Arilson; OLIVEIRA, Deyvison Lima. Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS. Rio de Janeiro, 2011. **Anais...**

RODRIGUES, Waldecy; BARBOSA, Gislane Ferreira; ALMEIDA, Alivínio. Análise custo/benefício ambiental da produção de soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros: o caso de Pedro Afonso – TO. **Custos e Agronegócio on line**, v. 5, n. 2, p. 59-80, mai./ago. 2009.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. Estudos avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Adriana Timóteo dos. **Agricultura familiar e programa de aquisição de alimentos**: uma análise de sua implantação no município de Ponta Grossa. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

SANTOS, João Dagoberto dos. **Desenvolvimento rural, biodiversidade e políticas públicas**. Desafios e antagonismos, no Pontal do Paranapanema-SP. 2012. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais. – Conservação de Ecossistemas Florestais da Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso (org.). **Educação e capacitação cooperativa**: sua importância e aplicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SIQUEIRA, Halloysio Miguel de; SOUZA, Paulo Marcelo de. O sistema orgânico e a cafeicultura familiar do Caparaó-ES: alternativa para a sustentabilidade socioeconômica? **Custos e Agronegócio on line**, v. 8, n. 2, p. 57-83, abr./jun. 2012.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: XLVI CONGRESSO SOBER, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco. **Anais...**, julho de 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

TONETT, Laura; SOUZA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Benefícios dos projetos desenvolvidos sob as premissas do mecanismo de desenvolvimento limpo na suinocultura. **Custos e Agronegócio on line**, v. 6, n. 2, p. 2-22, mai./ago. 2010.

TORIMIRO, D. O.; OLUBORODE, A. A.; LAWAL, B. O.; OKORIE, V. O.. Socioeconomic factors affecting the sustainability of Nigerian rural young people on the farm: implications for extension. **Journal of Youth Studies**, The Hong Kong Federation of Youth Groups, v. 14, n. 1, serial n. 27, p. 159-174, jan. 2011.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Brundtland report**: report of the World Commission on Environment and Development. Tokyo: Japan, 1987. Disponível em <
http://www.regjeringen.no/upload/SMK/Vedlegg/Taler%20og%20artikler%20av%20tidligere%20statsministre/Gro%20Harlem%20Brundtland/1987/Address_at_Eighth_WCED_Meeting.pdf> Acesso em: 17 out. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOSHITAKE, Mariano; TINOCO, João E.P., FRAGA, Marinette. Desafios às sociedades cooperativas: análise de ativos intangíveis. XIII Semead, Seminários em Administração, FEA/USP, São Paulo: set. 2010. **Anais...**

APÊNDICE A: Protocolo de Pesquisa

I – IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Sustentabilidade no Setor Rural a partir do Uso do Crédito e de Técnicas Cooperativas na Região Sul do Rio Grande do Sul.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

- Nome: Patrícia Schneider Severo
- Identidade: 1084753738 – SSP/RS
- CPF: 006.189.220-32
- Endereço: Av. Rio Grande do Sul, 910, Pelotas – RS – CEP: 96090-590
- Fone: (53) 9120-9103
- E-mail: patriciassevero@hotmail.com

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL:

Universidade do Vale Do Rio Dos Sinos - UNISINOS.

Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco

II - VISÃO GERAL

QUESTÃO DE PESQUISA:

Qual a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade?

OBJETIVOS:

Geral: analisar a contribuição do crédito rural às entidades rurais de pequeno porte situadas na região sul do Rio Grande do Sul, a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da sustentabilidade.

Específicos:

- Verificar a colaboração do crédito rural na produção agrícola (alimentos) e a otimização do resultado dos agricultores (tomadores de crédito);
- Averiguar a incorporação de pessoas ao trabalho e a minoração do êxodo rural;
- Examinar o uso dos recursos da natureza no processo de produção.

FONTES DE INFORMAÇÃO:

- Cooperativa de Crédito.

LEITURAS APROPRIADAS:

- Sustentabilidade no setor rural;
- Cooperativismo de Crédito;
- Crédito Rural.

ATIVIDADES:

- Elaborar e validar o roteiro de entrevistas;
- Solicitar autorização da Cooperativa para utilização das informações com o devido sigilo e realização da pesquisa com o quadro de associados;
- Selecionar as pessoas que atendem aos critérios e que podem integrar a pesquisa;
- Contatar com as pessoas que interessam à pesquisa;
- Agendar as entrevistas;
- Realizar as entrevistas;
- Coletar informações complementares para auxiliar na análise, tais como documentos que compõem o dossiê das operações de crédito e cadastro;
- Transcrever as entrevistas;
- Fazer triagem e organizar material coletado;
- Elaborar as demonstrações contábeis;
- Analisar o material coletado, confrontando com a teoria;
- Analisar cada um dos casos e estabelecer relações e diferenças;
- Analisar os resultados;

- Redigir o relatório.

III – PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

SELECIONAR OS PARTICIPANTES:

- Envolver múltiplas culturas (soja, milho, arroz e pêssego), por conveniência e disponibilidade;
- Interesse no estudo proposto e disponibilidade para informar dados familiares e de produção.

AGENDAR AS ENTREVISTAS:

- Contatar os participantes;
- Explicar os objetivos da pesquisa e método de condução das entrevistas;
- Definir local, preferencialmente na propriedade rural do associado;
- Marcar data e horário da entrevista.

REALIZAR AS ENTREVISTAS E COLETA DE DOCUMENTOS:

- Chegar com antecedência ao local marcado;
- Agradecer pela disponibilidade e cooperação no estudo;
- Explicar o objetivo do trabalho e destacar que haverá total sigilo quanto ao nome do associado;
- Informar que será usado um roteiro para guiar a entrevista;
- Iniciar e desenvolver a entrevista;
- Identificar e coletar documentos que contribuem com a pesquisa, tais como notas fiscais, orçamentos, projetos etc.;
- Utilizar como roteiro de entrevistas o instrumento de coleta de dados;
- Anotar as respostas das entrevistas;
- Agradecer e colocar-se à disposição para eventuais dúvidas ou sugestões futuras;

ANALISAR OS DADOS E OS RESULTADOS:

- Transcrever as entrevistas;
- Analisar documentos pesquisados;

- Catalogar dados das entrevistas e documentos, confrontando-os com a teoria;
- Categorizar os dados em sociais, ambientais e econômico-financeiros;
- Analisar os dados levantados;
- Consolidar os dados obtidos;
- Analisar os resultados.

IV – COLETA DE DADOS

Instrumento de Pesquisa - APÊNDICE B

SEÇÃO I – Levantamento de dados pessoais;

SEÇÃO II – Levantamento de dados familiares e sociais;

SEÇÃO III – Levantamento de informações ambientais;

SEÇÃO IV – Levantamento econômico-financeiro e Balanço Perguntado: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

APÊNDICE B: Roteiro das Entrevistas Aplicadas aos Produtores Rurais

LEVANTAMENTO DE DADOS PESSOAIS		
01	Nome do produtor rural:	
02	Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
03	Qual a data de nascimento?	
04	Qual a escolaridade?	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós Graduação <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Completo
05	Qual o tempo na atividade rural?	
06	Desde quando trabalha na propriedade atual?	
07	Quais as culturas/atividades trabalha?	<input type="checkbox"/> Milho <input type="checkbox"/> Soja <input type="checkbox"/> Arroz <input type="checkbox"/> Pêssego <input type="checkbox"/> Leite <input type="checkbox"/> Carne <input type="checkbox"/> Outros Quais?
08	Qual o tamanho da propriedade?	
09	A propriedade é própria ou arrendada?	<input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/> Arrendada
LEVANTAMENTO DE DADOS FAMILIARES E SOCIAIS		
10	A atividade era desenvolvida pelas gerações anteriores?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
11	Há quanto tempo?	
12	Quem administra a propriedade?	
13	Como são as tomadas as decisões?	<input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Em conjunto. Por quem?
14	Sua família é composta por quantas pessoas?	
15	Qual o estado civil?	<input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Outros
16	Tem filhos?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
17	É uma atividade familiar?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
18	Quantas pessoas são envolvidas na produção?	
19	Quem são estas pessoas? (esposa, filhos, empregados, meeiros, terceiros a família etc.)	
20	Qual o papel delas?	
21	São assalariadas?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
22	Em caso de filhos, qual a escolaridade?	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós Graduação <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Completo
23	No caso de ainda estudarem, é incentivada a atividade rural e a sustentabilidade no currículo escolar, relacionado programas em negócios e em práticas sustentáveis?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
24	Os filhos são casados?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
25	Pretendem continuar na atividade?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não sabe informar

Continua...

26	Na mesma propriedade?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não sabe informar
27	O que os motiva a continuar na atividade?	
28	O que os motiva a migrar do campo à cidade?	
29	Os alimentos produzidos são vendidos ou utilizados na própria propriedade para consumo próprio e dos animais?	<input type="checkbox"/> Vendidos <input type="checkbox"/> Consumo Próprio
30	A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
31	Existe renda proveniente do plantio do fumo? Ou pecuária? Ou de outra atividade agrícola ou não agrícola?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual?
32	Há preocupação pela qualidade dos alimentos? Relacionam ao sistema de produção agrícola?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
33	Quais são os equipamentos agrícolas mais utilizados na propriedade?	<input type="checkbox"/> Manuais <input type="checkbox"/> Tração animal <input type="checkbox"/> Mecânicos
34	Houve avanço tecnológico após a inclusão da família no PRONAF?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
35	Qual a maior dificuldade, nos dias atuais, para o produtor rural e continuidade da atividade?	
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS		
36	Qual o tipo de plantio realizado?	<input type="checkbox"/> Direto <input type="checkbox"/> Convencional <input type="checkbox"/> Misto
37	Há reciclagem de materiais?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
38	Há reutilização da água?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
39	A água que utiliza na propriedade é adquirida? De quem?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
40	Há irrigação na lavoura?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
41	Em caso positivo, tem licença do órgão competente (FEPAN)?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
42	Quais as medidas adotadas quanto ao desmatamento?	
43	Há eliminação de dejetos na água ou no solo?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
44	Qual o destino das embalagens de agrotóxicos?	<input type="checkbox"/> Lixo Comum <input type="checkbox"/> Reciclagem pelo fornecedor <input type="checkbox"/> Reutilização na propriedade <input type="checkbox"/> Outro:
45	Há, na medida do possível, redução dos insumos e substituição de insumos químicos por insumos orgânicos?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
46	Há saneamento ambiental?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
47	Qual o destino da produção excedente (que não é comercializada e nem consumida)?	<input type="checkbox"/> Lixo Comum <input type="checkbox"/> Reutilização <input type="checkbox"/> Outro:
48	Há proteção às pessoas que aplicam produtos tóxicos (máscaras, roupa especial, botas etc.)?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual? Continua..

Continuação.

49	Há incentivo governamental quanto aos cuidados ao meio ambiente?	<input type="checkbox"/> Não Qual?	<input type="checkbox"/> Sim
LEVANTAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO			
50	Operações de crédito rural (PRONAF custeio) vigentes:		
51	Data da liberação:		
52	Valor:		
53	Taxa:		
54	Periodicidade:	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Anual	<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Outro:
55	Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 01	<input type="checkbox"/> 02 <input type="checkbox"/> Outro:
56	Carência:		
57	Vencimento Final:		
58	Cultura financiada:	<input type="checkbox"/> Milho <input type="checkbox"/> Arroz <input type="checkbox"/> Pecuária Leiteira <input type="checkbox"/> Pecuária de Corte	<input type="checkbox"/> Soja <input type="checkbox"/> Pêssego <input type="checkbox"/> Outros Quais?
59	Tem operações de investimento via BNDES/BRDE ou crédito geral?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
60	Data da liberação:		
61	Valor:		
62	Taxa:		
63	Periodicidade:	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Anual	<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Outro:
64	Quantidade de Parcelas:		
65	Carência:		
66	Vencimento Final:		
67	O crédito tomado na linha PRONAF é importante à continuidade da atividade rural? Por quê?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
68	O (a) senhor (a) e seus colaboradores (família, empregados, meeiros) participam de algum tipo de treinamento para melhorar a produção, bem como ampliar a vida útil da propriedade? Quem ministra esse treinamento?	<input type="checkbox"/> Não Especifique:	<input type="checkbox"/> Sim
69	Há aumento de renda e do valor agregado ao produto e à propriedade por meio do crédito do PRONAF?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
70	Utiliza-se de recursos próprios para o plantio?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
71	Ou necessita de que porcentagem de recursos emprestados pela Instituição financeira? Especifique: até 50% ou mais, até quanto?		
72	O tomador de crédito tem acesso fácil ao serviço financeiro, que os conceda empréstimos rurais de maneira simples e não burocrática, com liberações de recursos em curto prazo e com baixo custo de transação?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim

Continua...

Continuação.

O Balanço Perguntado proposto leva em consideração as seguintes perguntas:		
ATIVO		
73	Qual o valor disponível na Unidade Familiar?	
74	Caixa:	
75	Bancos:	
76	Cooperativas de Crédito:	
77	Aplicações financeiras:	
78	Quem são os seus clientes?	
79	Qual o valor a receber dos clientes?	
80	Qual a forma de pagamento?	() À Vista () A Prazo
81	Qual o valor do estoque?	
82	Sementes:	
83	Insumos:	
84	Produto colhido:	
85	Produto a colher:	
86	Foi paga alguma conta do próximo ano antecipada?	() Não () Sim
87	Qual?	
88	Qual o total de bens familiares?	
89	Instalações:	
90	Máquinas:	
91	Equipamentos:	
92	Veículos:	
PASSIVO		
93	Qual o valor a pagar a fornecedores?	
94	Qual o valor a pagar de salários e encargos?	
95	Qual o valor de impostos a pagar?	
96	Qual o valor de empréstimos a pagar até o final do ano?	
97	Crédito Geral:	
98	Crédito Rural:	
99	Qual o valor de empréstimos a pagar a partir do início do próximo ano?	
100	Crédito Geral:	
101	Crédito Rural:	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
102	Qual o capital social?	
103	Existem lucros e prejuízos acumulados?	() Não () Sim
104	Qual o valor?	
105	Qual o valor das vendas líquidas médias por mês?	
106	Projeta aumento da produção (quantidades de produtos) e das vendas para os próximos meses? De quanto serão esses acréscimos?	() Não () Sim Qual?
107	Consegue ter lucro nas suas operações de compra, produção e venda dos produtos?	() Não () Sim

Continua...

Conclusão.

108	Qual o prazo (em média) para pagamento aos fornecedores?	
109	Qual o prazo (em média) que as mercadorias/produtos ficam em estoque?	
110	Qual o percentual de desperdício ou diminuição da qualidade dos produtos em estoque?	
111	Qual o prazo (em média) que os clientes levam para pagar?	
112	Os clientes costumam ser pontuais em seus pagamentos? Caso não o sejam, o que pode ser feito para melhorar a pontualidade?	() Não () Sim
113	A sua renda bruta vem de quais atividades/culturas (em percentagem)?	() Milho () Soja () Arroz () Fruticultura () Carne () Leite () Avicultura () Fumicultura () Hortifruti. () Outros
114	Qual é a faixa de renda bruta mensal familiar?	() Menos de 1 salário () De 1 a 3 salários () De 3 a 5 salários () Superior a 5 salários
115	Qual é o percentual que tem de despesas particulares (da família) em relação à renda bruta mensal familiar?	
116	Qual é o percentual que tem de custos de produção em relação à renda bruta mensal familiar?	